



NESTA EDIÇÃO



CONTAG APOSTA NA JUVENTUDE E NO FUTURO
Paulo Vinícius
63

DOSSIÊ JUVENTUDE E DROGAS

- 15** Juventude e Drogas: uma outra abordagem
Bruna Nunes da Costa Triana e Lucas Amaral de Oliveira
- 23** Juventude, drogas e democracia: relações delicadas
Regina Novaes
- 27** Juventude e Drogas: limites da associação
Marlene Barreto S. Miranda
- 34** Uso de drogas por universitários: um levantamento nacional
Arthur Guerra de Andrade e Lúcio Garcia de Oliveira
- 40** L. deixou de usar crack
Douglas Casarotto de Oliveira e Guilherme Carlos Corrêa
- 49** Prevenção ao Abuso de Drogas Utilizando Estratégias Culturais de Redução de Danos
Regina Figueiredo

2 EDITORIAL



- 4** Democratização do acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer
Maria Luiza Nogueira Rangel



- 9** Juventude em risco de vida: uma breve descrição sobre os homicídios no Brasil recente
Lisa Biron



- 55** O movimento estudantil nos "anos de chumbo" e a realização do 31º Congresso da UNE
Angélica Müller

- 68** Juventude@Juventude.br



Editora: Brenda Espíndula

Jornalista responsável: Fernando Borgonovi

Capa e diagramação: Cláudio Gonzalez

Revisão: Rafael Frankenstein e Marcelo Silveira

Preparação de originais: Brenda Espíndula

Comercialização e distribuição: Euzébio
Jorge

Tiragem: 10.000 exemplares

Conselho Consultivo do CEMJ:

Alessandro Lutfy Ponce de Leon, Arthur José
Poerner, Augusto Buonicore, Fábio Palácio de
Azevedo, Fabiano de Souza Lima, José Carlos
Ruy, Mary Castro, Natividade Guerrero Borrego,
Regina Novaes.

DIRETORIA DO CEMJ:

Presidente

Fabiana Costa

Diretor de Planejamento e Patrimônio

Rovilson Portela

Secretário Geral

Augusto Vasconcelos

Diretora de Estudos e Pesquisas

Brenda Espíndula

Diretor de Memória

Fernando Garcia

Diretor de Cultura

Carolina Maria Ruy

Diretor de Comunicação

Vandré Fernandes Barros

Diretor de Atividades Educativas e Esportivas

Alexandre Rosa

A revista Juventude.br aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério da editoria e do Conselho Consultivo do CEMJ, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em compromisso da revista ou do CEMJ com seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15.000 caracteres com espaços. Artigos maiores dependerão de acordo prévio com o editor. Os artigos devem ser enviados em formato texto. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



Os artigos publicados na Juventude.Br são licenciados pela Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0. Maiores informações sobre a licença: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>

AOS LEITORES

Na sociedade brasileira, a “questão das drogas” tem ultimamente suscitado muitos debates e posicionamentos inflamatórios sobre como tratar esse “problema social”, especialmente neste último período em que o Estado deflagrou uma “guerra” ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro, com a ocupação e “pacificação” de algumas comunidades cariocas. A princípio, essa afirmação pode ser muito coerente e sensata, já que esse discurso se impõe diariamente, seja pelos veículos midiáticos, seja por profissionais de diferentes áreas, seja pelas conversas cotidianas. Contanto, as múltiplas aspás colocadas na oração acima são para problematizar que a “questão das drogas” apareceu como tema candente e, ao mesmo tempo, como problema social, há no máximo um século atrás, visto que é milenar o consumo sistemático de substâncias capazes de alterar o comportamento, a consciência e o humor dos seres humanos. Na atualidade, o consumo de “drogas” e o conhecimento produzido sobre o tema são pautados pela lógica negatizante de combate ao mal, noção pela qual passou a ser representado o consumo de toda e qualquer substância psicoativa, particularmente as ilícitas e a de abuso.

Nesta edição, a *Juventude.br* procura examinar o consumo de drogas pelos jovens brasileiros, drogas aqui entendidas como substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. Muitos questionamentos conformaram a produção do dossiê. Será que são os jovens que mais consomem drogas no Brasil? Qual o papel da mídia, dos profissionais de saúde e dos responsáveis pela segurança pública na inculcação de determinado discurso sobre a questão das drogas? Por que quem trata as drogas como mal a ser extirpado da sociedade também tende a considerar a juventude como problema social? Quais as implicações sociais e culturais da dependência de drogas? A dependência tem causalidade direta com a experimentação durante a trajetória juvenil? Qual a perspectiva apontada pelas campanhas de combate ao consumo de drogas? Essas campanhas são efetivas em que sentido? Frente à complexidade do tema, o dossiê não tem pretensão de dar resposta a todas as questões, mas com certeza oferecerá pistas para que a relação entre a juventude e as drogas passe a ser encarada de forma menos estereotipada e mais crítica.

Contribuindo com esse propósito, Arthur Guerra de Andrade e Lúcio Garcia de Oliveira nos trazem conclusões do I Levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras. Os autores afirmam que 22,8% da população de faixa etária entre 12 e 65 anos já fez uso na vida (ou seja, pelo menos já experimentou) de qualquer droga psicotrópica (exceto álcool e tabaco), sendo que os jovens da faixa etária de 18 a 24 anos apresentam as maiores prevalências de uso de substâncias psicotrópicas e de comportamentos de risco. Ainda, eles nos lembram que pesquisas de porte nacional, como a citada, são essenciais para identificar tendências de uso de drogas entre os jovens, a fim de constituir ações efetivas em políticas públicas.

Já Bruna Triana e Lucas de Oliveira, em conjunto, bem como Marlene Miranda, procuram refletir como a relação entre juventude e drogas é pautada hegemonicamente pela sociedade brasileira e quais seriam as consequências dessa associação para o desenho de campanhas e po-

Os pesquisadores apresentam que o consumo de drogas está relacionado à “própria visão de mundo de um grupo social e à construção de uma identidade individual e cultural”, sendo ingênuo considerar que seja possível eliminar as substâncias psicoativas da vida social.

líticas voltadas aos jovens. Eles alertam para simplificações recorrentes na abordagem do tema, as quais em sua grande maioria reforçam noções como a de que o consumo de substâncias psicoativas pelos jovens seja uma questão de irresponsabilidade ou de inclinação própria do comportamento individual, ou ainda enfatizam que a dependência seja destino de todos que experimentam drogas. Longe de qualquer reducionismo, os pesquisadores apresentam que o consumo de drogas está relacionado à “própria visão de mundo de um grupo social e à construção de uma identidade individual e cultural”, sendo ingênuo considerar que seja possível eliminar as substâncias psicoativas da vida social.

Regina Figueiredo vai ao encontro dessa posição ao avaliar que as estratégias preventivas que tomam como pressuposto a abstinência, a ocultação e o afastamento das substâncias psicóticas dos jovens são menos efetivas daquelas que valorizam a utilização de códigos culturais como estratégia de redução de danos. Ela aponta que a “demonização dessas substâncias e a crença em uma sociedade livre de drogas”, associadas à culpabilização do jovem e da família, estão na moda, tornando-se substrato para propostas de intervenção que se dirigem exclusivamente ao comportamento juvenil, descontextualizando-as de outros padrões de comportamento social.

Esses pressupostos da grande maioria das campanhas de combate ao uso de drogas também manifestam-se em outra noção amplamente difundida na sociedade, a de jovem usuário de crack. Douglas Casarotto de Oliveira e Guilherme Carlos Corrêa reconstroem a categoria *jovem usuário de crack* a partir dos diferentes discursos que a informam, utilizando como instrumento de pesquisa a etnografia da trajetória de um jovem dependente de crack. Os autores concluem que o discurso hegemônico associado aos casos de dependência juvenil ao crack é regido pela “perspectiva de que o crack é o mal em si”, considera “o jovem como delinquente-doente” e aponta “um ideal como tratamento, este sendo a *internação-isolamento*, entendida como internação fechada”. Para eles, a análise da tão propalada noção *jovem usuário de crack* ganha consistência quando considerada no diagrama de forças sociais que, de um lado, condena e proíbe o uso de substâncias psicoativas e, por outro, o entende como parte das condutas dos seres humanos, condicionadas por aspectos históricos.

Esse embate de posições também está presente nas opiniões dos jovens brasileiros sobre a legalização das drogas ilícitas, confirmando que “a juventude é um espelho retrovisor” da sociedade, como formula Regina Novaes. Em pesquisa coordenada por ela, junto ao IBA-SE em 2008, foi identificado que somente 22% dos jovens brasileiros concordam com a legalização do consumo da maconha, sendo que em outros países da América do Sul esse percentual é ainda menor.

Com a intenção de extrapolar o predomínio das ciências biomédicas na abordagem do tema, o dossiê orientou-se majoritariamente pelo enfoque das ciências sociais, no esforço de ampliar a reflexão sobre as dimensões política e cultural do consumo de drogas pelos jovens. Sendo o tema tão complexo, seria muito redutivo enquadrá-lo somente à análise do contato físico entre as moléculas dos psicoativos e a fisiologia humana. Esperamos sugestões e opiniões! ●



A tão propalada noção “jovem usuário de crack” ganha consistência quando considerada pelo diagrama de forças sociais que, de um lado, condena e proíbe o uso de substâncias psicoativas e, por outro, entende o consumo como parte das condutas dos seres humanos, condicionadas por aspectos históricos.

PRAÇAS DA JUVENTUDE: democratização do acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer

Maria Luiza Nogueira Rangel*

As políticas para esta área passaram a ser elaboradas por uma nova concepção de gestão pública do esporte e do lazer, na qual as diferentes manifestações esportivas são valorizadas.

Como conceito, o esporte e a prática esportiva são considerados parte integrante de um conjunto de comportamentos saudáveis que deveriam estar presentes no cotidiano da vida da população em geral e, especificamente, como parte de um processo educacional no cotidiano das crianças e jovens. Na antiguidade, a reflexão sobre a educação dos jovens idealizada por Platão (1997) incluía formação do corpo e da alma. Platão, propõe que a educação com a qual se eduquem os jovens seja a mesma com a qual se educam, há muito tempo, os gregos: a ginástica para o corpo, a música para a alma.

Segundo a UNESCO (DECLARAÇÃO, 1999), a cada dólar investido na área do esporte, atividade física ou educação física, há uma economia de 3,2 dólares na área da saúde. O mesmo entendimento pode ser ampliado para outras áreas, por exemplo, a segurança pública.

Embora reconhecida a importância, consagrada em nossa legislação e garantida como direito fundamental, na prática, boa parte das nossas crianças se tornam adultos sem ter tido a oportunidade de pisar em uma quadra, jogar uma bola ou praticar qualquer outra atividade esportiva. A falta de elaboração e implementação de políticas públicas de esporte e la-

Arquivo/MinEsporte



Praça da Juventude inaugurada em maio/2010, no bairro Farolândia, em Aracaju-SE

zer por longas décadas desenhou um mapa excludente para o esporte no país (LIBERATO; SOARES, 2009).

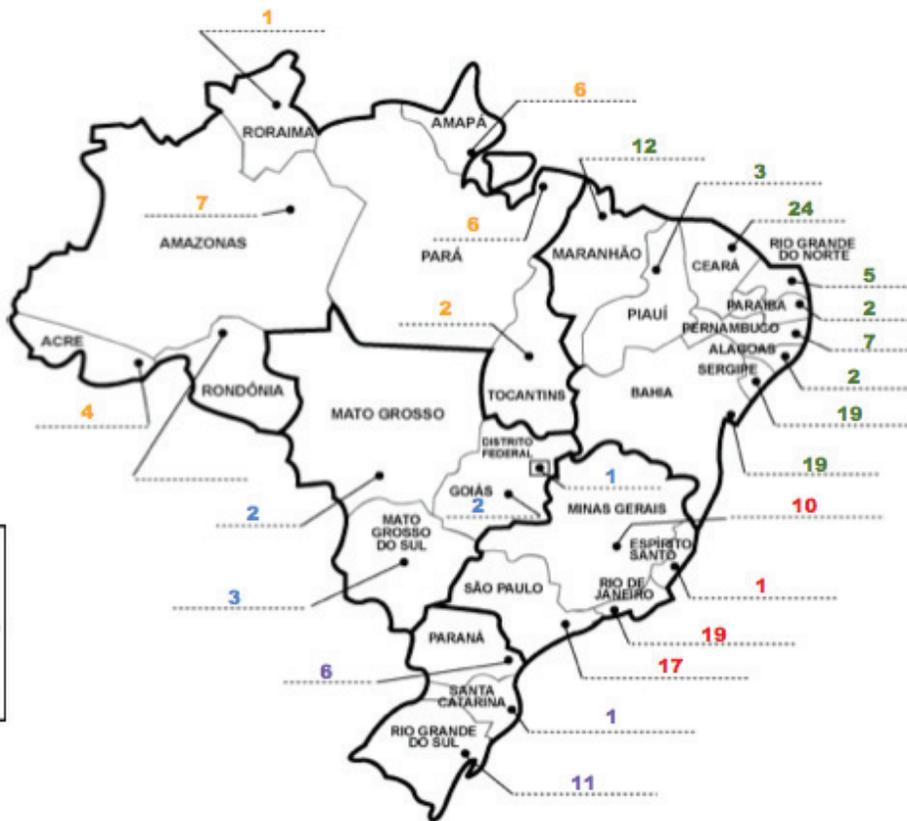
Em 2003, com a criação do Ministério do Esporte (ME), o esporte ganhou uma nova dimensão no cenário político nacional passando a ser identificado como segmento estratégico do governo federal. Como desdobramento, as políticas para esta área passaram a ser elaboradas por uma nova concepção de gestão pública do esporte e do lazer, na qual as diferentes manifestações esportivas são valorizadas, entre elas: o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, das ações de inclusão social por meio do esporte, da programação

e execução de projetos ligados ao esporte educacional e à conjugação orgânica entre o esporte e o lazer em todas as regiões brasileiras.

As políticas públicas de esporte e lazer concebidas e implantadas pelo Ministério do Esporte estão sustentadas em três fatores básicos: garantir à população brasileira o acesso gratuito às práticas esportivas; utilizar, sistematicamente, o esporte e o lazer como fatores de melhoria da qualidade de vida; e introduzir, de forma sistemática e regular, o esporte e o lazer na promoção do desenvolvimento humano em todos os segmentos sociais e em todas as regiões do país.

PRAÇAS DA JUVENTUDE PELO BRASIL

Entre 2008 e 2010, foram conveniadas 192 Praças da Juventude



Mesmo não tendo como foco central o segmento jovem, nos últimos sete anos, o Ministério do Esporte desenvolveu uma série de programas e projetos com características específicas e voltados às necessidades da juventude brasileira. Ações que beneficiam diferentes atores coletivos da sociedade civil e que alcançam as reflexões sobre a problemática juvenil, incidindo diretamente sobre a juventude.

Podemos citar diferentes programas: Esporte e lazer da Cidade, Pintando a Cidadania, Pintando Liberdade, Bolsa Atleta, Descoberta de Talentos Esportivos, Núcleos de Esporte de Base (para especialização do treinamento de formação esportiva); e Centros Regionais de Treinamento (para descentralizar o aprimoramento de atletas de alto nível), Segundo Tempo¹ e Praças da Juventude.

Quanto aos programas Segundo Tempo e Praças da Juventude, podemos dizer que o primeiro dialoga com diferentes atores, mas beneficia diretamente crianças, adolescentes e jovens no contraturno escolar. Já a praça da juventude teve como inspiração a criação de um espaço físico

que pudesse se tornar um ponto de encontro, de referência para a juventude desenvolver diversas atividades, entre elas as de esporte e lazer. Mas, mesmo sendo dedicada à juventude, a filosofia da praça é tornar-se um espaço intergeracional beneficiando a população em geral: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

A preocupação fundante na elaboração de políticas públicas de infraestrutura esportiva como as Praças da Juventude e as Praças do PAC é democratizar o acesso à prática esportiva e às atividades de lazer a uma parcela da sociedade que não tem acesso a equipamentos esportivos, porque estes, durante muito tempo, foram concentrados em clubes e condomínios privados. Em outras palavras, tornaram-se inacessíveis à maioria da população.

Uma das diretrizes no momento de criação do Ministério do Esporte foi ampliar a infraestrutura esportiva no país, a fim de democratizar o acesso à prática esportiva e às atividades de lazer. O déficit de equipamentos públicos de esporte e lazer foi, com destaque, um dos principais problemas apontados nas três edições da Conferência

O acesso a espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer reflete as desigualdades sociais do país. Durante décadas, o que prevaleceu foi a concentração da infraestrutura esportiva em clubes privados, condomínios fechados ou bairros de elite.

Nacional do Esporte (2004, 2006 e 2010) e também na Conferência Nacional de Juventude (2008). O acesso a espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer reflete as desigualdades sociais do país. Durante décadas, o que prevaleceu foi a concentração da infraestrutura esportiva em clubes privados, condomínios fechados ou bairros de elite, o que favorecia a uma pequena parcela da população.

Diante do desafio de ampliar a oferta de espaços públicos para a prática esportiva e o lazer, o Ministério do Esporte buscou dados oficiais, mas até o momento nenhum levantamento havia sido feito. Para conhecer a es-

trutura esportiva e de lazer existentes nos municípios do país, realizou-se um diagnóstico, iniciado em 2004, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Suplemento de Esporte, relato dos dados coletados pelo IBGE em 5.561 municípios brasileiros, explicitou a precariedade da infraestrutura pública no país.

Para reverter o déficit de equipamentos esportivos, o Ministério do Esporte mobilizou recursos adicionais para reforço de dotação orçamentária e desenvolveu estratégias para melhorar a execução e diminuir o tempo das obras. Entre elas, reuniões técnicas regionais para orientação dos gestores estaduais e municipais quanto aos procedimentos para execução dos projetos aprovados. Atualmente, cerca de 66% do orçamento do ministério é aplicado na construção de equipamentos públicos esportivos. Em 2010, o orçamento do Ministério do Esporte totalizou R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 1 bilhão está voltado para a implantação e modernização de infraestrutura esportiva.

Entre 2003 e junho de 2010, foram investidos R\$ 2,9 bilhões em mais de 12,5 mil contratos para a reforma de equipamentos ou construção de novos. As obras contratadas referem-se à implantação e modernização de infraestrutura para o esporte recreativo e de lazer e ao desenvolvimento do esporte educacional e de alto rendimento. Isso abrange a construção

de quadras, ginásios, piscinas, pistas de atletismo, laboratórios, centros de treinamento, Praças da Juventude, equipamentos em escolas do ensino fundamental e médio e em instituições de ensino superior, bem como a implantação de estruturas para a realização de competições e grandes eventos nacionais e internacionais. Destes equipamentos destacam-se: a construção de quadras de esporte (5.220 obras), ginásios (1.307 obras), estádios (836 obras), vilas olímpicas (33), complexos esportivos (384), campos de futebol (683), pistas de atletismo (72), Praças da Juventude (192) entre outros.

O projeto Praça da Juventude foi criado em 2007 com o objetivo de levar um equipamento esportivo público e qualificado para a população, e ao mesmo tempo pudesse tornar-se ponto de encontro e referência da juventude. Mais do que um espaço físico para a prática de esportes, a Praça da Juventude é uma área de convivência comunitária onde são realizadas também atividades culturais, de inclusão digital e de lazer para a população de todas as faixas etárias.

O desenvolvimento de um projeto estruturante ajudou a direcionar as emendas parlamentares para uma ação capaz de gerar uma nova proposta de ponto de encontro e diversão para juventude. Entre 2008 e 2010, foram conveniadas 192 Praças da Juventude e, só em 2010, o Ministério já recebeu mais de 500 pedidos de estados

Atualmente, cerca de 66% do orçamento do ministério é aplicado na construção de equipamentos públicos esportivos.



O projeto Praça da Juventude foi criado em 2007 com o objetivo de levar um equipamento esportivo público e qualificado para a população e, ao mesmo tempo, pudesse tornar-se ponto de encontro e referência da juventude.

e municípios. Apesar de ter juventude no nome, o projeto tem se destacado pelo caráter intergeracional. Idosos, crianças, adultos e jovens tem encontro marcado diariamente nas Praças já inauguradas (Aracaju, em Sergipe, e Mogi Guaçu, em São Paulo).

Concebido pelo Ministério do Esporte e implementado em parceria com governos estaduais e municipais, o projeto Praça da Juventude conta ainda com a parceria do Ministério da Justiça, por intermédio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O Pronasci oferece condições para que as Praças da Juventude possam consolidar-se como organizações efetivas e integradas à vida comunitária. Existe uma forte complementaridade entre esses dois programas quanto aos seus objetivos de educar, ressocializar e apoiar jovens em situação de vulnerabilidade social.

Cada Praça da Juventude custa, em média, R\$ 1,7 milhão. O investimento total no projeto é superior a R\$ 215 milhões. As Praças da Juventude estão distribuídas nas cinco regiões do país, com maior concentração nas regiões Nordeste (49%) e Sudeste (25%). Das 192 Praças contratadas, 25 tem recursos oriundos do Pronasci.

As Praças da Juventude são construídas em áreas de, no mínimo, sete mil m² e são destinadas a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer. As Praças são equipadas com: quadra poliesportiva coberta; pista para salto triplo; pista para salto a distância; pista para caminhadas; quadra de vôlei de praia; área de exercícios e alongamento; campo de futebol *society*; pista para *skate*; teatro de arena com palco; quiosque de alimentação; vestiários/sanitários; arquibancadas; totem; centro de convivência com salas para ginástica, terceira idade, administração, reuniões, sanitários e outros; bebedouros; grama natural/sintética; sanitários com acesso para portadores de necessidades especiais; sistema de iluminação específico para cada pista; paisagismo; e mastro para bandeiras.

Apesar de ter juventude no nome, o projeto tem se destacado pelo caráter intergeracional. Idosos, crianças, adultos e jovens tem encontro marcado diariamente nas Praças já inauguradas (Aracaju-SE e Mogi Guaçu-SP).

O Ministério do Esporte sugere aos municípios que projetem os espaços abertos com o uso de mobiliários urbanos (bancos, postes, lixeiras, piso podotátil, bicicletário, mesas de jogos, *playground* e outros) e de vegetações com áreas de sombras, a fim de qualificar o projeto.

O conceito da Praça da Juventude como espaço não destinado apenas às práticas esportivas e ao condicionamento físico, mas também relacionado à educação, ao lazer e recreação, à integração social, à ressocialização de pessoas, à saúde e à qualidade de vida, fez com que, em 2010, o Ministério do Esporte se unisse aos ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Justiça, do Planejamento, do Trabalho e Emprego e ao Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital. O objetivo era desenvolver um projeto que integrasse, em um único equipamento, atividades e serviços culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. A parceria interministerial criou, então, o projeto Praças do PAC, que passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) no Eixo Comunidade Cidadã, assim como outros equipamentos sociais de saúde, educação e segurança pública.

Entre 2011 e 2014, está prevista a construção de 800 Praças do PAC, sendo que na primeira seleção (2010) serão contempladas 400 propostas. O governo federal prevê o investimento de R\$ 1,6 bilhão em quatro anos e os recursos são do Orçamento Geral da União (OGU). As Praças do PAC destinam-se a municípios integrantes dos Grupos I e II do PAC 2 e o Distrito Federal. Por ter como prioridade atender regiões com alto índice populacional e baixa renda, as Praças do PAC qualificam os locais onde serão implantadas, oferecendo à população acesso a atividades e serviços diversificados.



Modelo I da Praça destinado exclusivamente a áreas de povoamento muito adensado, em que não há disponibilidade de terrenos mais extensos

As inscrições para a primeira etapa do projeto aconteceram de 20 de setembro a 29 de outubro de 2010. Nesse período, o grupo interministerial recebeu mais 700 propostas de estados e municípios de todo o país. A divulgação dos municípios selecionados acontece dia 10 de dezembro de 2010.

Para atender às diferentes características e disponibilidade de espaço nos municípios brasileiros, foram desenvolvidos três modelos de Praças do PAC para terrenos com dimensões mínimas de 700 m², 3 mil m² e 7 mil m².

O modelo de 7 mil m² é composto por cineteatro de 120 lugares, telecentro, biblioteca, salas multiuso, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vestiários, quadra de areia, pista de skate, jogos de mesa, espaço criança, quadra coberta poliesportiva, espaço para a terceira idade, anfiteatro, equipamentos de ginástica, kit básico esportivo e pista de caminhada. O modelo de 7 mil m² pode ser solicitado exclusivamente pelo Distrito Federal e por municípios com população superior a 400.000 habitantes. O valor de investimento previsto para este modelo é de até R\$ 3,3 milhões (Referência: Sinapi/Caixa).

O modelo de 3 mil m² prevê a construção de cineteatro de 60 lugares, telecentro, biblioteca, salas multiuso e CRAS, pista de skate, jogos de mesa, espaço criança, quadra coberta, equipamentos de ginástica, kit

básico esportivo e pista de caminhada. O valor de investimento previsto para este modelo é de até R\$ 1,9 milhão (Referência: Sinapi/Caixa).

Já o modelo de 700 m² terá cineteatro de 48 lugares, biblioteca, telecentro, CRAS, salas multiuso, pista de skate, equipamentos de ginástica, kit básico esportivo e jogos de mesa. Esse modelo destina-se exclusivamente a áreas de povoamento muito adensado em que não há disponibilidade de terrenos para a construção dos modelos de 7 mil e 3 mil m². O valor de investimento previsto para esse modelo é de até R\$ 1,9 milhão (Referência: Sinapi/Caixa).

É pré-requisito para a construção de uma Praça do PAC a disponibilidade de terreno em localização, condições de acesso e características geotécnicas e topográficas adequadas para a implantação do projeto. Como contrapartida o governo federal exige de estados e municípios o compromisso com a gestão, funcionamento e manutenção do equipamento.

Terão prioridade os estados e municípios que apresentarem maior déficit de equipamentos culturais, esportivos e de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); maior atendimento à população de baixa renda; proposta de construção de novos equipamentos; maior densidade populacional; complementação de obras de urbanização do PAC ou do Minha Casa, Minha Vida já contratadas; Territórios

da Paz, conjunto de ações do Ministério da Justiça que faz parte do Pronas-ci; e situação fundiária que permita rápido início de obras.

O investimento em infraestrutura esportiva faz parte de um grande movimento de fortalecimento do esporte no país, que culmina com a realização de megaeventos esportivos, como a Copa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. O objetivo é deixar como legado para a população brasileira uma grande oferta de equipamentos públicos de esporte e lazer.

Neste contexto, as ações desenvolvidas pelo governo federal, por meio do Ministério do Esporte visam, em síntese, reduzir a carência de políticas públicas que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e por lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social. Para o Ministério, o papel ocupado pelo esporte e lazer no mundo contemporâneo não pode ser outro senão o de instância de emancipação e desenvolvimento humano. Para tanto, uma das suas modalidades de ação é a construção de equipamentos públicos para a realização de atividades de esporte e de lazer em conjunto com outras atividades que propiciem o desenvolvimento humano e social como parte integrante da vida comunitária. E os projetos Praça da Juventude e Praças do PAC se inserem neste contexto. ❶

* **MARIA LUIZA NOGUEIRA RANGEL** é professora titular em políticas públicas e gestão educacional na Universidade Estadual de Goiás; foi membro do Conselho Nacional de Juventude, nos anos 2006 e 2007. Atualmente, exerce a função de Gerente de Projetos no Ministério do Esporte.

NOTA

❶ O Programa Segundo Tempo beneficiou aproximadamente 3,8 milhões de crianças, adolescentes e jovens entre 2003 e julho de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECLARAÇÃO de Punta Del Este. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MINISTROS E REPRESENTANTES OFICIAIS RESPONSÁVEIS PELA EDUCAÇÃO TERCEIRA FÍSICA E ESPORTE, 3, 1999, Punta Del Este (Uruguai): UNESCO, 1999. Disponível em: <http://www.saudeemovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=196>. Acesso em: 4 nov. de 2010.

LIBERATO, Almir; SOARES, Artemis. Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: retrospectiva histórica. Manaus: EDUA, 2009.

PLATÃO. A República. Nova Cultural, 1997.

JUVENTUDE EM RISCO DE VIDA: uma breve descrição sobre os homicídios no Brasil recente

Lisa Biron*

Apresentação

A violência e a criminalidade têm assombrado a vida cotidiana de toda a população brasileira. Apesar de todos os esforços empreendidos nos últimos anos e de algum resultado modesto, o País ainda apresenta taxas exorbitantes de homicídios, especialmente quando comparado aos demais ao redor do globo. Fato mais preocupante é que a juventude se coloca como protagonista central neste fenômeno perverso. Este estudo traz uma breve análise descritiva dos homicídios no Brasil, através da apresentação das principais estatísticas disponíveis e, ainda, procura identificar algumas características sociais dos jovens expostos ao risco da violência, por meio de pesquisa recém-lançada do Ministério da Justiça e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A epidemia de homicídios no Brasil

Infelizmente, essa mazela social não é fato novo no Brasil. Há décadas, a sociedade encontra-se exposta ao medo e à insegurança, convivendo em meio de níveis alarmantes de crime contra a vida, sendo evidenciados ainda mais através da mídia e noticiários nos últimos tempos. Paralelamente, o poder público, nas três esferas de Governo, fora muito omissivo, voltando à cena para o combate ao problema apenas recentemente, por meio de ações e políticas aparentemente eficazes.

Nos últimos dez anos, mais de meio milhão de pessoas foram vítimas de homicídios no Brasil, segundo da-

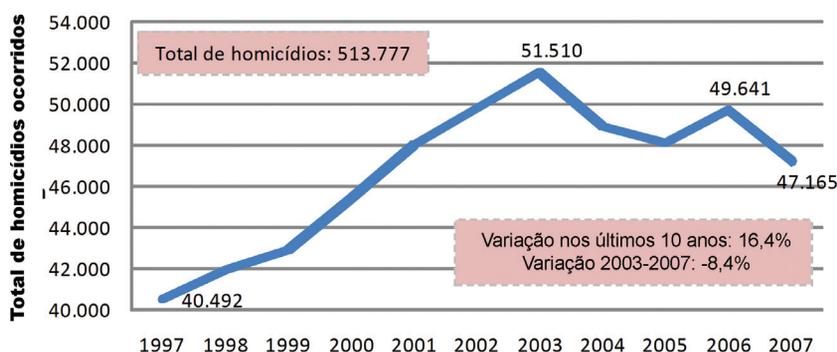
dos do *Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATSUS)*, divulgados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2009b). Por meio do Gráfico 1, podemos observar o fenômeno da violência homicida entre 1997 e 2007; neste período, teve incrementos contínuos até 2003, quando há uma leve queda da tendência. Nesta década passada, o fenômeno alastrou-se 16%, sendo que, a partir de 2003, apresentou queda de 8,4%, com oscilações. Waiselfisz (2010) atribui essa queda, em grande parte, às políticas de desarmamento promovidas a partir de 2003.

Em 2007, foram registrados, junto às autoridades de saúde competentes, mais de 47 mil óbitos por homicídios (BRASIL, 2009b). Isso significa dizer que, em termos médios, o Brasil tem diariamente cerca de 130 vidas suprimidas por meio da violência. Estes números são assustadores e equivalentes a estatísticas oficiais de guerra e outros atentados. Apenas

Este estudo procura identificar algumas características sociais dos jovens expostos ao risco da violência, por meio de pesquisa recém-lançada do Ministério da Justiça e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

como exercício de comparação, isso representa o dobro das mortes diárias de civis na Guerra do Iraque no mesmo ano, que esteve em torno de 66 vítimas (POST-SURGE, 2010). Waiselfisz (2010) coloca o exemplo do "Massacre do Carandiru" que, segundo fontes oficiais, causou 111 mortes neste complexo de detenção: como se tivéssemos um grande massacre de jovens a cada dia no País.

Gráfico 1: Evolução do número de óbitos por homicídios no Brasil - 1997 a 2007



1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007

Fonte: Elaboração da autora, a partir dos dados do SIM/DATASUS. Ministério da Saúde (2009b).

Gráfico 2: Distribuição do número de óbitos por homicídio no Brasil, segundo a faixa etária - 2007

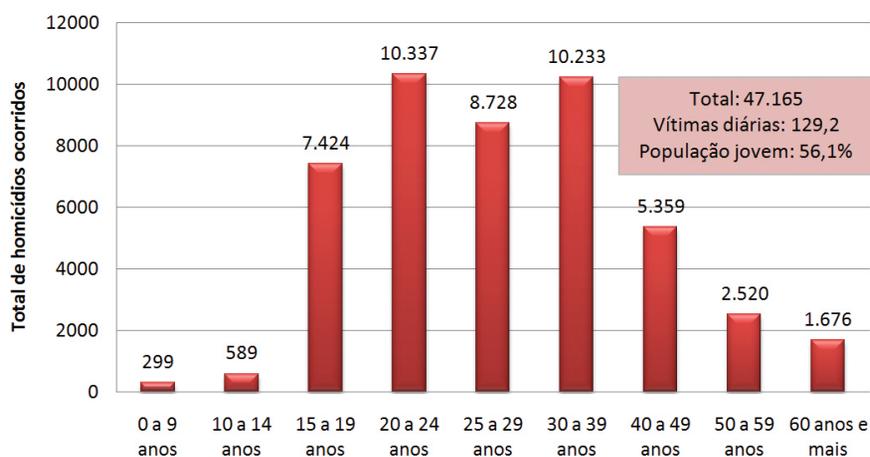


Gráfico 3: Evolução das taxas de homicídios no Brasil, entre jovens e população total - 1997 a 2007

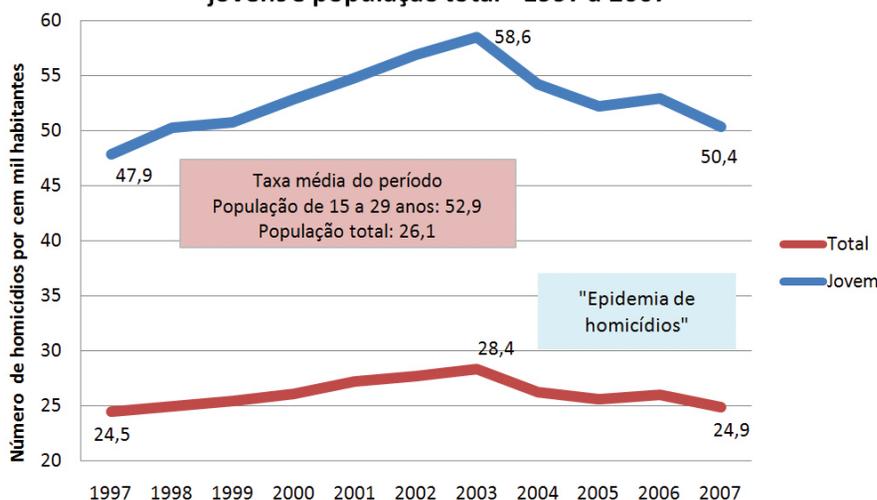
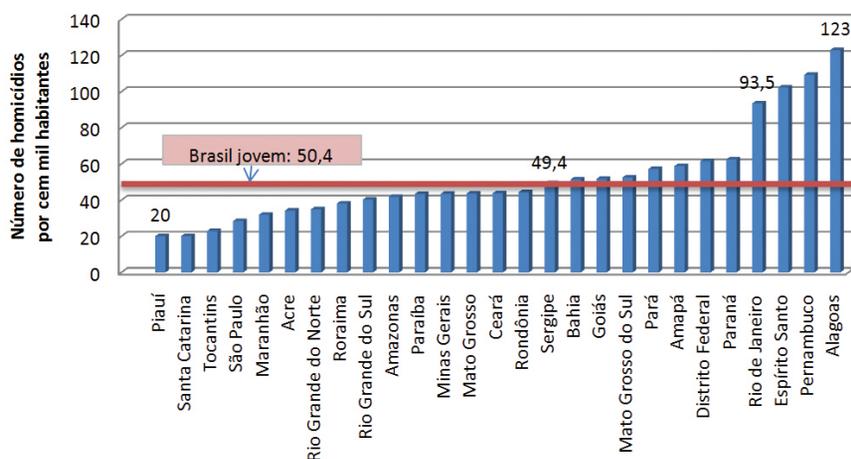


Gráfico 4: Taxa de homicídios entre jovens, com 15 a 29 anos de idade, por cem mil habitantes, por estado brasileiro - 2007



Fonte: Elaboração da autora, a partir dos dados do SIM/DATASUS. Ministério da Saúde (2009b).

Cabe ressaltar ainda que os homicídios representam aproximadamente 5% do total de mortes ocorridas no País em 2007 e configuram-se em 36% dos óbitos por causas externas (acidentes e violências).

Analisando os números dos homicídios por faixa etária, salta aos olhos o peso relativo da juventude entre as vítimas desse fenômeno¹. A população entre 15 e 29 anos de idade somou 26.489 mortes por homicídios no último ano analisado, o que significa 56% do total – prevalência extremamente alta considerando que esse grupo consistia de 26,5% da população brasileira em 2007 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007)². O Gráfico 2 revela que é a partir dos 15 anos de idade que há um sobressalto no número de homicídios, tornando-se ainda maior na faixa etária de 20 a 24 anos. Aqui, o ponto é crítico, uma vez que as vítimas representam mais de 20% das 47 mil pessoas assassinadas. O número só se reduz entre as pessoas de 40 anos de idade.

Os homens disparam entre as vítimas, em todas as faixas etárias, representando cerca de 90%. Igualmente, são os homens jovens os principais autores desses homicídios, com baixíssima participação das mulheres nesta modalidade de crime (em torno de 5%), segundo os dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJ). Sendo assim, podemos dizer que a criminalidade homicida caracteriza-se substancialmente como um fenômeno jovem e masculino.

O Gráfico 3 indica que a evolução das taxas de homicídios, entre 1997 e 2007, se mostrou de forma significativamente mais acentuada e acelerada entre os jovens de 15 a 29 anos do que entre a população brasileira como um todo. Interessante observar que ambas as tendências são crescentes e decrescem ligeiramente a partir de 2003, quando atingem o ápice (58 entre jovens e 28 na população total). Em cada ano, as taxas juvenis

são, em geral, o dobro das taxas médias, evidenciando a superincidência de homicídios nessa faixa etária. Nesta década, a taxa de homicídios entre jovens foi de 52,9 homicídios por cem mil habitantes, contra 26,1 considerando todas as faixas etárias.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera como locais de epidemia aqueles nos quais as taxas de homicídios ou tentativas superam dez casos para cada grupo de cem mil habitantes. Nestes termos, há pelo menos três décadas o Brasil vive assolado por uma epidemia de homicídios, dado que em 1990 sua taxa de homicídios já estava na ordem de 21,2, o dobro da considerada razoável. O menor nível de todo o período (1990-2007) foi de 18,2, correspondente ao ano de 1992.

Existe uma grande heterogeneidade na distribuição espacial dos

homicídios, especialmente entre os estados brasileiros. As taxas, normalizadas em relação ao tamanho da população de cada estado, mostram-se ainda mais estarrecedoras, quando considerada apenas a população jovem. Em média, o Brasil apresentou 50 homicídios de jovens de 15 anos a 29 anos, para cada grupo de cem mil habitantes, em 2007. Neste ano, a oscilação é forte, variando de 20 (Piauí) até 123 (Alagoas), conforme observado no Gráfico 4. Mais preocupante é que mesmo a menor taxa apresentada já era o dobro do grau inicial de epidemia. Em outras palavras, estamos diante de um quadro epidêmico de homicídio juvenil – e isso vale para todos os estados brasileiros.

Segundo Waiselfisz (2010), 18 das 27 Unidades Federativas apresentaram incrementos nas suas taxas de homicídios entre 1997 e 2007, com

destaque para Alagoas, Maranhão e Minas Gerais, onde os índices aumentaram mais de 150%. Apenas nove unidades detiveram variação negativa, incluindo São Paulo, onde os índices caíram 58,6% na última década. Atualmente, Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo e Rio de Janeiro lideram o *ranking* de homicídios entre seus jovens, que parecem entregues à própria sorte em locais dominados ora pela extrema pobreza e desigualdade de oportunidades, ora pela guerra velada do tráfico de drogas.

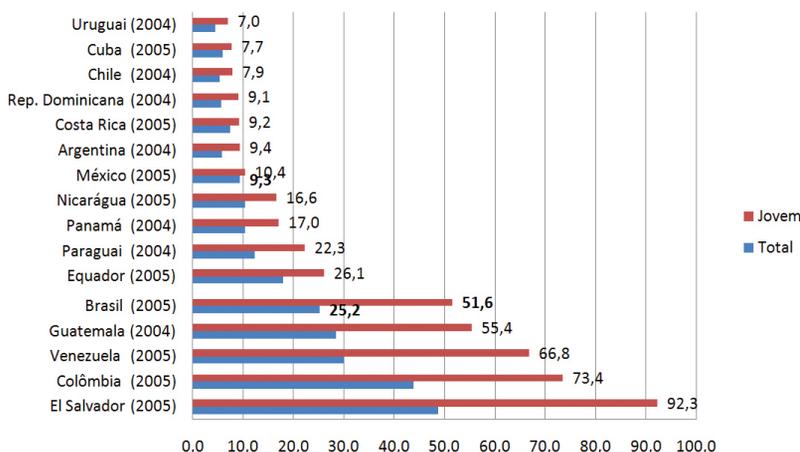
É preciso assinalar, entretanto, que a grande prevalência de homicídio juvenil não é fenômeno particular do Brasil. E sim, um grande drama social que atinge toda a América Latina. Em uma seleção com 91 países do mundo, sete dos dez países com maior número de vítimas de homicídios, crianças e adolescentes entre 0 a 19 anos, são latino-americanos. O Brasil detém a lamentável quinta colocação (WAISELFISZ, 2010).

Como revela o Gráfico 5, os países da América Latina com as taxas de homicídios juvenis superiores ao Brasil são El Salvador, Colômbia, Venezuela e Guatemala, que, não surpreendentemente, também lideram as ocorrências desses crimes, quando consideramos todas as faixas etárias.

De acordo com o levantamento feito por Waiselfisz (2008), publicado no *Mapa da Violência* do mesmo ano, as taxas de homicídio entre a população total e população jovem apresentam grandes diferenças em países com índices mais altos na América Latina. Quando a taxa de homicídio total diminui, decrescem ainda mais essas ocorrências entre os jovens. Atenemos ainda para o fato de que Brasil e Colômbia não somente são países que apresentam umas das maiores taxas de mortes violentas de crianças e adolescentes, mas, ao mesmo tempo, são países com forte presença de tráfico de drogas, sugerindo uma possível relação entre essas duas modalidades de crime.



Gráfico 5: Taxas de homicídios na população total e entre jovens, nos países da América Latina. Último ano disponível



Fonte: Elaboração da autora, a partir dos dados do SIM/DATASUS. Ministério da Saúde (2009b).

Quadro 1: Perfil sociodemográfico dos grupos com exposição ao risco de violência e baixo risco - 2009

Grupo com baixo risco de violência	Grupo com algum risco ou história de violência
*Predominância sexo feminino (54,1%)	*Representa quase 1/3 da população entre 12 e 29 anos
* Crianças e adolescentes até 18 anos (45,8%)	*Predominância masculina (56,1%)
* Solteiros (78,9%)	*Jovens acima de 19 anos (73,2%)
* Estudantes (42,1%)	*Pessoas casadas ou "unidas" (29,3%)
* Possuem religião - católicos (48,9%)	*Trabalhadores informais (27,8%)/Desempregados (11,8%)
* Brancos (36,8%)	*Pessoas sem religião (18,6%)
	* Pretos ou pardos (64,1%)
	*Presenciam violência policial corriqueiramente (57,6%)
	*Costumam ver pessoas armadas nas ruas (64,1%)
	*Declararam ter pessoas próximas vítimas de homicídios (8%)
	*Quase totalidade viu corpos de pessoas assassinadas (88%)

Fonte: Elaboração da autora, a partir de Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto de Pesquisas – Datafolha, 2009.

Quem são os jovens expostos à violência?

Ao nos depararmos com números tão alarmantes como os apresentados anteriormente, uma das questões que se coloca é identificar o perfil desses jovens expostos à violência. Quais são os possíveis fatores que levam um jovem ser mais vulnerável que o outro em uma mesma região? Por certo, aspectos sociais, culturais e econômicos diferenciam um indivíduo do outro, influenciando seus hábitos, comportamentos e, conseqüentemente, o nível de sua propensão ao risco. Saber reconhecer, ao menos, as características socioeconômicas de um grupo de indivíduos em risco, por exemplo, já consiste um passo relevante para se tentar entender, ainda que preliminarmente, a prevalência de sobremortalidade juvenil e masculina³.

O Ministério da Justiça, em parceria com Fórum Brasileiro de Segurança Pública – na tentativa de aprofundar o conhecimento sobre o envolvimento da juventude com a violência e, por meio disso, melhor desenhar suas estratégias de políticas –, desenvolveu uma pesquisa inédita com mais de cinco mil jovens em 31 municípios (13 capitais), todos com intervenção do PRONASCI, para avaliar a exposição, em termos de riscos, histórico e



Um em cada três jovens entre 12 e 29 anos de idade está exposto à violência, seja na forma de testemunha ou de vítima de evento de risco.

percepções desses jovens vulneráveis, entre 12 e 29 anos de idade (BRASIL, 2009a)⁴.

A partir dos resultados das narrativas e entrevistas com os 5.185 jovens, foram estabelecidos dois grupos distintos: (i) com baixo risco de violência, (ii) com algum risco ou história de violência, cujas principais características sociodemográficas são sumarizadas no Quadro 1.

Um em cada três jovens entre 12 e 29 anos de idade está exposto à violência, seja na forma de testemunha ou de vítima de evento de risco. De acordo com o Quadro 1, fica claro como aspectos socioeconômicos e culturais influenciam a exposição ao risco de violência. De fato, a população

mais nova (até os 18 anos) apresenta menos vulnerabilidade. Raça e religião também são fatores que distinguem ambos os grupos: no primeiro, prevalecem católicos e brancos; enquanto entre os expostos, há alto percentual de pessoas sem religião e pessoas não brancas. Como esperado, o grupo exposto ao risco de violência encontra-se à margem do mercado de trabalho, ou seja, vulneráveis economicamente.

Evidentemente, o grupo “exposto”, como já prediz sua denominação, revela fortes testemunhos de violência, tais como abuso de poder policial e pessoas armadas em trânsito. Um dos pontos mais reveladores, segundo os dados levantados, é que quase nove em dez desses jovens (expostos) declararam, em 2009, ter visto algum corpo de pessoa assassinada na rua, sendo que cerca de 30% destes apontaram ter visto mais de sete corpos assassinados.

Os homicídios literalmente fazem parte do cotidiano da juventude brasileira: um em quatro jovens (de 12 a 29 anos) já presenciou pelo menos uma pessoa sendo morta por arma de fogo no último ano, sendo que entre o grupo de risco esse percentual alcança 44,5% (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009a).

Considerações finais

De posse das observações tecidas ao longo deste breve estudo, fica a pergunta: Por que os homicídios têm cada vez mais vítimas (e autores) homens jovens? Através dos dados apresentados, percebemos que essa violência, de caráter epidêmico, pouco afetou as mulheres, crianças e idosos – que são geralmente os grupos populacionais mais vulneráveis socialmente. Dizer que os homens jovens são mais propensos ao risco, mais inclinados à “rebeldia”, de uma maneira geral, também não parece mais suficiente.

Ao longo dos anos, uma vasta gama de estudos, em diferentes áreas, foi desenvolvida com vistas à explicação destes determinantes e possíveis soluções para o problema da criminalidade, especialmente relacionada a homicídios. Mas é preciso foco: a juventude. Ter como controle a faixa etária mais afetada é fundamental para qualquer proposição de política pública.

Certamente, esforços por parte do Governo Federal, por intermédio do PRONASCI, têm sido inovadores neste sentido. Associar a segurança pública com ações em áreas estratégicas para juventude, como a educação e o esporte, já é um bom ponto de partida. No entanto, ainda há avanços a serem perseguidos, em grande parte relacionados à universalização do ensino médio, maior inserção no mercado de trabalho e, sobremaneira, equalizar o acesso às oportunidades pela juventude. Feito isso, é possível que seja perceptível uma atenuação da vulnerabilidade à violência dessa população (seja como vítima ou autora de delinquência), tendo em vista a promoção de melhores condições de vida e uma sociabilidade mais adequada. É primordial traçar uma transição da juventude para a vida adulta de forma mais digna e menos traumática possível. ●



Jovens do sexo masculino e negros são o grupo com alto risco de violência.

* **LISA BIRON** é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCE/UERJ).

NOTAS

1 Aqui, consideramos juventude como o grupo populacional na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, incluindo a noção de adulto jovem, segundo a Secretaria Nacional de Juventude.

2 Segundo a Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), em 2007, havia mais de 49,8 milhões de jovens na faixa de 15 a 29 anos de idade. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

3 Ressalvamos, entretanto, que a explicação dos condicionantes da vitimização e da exposição ao risco vai muito além das características socioeconômicas de um indivíduo, mas passa, também, por exemplo, por questões psicológicas, ambiente familiar, abuso de drogas, maior propensão ao risco da juventude e uma série de outros fatores que também o influenciam. No entanto, analisá-los não é objetivo deste estudo.

4 Para mais detalhes, ver: Projeto Juventude e Prevenção da Violência: Primeiros resultados (BRASIL, 2009a).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Justiça. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Projeto Juventude e Prevenção da Violência: Primeiros resultados.** Brasília, 2009a.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/SENASP/>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. Indicadores e Dados Básicos. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2009/matriz.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2009b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 out. 2009.

POST-SURGE violence: its extent and nature. **Iraq Body Count.** Disponível em: <<http://www.iraqbodycount.org/analysis/numbers/surge-2008/>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência: anatomia dos homicídios no Brasil.** Ministério da Justiça, 2010.

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência: os jovens da América Latina.** Ministério da Justiça, 2008.

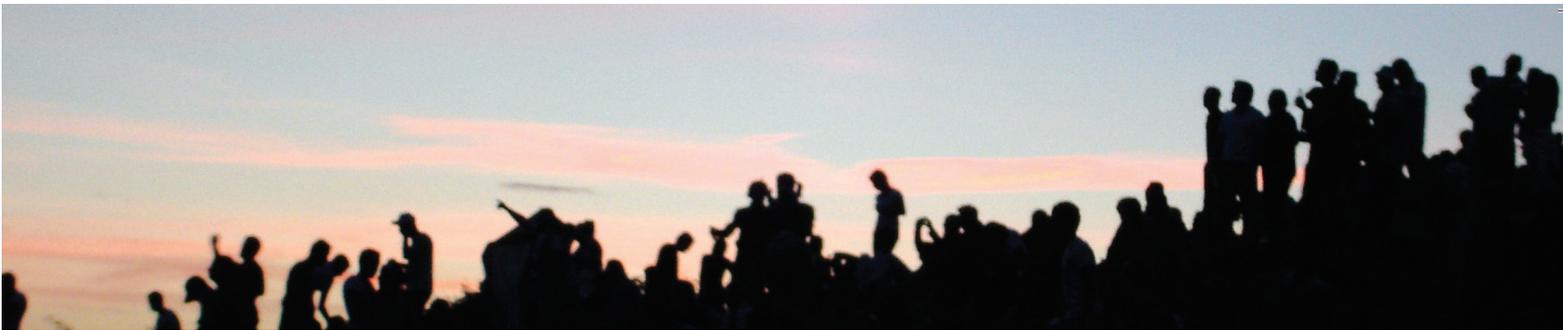


DOSSIÊ

JUVENTUDE E DROGAS

A questão das drogas colocou-se como tema candente e, ao mesmo tempo, como problema social, há no máximo um século atrás, visto que é milenar o consumo sistemático de substâncias capazes de alterar o comportamento, a consciência e o humor dos seres humanos.





JUVENTUDE E DROGAS: *uma outra abordagem*

Bruna Nunes da Costa Triana* e Lucas Amaral de Oliveira**

1. O QUE SÃO DROGAS?

Primeiramente, para tratar da questão das drogas, é fundamental delimitarmos e conceituarmos nosso objeto. “Do ponto de vista orgânico, drogas são aquelas substâncias que possuem a capacidade de alterar nosso estado de consciência, nossa percepção” (CARLINI-COTRIM, 2002, p. 72). Para os meios de comunicação de massa, drogas são determinadas substâncias que estão proscritas por lei (*crack*, cocaína, maconha). Juridicamente conceituada, drogas são substâncias que alteram o estado psíquico, físico e mental do consumidor e que causam dependência química e física. A mídia se utiliza dessa definição legislativa, considerando drogas todas as substâncias proibidas por lei, e propaga todos os dias, através dos noticiários da televisão ou dos jornais, muitas situações ligadas diretamente, através de uma lógica banal de causa-efeito, com o mundo da droga: número de mortos, traficantes e usuários em guerra, o número de dependentes aumentando, os quilos apreendidos no intermédio do tráfico, etc.

No entanto, “a droga não é um problema em si, ela é também o problema da construção social, de construção das comunicações que se fazem em torno dela” (BOLOGNA, 2002, p. 85). O uso de substâncias ilícitas está

relacionado à própria visão de mundo de um grupo social e à construção de uma identidade individual e cultural. Por exemplo, os que consomem anabolizantes, atualmente, se voltam para a virilização da ética e, sobretudo, da estética. Numa lógica totalmente contrária, como aponta Sabino (2000, p. 2), drogas como maconha, cocaína, heroína, entre outras, são “consideradas substâncias causadoras da perda de autocontrole [...], sendo responsáveis pela concepção [...] de que seus usuários são pessoas com conduta sem freios beirando a loucura, enfim, conduta que poderia ser denominada dionisíaca”. Ainda, a atenção em torno do uso dessas substâncias aumenta cada dia mais, principalmente devido à ligação ¹que os meios de comunicação fazem de jovens mortos com o envolvimento com drogas. Nesse sentido, não é mais possível se perguntar “por que as pessoas usam drogas?” e “que significado isso tem para os indivíduos?” Nem, tampouco, é mais possível se contentar com respostas simples apresentadas a essas questões, pois elas só costumam concluir pelo “erro”, pela “falta” e pela “fraqueza”. Logo, é necessário problematizar de outra maneira, mediante outros questionamentos. E é isso que buscamos fazer neste trabalho.

O uso de substâncias ilícitas está relacionado à própria visão de mundo de um grupo social e à construção de uma identidade individual e cultural. Por exemplo, os que consomem anabolizantes, atualmente, se voltam para a virilização da ética e, sobretudo, da estética.





2 A LEGISLAÇÃO E AS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO

Percebe-se que as políticas em relação às drogas são bem uniformes, pelo menos nos seguintes aspectos: elas estabelecem uma diferença clara entre “drogas” e “fármacos” – remédios –, valendo-se, para isso, de critérios biomédicos. De acordo com o antropólogo Eduardo Viana Vargas (2006), elas também apresentam uma tendência à ampliação da lista de substâncias consideradas de uso ilícito. Assim, essas políticas são “antidrogas”, uma vez que implicam a criminalização da produção, da distribuição e do consumo de drogas com propósitos não terapêuticos, salvo algumas exceções, como as do álcool, do tabaco e dos produtos que se costuma chamar, academicamente, de “alimentos-droga”, como o chá, o café e o chocolate.

A lei que estabelecia a política em relação às drogas no Brasil, lei nº 6.368, que foi constituída em 1976, durante o regime militar, vigorou até 2006, quando foi aprovado um projeto substitutivo desta, a lei nº 11.343/2006. A lei antiga utilizava-se de uma linguagem de segurança nacional, característica do Estado de exceção, e colocava como *dever* de todos, brasileiros e estrangeiros, o de colaborar na prevenção e no combate às drogas ilícitas e ilegais. A atual lei, por sua vez, retira essa obrigação, esse *dever* de todos de colaborar com a prevenção e erradicação do tráfico, mas continua com a opção pela criminalização de certas substâncias e pela repressão penal da produção, uso, porte e tráfico. Essa política, como vários autores já apontaram, também é ineficaz e seu fracasso é inevitável, uma vez que, por não considerarem os interesses e a convivência das agências

As campanhas publicitárias do Estado, baseadas em refrões como “drogas, tô fora!”, “diga não às drogas”, cujo objetivo é a abstinência, são pífiás e ineficazes. É irracional pretender o controle da oferta e da procura de determinadas substâncias, do prazer, assim como é irracional essa opção repressora que gera mais corrupção e violência.



do Estado e por colocarem, na figura dos traficantes, a personificação do mal absoluto, dos grandes inimigos do Estado, essa política só gera medo, desconforto e terror na população (BRASIL, 1976, 2006).

Geralmente, as políticas legais visam regular uma parte da atividade humana, selecionando alguns comportamentos cujas consequências sejam relevantes ao indivíduo ou ao meio social. O Estado, neste sentido, ao descrever uma ação típica, descreve um comportamento proibido. Contra este comportamento proibido, o Estado declara guerra. A instauração de uma “guerra às drogas”, tanto policial quanto midiática, com o objetivo de erradicar o uso e o tráfico, encerra uma contradição, como percebeu Alba Zaluar (2000, p. 58), já que essa guerra não considera que o crime organizado, o tráfico, não resiste sem o apoio institucional das agências estatais encarregadas de combatê-lo. Como lembra a autora, os grandes fi-

nanciadores e agenciadores do tráfico não moram nas favelas.

Nesse sentido, a nova lei de 2006 prevê o porte de drogas para consumo pessoal e medidas e penas alternativas (art. 28) àquelas da antiga lei de 1976, cuja sanção para consumo ou tráfico era a privação de liberdade. No entanto, a determinação se a droga é para consumo pessoal ou para o tráfico é decidida pela polícia, que é o agente estatal responsável pela apresentação das provas; a polícia é quem lavra o auto e quem pode ou não iniciar o inquérito. Isto significa que a polícia é investida de enorme poder – isso pode explicar o alto nível de corrupção no interior desta instituição (ZALUAR, 2000, p. 65).

As campanhas publicitárias do Estado, baseadas em refrões como “drogas, tô fora!”, “diga não às drogas”, cujo objetivo é a abstinência, são pífiás e ineficazes. É irracional pretender o controle da oferta e da procura de determinadas substâncias, do prazer, assim como é irracional essa opção repressora que gera mais corrupção e violência. Segundo Maria Lúcia Karam (2000, p. 159),

[...] ao tornar ilegais determinados bens e serviços, como ocorre também em relação ao jogo, o sistema penal funciona como o real criador da criminalidade e da violência [...], não são as drogas em si que geram criminalidade e violência, mas o próprio fato da ilegalidade que produz em série no mercado empresas criminosas – mais ou menos organizadas – simultaneamente trazendo, além da corrupção, a violência como outro dos subprodutos necessários.



É preciso ressaltar, assim, o caráter eminentemente histórico dessa dicotomia legalidade/ilegalidade de determinadas substâncias. Como atenta Beatriz Carlini-Cotrim (2002, p. 73), no começo do século passado, por exemplo, nos EUA, o álcool era proibido e associado ao mal, e a cocaína era socialmente aceita e consumida, inclusive entre a *high society*. As chamadas “pessoas de bem”, até mesmo senhoras da sociedade, compravam cocaína na farmácia e a consumiam normalmente nos seus chás de fim de tarde. Aliás, a Coca-Cola continha cocaína na sua fórmula e era comercializada normalmente. Nessa época, a figura do decadente para o imaginário social norte-americano era a do consumidor de álcool, que desacelerava a produção e o progresso norte-americanos; hoje, é o consumidor de drogas, cocaína e *crack* principalmente.

Neste sentido, a opção por criminalizar determinadas substâncias, associando-as ao mal absoluto e discriminando seus usuários, é resultado de um processo político, histórico, econômico, cultural e social. Assim sendo, é importante considerar todos esses fatores no momento de construção de um discurso sobre a criminalização e repressão às drogas consideradas ilícitas e, ainda, procurar os reais interesses que existem no sentido de manter essa legislação, cuja falência está empiricamente demonstrada na ineficácia das campanhas preventivas e no combate ao tráfico e ao uso.

Percebe-se, então, que não há políticas públicas estruturadas e eficazes em reduzir esses problemas. De fato, o Estado apenas tateia entre ações que visam a punir ou tratar o consumidor de drogas, mas, de forma objetiva, o que se aparenta como política pública vigente e pertinente ao consumo de drogas visa, unicamente, ao combate da conduta de consumir drogas.

Os jovens pobres das favelas “não escolhem suas estratégias com a mesma liberdade com que um jovem de classe alta opta entre estudar medicina ou engenharia”. O núcleo de cálculo racional envolvido tem mais a ver com o pólo da necessidade do que com uma dimensão de liberdade.



3 VIOLÊNCIA E JUVENTUDE: O TRÁFICO DE DROGAS

Como bem nos lembra Alba Zaluar (2000, p. 53), o problema da criminalidade e da violência nos grandes centros urbanos não pode ser reduzido de maneira simplista à questão da pobreza. A associação determinista bandido/pobreza deve ser combatida e repensada, se quisermos refletir verdadeiramente acerca da questão da violência e do tráfico de drogas, suas reais causas e sua lógica estrutural. Não podemos simplesmente tomar os pobres, em geral, como agentes da violência, de forma a “demonizar” usuários e traficantes. Isso alimenta uma concepção absoluta do mal, fomentada pela mídia, e cria um medo geral na população, aumentando ainda mais o preconceito social.

Continuando com Zaluar (2000), é preciso entender a criminalidade no Brasil dentro de um panorama internacional; isto é, pensar os jovens como agentes e vítimas da violência urbana – traço que insere o Brasil nos padrões internacionais. Ainda, é necessário lembrar que o tráfico não subsiste sem o apoio institucional do Estado, pois o tráfico, antes da causa, é consequência direta e indireta da lógica da sociedade moderna e das leis que a regem:

a erosão dos valores não começa nas favelas, e muito menos a elas se restringe; os maus exemplos que vêm do ‘alto’ [...] têm um efeito devastador, à luz do que as favelas e os traficantes são meras caixas de ressonância (SOUZA, 2000, p. 85).





Da mesma forma, a recorrência ao trabalho infantil e juvenil, para completar a renda familiar, não basta para explicar a opção do envolvimento com o crime, nem a falta de oportunidades no mercado, mas estas necessidades permanecem como pano de fundo (ZALUAR, 2000, p. 47). Entretanto, é imprescindível observar que há, além da necessidade, um cálculo econômico e racional que desestimula os jovens a optar por um emprego ou subemprego qualquer, de um salário mínimo, em detrimento de uma função bem remunerada no tráfico. Sim, é preciso considerar os riscos do envolvimento com o tráfico; mas, além do dinheiro, os jovens são atraídos também pelo *status*, pelo prestígio e pelo poder oferecidos pelo crime (SOUZA, 2000, p. 81). Zaluvar (2000, p. 66), citando sua própria pesquisa com jovens envolvidos no tráfico, também ressalta esses motivos que estão além do dinheiro, mas que levam o jovem a se juntar a algum grupo, no intuito de sentir “boas sensações”, “para fazer onda”. Eduardo Viana Vargas (2006, p. 584) diz que este intuito é muito comum nos grupos jovens atualmente, e esses eventos “implicam experimentações intensivas e auto-abandono, ou o paradoxo de ações quedeliberadamente visam ‘sair de si.’” Desta maneira, outro ponto que é preciso esclarecer, para não cairmos num reducionismo epistemológico, é que a opção pelo tráfico é e não é uma questão de escolha. Marcelo Lopes de Souza (2000, p. 82) mostrou que os jovens pobres das favelas “não escolhem suas estratégias com a mesma liberdade com que um jovem de classe alta opta entre estudar medicina ou engenharia, o núcleo de cálculo racional envolvido tem mais a ver com o pólo da necessidade



O jogo, as drogas, a diversão tornaram-se o objetivo mais importante da vida para muitos setores da população, especialmente para os mais jovens.

que com uma dimensão de liberdade”. Liberdade, para um diplomado de universidade pública, é algo muito distinto do que é liberdade para um membro da periferia de qualquer cidade de médio porte brasileira. Isso quer dizer que as condições e o contexto tornam o tráfico cada vez mais atraente para o jovem, porém dentro de um panorama marcado por uma profunda desigualdade e injustiça social (SOUZA, 2000, p. 87-88). Com as limitadas ofertas de emprego na economia formal, o mercado de drogas ilícitas gera emprego e dá lucro.

O jogo, as drogas, a diversão tornaram-se o objetivo mais importante da vida para muitos setores da população, especialmente para os mais jovens. O crime organizado desenvolveu-se nos atuais níveis porque tais práticas socialmente aceitáveis e valorizadas foram proibidas por força de lei, possibilitando níveis inigualáveis de lucro a quem se dispõe a negociar com estes bens (ZALUAR, 2000, p. 60). Ou seja, os lucros exorbitantes e a falta de lei que regularize esse setor fazem com que qualquer conflito ou disputa seja resolvido por meio de violência. Por conseguinte, os empregados e os empresários, como percebeu Maria Lúcia Karam (2000, p. 159), que produzem e distribuem as

drogas no mercado, quando presos ou eliminados, não constituem um prejuízo à empresa, pois estes são rápidos e facilmente substituídos por outros, também desejosos de oportunidade de emprego, acumulação e poder. Isso significa que as oportunidades, a atração e o tráfico subsistirão – por maior que seja a repressão e a “demonização” do discurso midiático –, enquanto as circunstâncias favorecedoras (alta demanda, lucros elevados, conivência do Estado) existirem.

O que queremos esclarecer é que o tráfico é consequência da realidade capitalista; assim sendo, o próprio Estado e a legislação favorecem e geram criminalidade e violência. Enquanto os meios de comunicação em massa insistem, em conjunto com a política oficial, num discurso maniqueísta de repressão ao tráfico – que personifica o mal absoluto na figura do comerciante e do usuário –, a potencialização do preconceito contra os pobres aumentará, pelo simples fato de reproduzirem o binômio pobreza/violência. Este binômio, por sua vez, continuará a discriminar os usuários como doentes, fracos e financiadores da violência e, conseqüentemente, este discurso míope se manterá, ocultando o verdadeiro processo histórico e as causas estruturais da violência e da criminalidade.

4 JUVENTUDE E DROGAS: O USO DOS PRAZERES

Como se viu, a juventude é um tema que vem ganhando muito destaque nos últimos anos, tanto na mídia – nos programas e produtos a eles destinados –, como nos noticiários relacionados aos “problemas sociais” (ABRAMO, 1997). Segundo Gonçalves (2005), o vínculo funcionalista que associa violência e criminalidade à juventude surgiu por volta da década de 1920 e predomina até hoje. Porém, pensamos que é fundamental superar essa visão funcionalista e colocar em perspectiva o debate que existe sobre a juventude, procurando considerar os jovens como sujeitos realmente ativos e capazes de ação e reflexão, indo além da mera consideração desta categoria como responsáveis pelos principais problemas da sociedade atual.

A juventude pode ser tida como uma fase de transição, como um momento dramático e específico de socialização e integração, quando o jovem passa a ser sujeito, pronto para desempenhar o seu papel. Deste modo, a juventude se caracteriza, sobretudo, pela busca de outros modelos, diferentes dos que têm em casa, pela experimentação, pela busca do prazer. Aqui, temos dois pontos de preocupação com a juventude.

Em primeiro lugar, a busca pelo prazer, tão propagandeada e exaltada em nossa sociedade, se dá mediante uma crise estrutural da vida social, em que os espaços de prazer se reduzem ao consumo e os sujeitos são descartáveis e tidos como irrelevantes. Para Hannah Arendt (1989, p. 347), ser descartável é não ter raízes, e ser desenraizado é ser supérfluo, “significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma”. Neste horizonte, a

droga aparece e garante o prazer, ainda que momentâneo, já que recria vínculos simbólicos que foram desfeitos. Para Freud (1978, p. 142-143), nossa vida psíquica

[...] apresenta oscilações entre uma liberação de prazer relativamente fácil e outra comparativamente difícil [...]. O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse “amortecedor de preocupações”, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade.

Nesse contexto, a juventude é a fase da vida quando se está mais vulnerável aos apelos e aos prazeres obtidos com o consumo de drogas, seja por sua atração pela novidade, seja

pela experimentação. A ineficácia das campanhas preventivas e das políticas oficiais contra as drogas, sobretudo aquelas que objetivam a abstinência, demonstra que é preciso tratar essas questões de outra forma, e não com base, somente, na repressão e no autoritarismo. Para isso, é importante entender os processos históricos do uso de substâncias psicoativas pelos indivíduos, os caminhos de ilegalidade e tolerância com certas drogas e certos usos em determinados períodos, para desnaturalizar este discurso dominante – e que se pretende o único.

Em segundo lugar, de acordo com Gilberta Acselrad (2000, p. 163),

se nos colocarmos no interior do discurso repressivo, quem impõe a abstinência como norma [...], a pretensão de um mundo sem drogas é apresentada de forma tão evidente... mas se queremos saber sobre a história do consumo de drogas ao longo de tantos séculos, percebemos sistemas de exclusão, modificáveis e institucionalmente constrangedores. Entretanto, o discurso de abstinência continua sendo valorizado, distribuído e atribuído pelas instituições como “o verdadeiro”.





Percebe-se que o principal público das campanhas de prevenção é a juventude, pois esta é a fase de transição, um momento percebido como ameaçador por ser uma fase de questionamento da norma, de comportamentos “desviantes” e de busca por valores próprios, diferentes dos valores dos pais. Assimila-se esta fase à necessidade de novas experiências, à busca pelo prazer hedonista e aos perigos.

A autora chama a atenção, neste trecho, para o fato de prevalecerem, apesar dos múltiplos aspectos da experiência do uso, os químicos e neurobiológicos, repudiando as histórias dos usos e ritos constituídos socialmente e produzindo campanhas em que o prazer do uso é totalmente negado – assim, só o perigo, a morte e a doença é que são identificados com o consumo de drogas.

Vargas (2006, p. 587) percebeu, de forma semelhante, que, no interior deste polêmico debate, há várias visões. Os neurologistas veem que o uso de drogas é diretamente ligado à existência de predisposições genéticas. Os psicoterapeutas, por sua vez, alegam que o uso de drogas é uma atitude regressiva de uma personalidade mal constituída, mal amadurecida, fixada numa busca narcisista do prazer, uma atitude escapista e infantilizante por meio da qual se foge das responsabilidades e da realidade do mundo adulto. Certos antropólogos consideram que os usos de drogas envolvem uma atração irracional para as figuras do risco. Os filósofos nos dizem que o aumento desenfreado do consumo pode ser associado a uma “crise de sentido”, provocada pelo avanço dos processos técnicos e sociais da modernidade e caracterizada pela perda de raízes e de referenciais simbólicos que antes permitiam nos orientarmos de modo seguro no mundo. Já os sociólogos, principalmente numa leitura clássica, vão pensar o uso dessas substâncias ora como práticas “desviantes” e anômicas, ora como ações irracionais dos indivíduos, ora, ainda, como formas alienantes de nossas condições reais de existência. Nesse sentido,



prevalece entre nós a percepção segundo a qual o consumo continuado e não medicamentoso de drogas traria efeitos deletérios ao desenvolvimento das sociedades e, com elas, da própria humanidade, pois produziria sujeitos que, ao perderem a vontade própria, perderiam também a própria condição de sujeito, ou seja, tornar-se-iam “alienados”, “autômatos”, “zumbis” (VARGAS, 2006, p. 587).

O psiquiatra Marcelo Santos Cruz (2000) lembra que foi somente a partir do século XX que o uso de substâncias psicoativas passou a ser definido como uma questão médica, de aspectos puramente biológicos. Como ele mesmo coloca,

se as conseqüências de uma prática que considere apenas a dimensão biológica das toxicomanias são danosas, no trato do usuário, o mesmo se pode dizer quanto às conseqüências das ações dirigidas à coletividade. Essas incluem tentativas de prevenção pelo amedrontamento [...] que favorece a discriminação [...] e a normatização rígida dos comportamentos (CRUZ, 2000. p. 242).

Hoje, percebe-se que o principal público das campanhas de prevenção é a juventude, pois esta é a fase de transição, um momento percebido como ameaçador por ser uma fase de questionamento da norma, de comportamentos “desviantes” e de busca por valores próprios, diferentes dos valores dos pais. Assimila-se esta fase à necessidade de novas experiências, à busca pelo prazer hedonista e aos perigos.

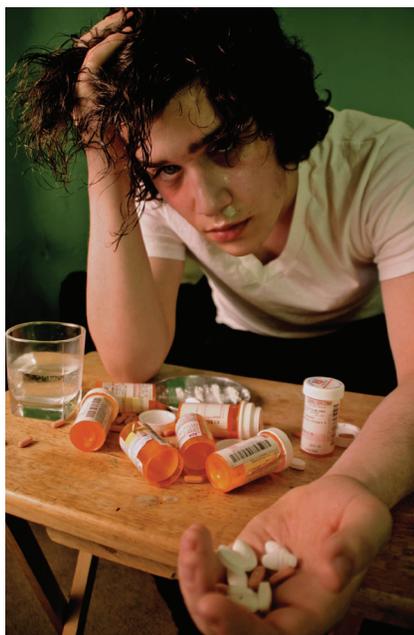
Entretanto, o discurso dominante não fala do prazer como um dos motivos do uso. Gilberta Acselrad (2000) pontua que, nesse discurso, o consumo de drogas ilícitas é colocado como um caso de segurança nacional, enquanto que os danos decorrentes do uso crônico de álcool e tabaco são discutidos como problemas de saúde pública. O uso das drogas lícitas é relacionado ao *glamour*, ao sucesso, beleza e juventude nas propagandas; mas, nas campanhas preventivas, o prazer das drogas ilícitas nem figura; pelo contrário, é totalmente negado e ocultado, associando o consumo dessas substâncias ao perigo, à dor e ao horror da morte.

Podemos considerar, na antropologia, que o uso de drogas está associado a um rito, a uma espécie de suspensão momentânea de uma estrutura social. E essa suspensão pode ser equiparada a outros eventos cotidianos a que estamos mais acostumados, como as práticas sociais do sexo, da ioga, dos esportes radicais e, sobretudo, da religião, por exemplo. Logo, o consumo de drogas, diante desta perspectiva, é somente uma destas práticas.

As políticas repressivas, logicamente, não veem isso, uma vez que não distinguem os diferentes tipos de uso (experimental, ocasional, habitual e dependente), e o discurso moral, por conseguinte, faz prevalecer a noção de que todos são perigosos e que a primeira experiência dará origem à dependência. Como esclarece Virgínia Schall (2000, p. 189), diversos estudos demonstram que o início da vida sexual e a experimentação de drogas, ilícitas e lícitas, ocorrem, na maioria das pessoas, entre 10 e 19 anos. Porém, segundo Acselrad (2000), a dependência não é o destino de todos os usuários, é antes o resultado de um encontro entre uma personalidade, um produto e um meio sociocultural.

Neste sentido, “o início do uso na adolescência é favorecido pela pressão do grupo e pela vulnerabilidade e influência dos colegas, associada à insegurança típica da idade e necessidade de aceitação” (SCHALL, 2000, p. 190); porém, esse uso experimental, induzido ou não pelo grupo e pela vontade de ser aceito, não é causa imediata do consumo compulsivo e disfuncional. É nesta perspectiva que as campanhas preventivas, ao invés de negar o caráter prazeroso do consumo, baseando-se numa política de abstinência repressora e autoritária, deveriam incorporar a realidade (ao invés de ignorá-la) de um uso recreativo, ocasional e experi-

A dependência não é o destino de todos os usuários, é antes o resultado de um encontro entre uma personalidade, um produto e um meio sociocultural.



mental, tomando uma atitude política plural e aberta e fazendo de suas campanhas um exercício educacional para a autonomia do sujeito, do jovem, de forma a investir em políticas públicas que formassem atores sociais capazes de reflexão e ação, capazes de decidir por si mesmos – e capazes, ainda, de avaliar os reais riscos e os prazeres envolvidos.

Pensamos que se deve levar em consideração uma afirmação eticamente sustentada na pluralidade imanente dos modos de existência e da necessidade do *outro* de decidir sobre sua própria vida. Isso significa romper com esses programas preventivos ineficazes, que se revestem de um discurso científico totalmente tendencioso e seletivo, no intuito de ter credibilidade com o público. Rompendo-se com este discurso, conco-

mitantemente, abrem-se possibilidades para um discurso pedagógico integrado, que pode incorporar vários elementos e aspectos do consumo de drogas (químicos, éticos, sociológicos, culturais, etc.), estimulando o sujeito a avaliar, deliberar e fazer suas próprias escolhas, de forma que ele detenha a capacidade de optar pelo uso consciente ou negar o consumo de maneira a ser respeitado e aceito pelos colegas.

Temos que negar qualquer tipo de atentado à personalidade dos indivíduos e combater qualquer tendência que prive os sujeitos de sua liberdade de escolha, autônoma e eticamente construída. É necessário pensar, assim, como Theodor Adorno (1995, p. 68), que percebeu a disposição, nos dias de hoje, de se sacrificar o momento da autonomia, da liberdade, o ideal de personalidade na formação do *eu*. Porém, o conceito de personalidade, como ele mesmo notou, não pode ser redimível, já que nele se assenta “a força do indivíduo, o potencial para não confiar-se ao que cegamente se lhe impõe”.

*BRUNA NUNES DA COSTA TRIANA é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Iniciará em 2011 o mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP). Contato: bru_trianna@hotmail.com

**LUCAS AMARAL DE OLIVEIRA é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Iniciará em 2011 o mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP). Contato: lucas_amaral_oliveira@hotmail.com



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 6, 1997.

ACSELRAD, Gilberta. A educação para a autonomia: a construção de um discurso democrático sobre o uso de drogas. In: **Avessos do Prazer: drogas, aids e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

ADORNO, Theodor. Glosa sobre Personalidade. In: **Palavras e Sinais: modelos críticos 2**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ARENDETT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOLOGNA, José Ernesto. Referenciais e Drogas. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M. V; SPOSITO, M. P. (Orgs.) **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortex, 2002.

BRASIL. Lei n. 11.343, de 23 agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 30 nov. 2009.

BRASIL. Lei n. 6.368, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6368.htm>. Acesso em: 30 nov. 2009.

CARLINI-COTRIM, Beatriz. Estranhando o Óbvio. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M. V; SPOSITO, M. P. (Orgs.) **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortex, 2002.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

GONÇALVES, Hebe Signorini. Juventude brasileira,

entre a tradição e a modernidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.

KARAM, Maria Lúcia. Legislação brasileira sobre drogas: história recente: a criminalização da diferença. In: ACSELRAD, Gilberta (Org.) **Avessos do Prazer: drogas, aids e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

SABINO, César. As Drogas de Apolo: o consumo de anabolizantes em academias de musculação. **Lugar Primeiro**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.1-11, 2000.

SCHALL, Virgínia. A prevenção da DST/Aids e do uso indevido de drogas a partir da pré-adolescência: uma abordagem lúdico-afetiva. In: ACSELRAD, Gilberta (Org.) **Avessos do Prazer: drogas, aids e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Revisitando a crítica ao mito da marginalidade: a população favelada do Rio de Janeiro em face do tráfico de drogas. In: ACSELRAD, Gilberta (Org.) **Avessos do Prazer: drogas, aids e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

VARGAS, Eduardo Viana. Uso de drogas: a alteração como evento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, p. 581-623, 2006.

ZALUAR, Alba. Violência, dinheiro fácil e justiça no Brasil: 1980-1995. In: ACSELRAD, Gilberta (Org.) **Avessos do Prazer: drogas, aids e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

Referências Consultadas

ADORNO, Sérgio. Adolescentes, Crime e Violência. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M. V; SPÓSITO, M. P. (Orgs.) **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortex, 2002.

AQUINO, J. G. (Org.) **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 2008.

LA TAILLE, Yves de. Violência: falta de limites ou valor? Uma análise psicológica. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M. V; SPÓSITO, M. P. (Orgs.) **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortex, 2002.



Juventude, drogas e democracia: *relações delicadas*

Regina Novaes*



A juventude é um espelho retrovisor da sociedade: em tempos de incerteza e fragmentação social, as opiniões de parcelas da juventude também incorporam discursos repressivos, expectativas contraditórias, assim como refletem embates de valores presentes na sociedade.

Detenção de jovem que participava da Marcha da Maconha no Rio de Janeiro

O consumo da maconha deve ser legalizado? Esta foi uma das 50 perguntas feitas recentemente para 14 mil pessoas, jovens e adultos, em seis países da América do Sul. A pesquisa, que comparou percepções entre gerações, foi realizada pelo IBOPE, por encomenda do IBASE. Em dois países, Bolívia e Paraguai, os resultados indicam forte rejeição, sem diferenças geracionais. Já no Uruguai e no Chile são significativas as distâncias entre percepções de adultos e jovens, com maior grau de concordância dos jovens. O Brasil, ao lado da Argentina, fica em posição intermediária, indicando apenas uma tendência de maior concordância entre jovens (Tabela 1).

Caberia à juventude questionar o hiato entre legislação repressiva vigente e a presença cotidiana das cha-

TABELA 1 - CONCORDAM COM A LEGALIZAÇÃO DO CONSUMO DA MACONHA

	Jovens%	Adultos%
Uruguai	45	27,5
Chile	37	22
Argentina	23	17
Brasil	22	15,5
Bolívia	7	7
Paraguai	6	7

Fonte: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 2008.

madas “drogas ilícitas” na vida desta geração juvenil? Um olhar otimista evocaria o papel questionador que a juventude pode desempenhar em contextos históricos que exigem mudança e inovação. Um olhar pessimista poderia evocar o conservadorismo da juventude de hoje, consumista e individualista, mais interessada em “se

dar bem”. De fato, a juventude é um espelho retrovisor da sociedade: em tempos de incerteza e fragmentação social, as opiniões de parcelas da juventude também incorporam discursos repressivos, expectativas contraditórias, assim como refletem embates de valores presentes na sociedade.

São delicadas as relações entre juventude, drogas e democracia. Até mesmo porque, quando se fala em “juventude”, o que conta não é apenas a faixa etária, no Brasil definida entre 15 e 29 anos. São muitas as juventudes com suas desigualdades e diferenças. Os jovens têm diferentes rostos, cores, gênero, situações econômicas, orientações sexuais, crenças, locais de moradia e, ainda, diversificadas experiências de convivência com as chamadas “drogas ilícitas”.



Como evidenciam tantas pesquisas, os jovens são os mais afetados pela perversa combinação entre tráfico de drogas ilícitas/ proliferação de armas de fogo/ fracasso da ação pública policial. Violência e corrupção de diferentes tipos e graus sustentam este tripé. Jovens negros, do sexo masculino, moradores das favelas são os mais atingidos e que mais morrem.

Mas, há o outro lado da medalha. Como evidenciam tantas pesquisas, os jovens são os mais afetados pela perversa combinação entre tráfico de drogas ilícitas/ proliferação de armas de fogo/ fracasso da ação pública policial. Violência e corrupção de diferentes tipos e graus sustentam este tripé. Jovens negros, do sexo masculino, moradores das favelas são os mais atingidos e que mais morrem. Porém, praticamente todos os jovens têm algo a contar sobre humilhações, azaques, constrangimentos causados por policiais. A falta de liberdade de ir e vir, as escolhas de lugares de lazer, os sofrimentos com mortes prematuras de irmãos, primos, amigos fazem com que o tema “drogas” seja onipresente, constitutivo da sociabilidade dos jovens desta geração. Em entrevistas ou grupos de discussão, os jovens rapazes e moças de diferentes classes sociais e locais de moradia comentam: “não tem mais lugar que eu chegue que não tenha drogas, ela está em todos os lugares”, “você vai ali na esquina e pode comprar”. São relatos como estes que aproximam diferentes segmentos juvenis. Porém, a pergunta “o que fazer?” recoloca

muitas diferenças entre eles e elas.

Pesquisa realizada entre os 2.500 jovens que participaram, em 2008, da Primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (ABRAMOVAY; CASTRO, 2009) colocou a seguinte questão: *Para a frase: “Legalização do uso de drogas”, gostaria de saber se você é contra ou a favor?* E obteve como resposta a favor 15,6% e completamente a favor 10,6%. Somando estes percentuais temos 25,2%, ou seja, pouco mais do que aqueles 22% alcançados na pesquisa acima citada, realizada com uma amostra representativa nacional. Isso quer dizer que, mesmo entre os jovens que participam de grupos, redes e movimentos culturais e políticos, embora haja um percentual um pouco maior de concordância, também se está longe de uma única opinião sobre o assunto. (Tabela 2).

Em espaços de mobilização juvenil também circulam diferentes argumentos e posições. Segundo pesquisa qualitativa, realizada na mesma Primeira Conferência, jovens feministas e ambientalistas são a favor da “legalização do uso de drogas”; seus argumentos iniciam na necessidade

de ampliação da liberdade de escolha e apontam para relações entre qualidade de vida e autocultivo. Porém, jovens do *hip-hop*, quilombolas, de grupos religiosos, sindicalistas, entre outros, se posicionaram contra. Seriam os jovens dos setores populares os mais conservadores? Quais são seus argumentos?

“Hoje os filhos das famílias ricas já tem oportunidade de se tratar nas clínicas particulares ou nas clínicas religiosas, para a juventude da periferia ou é prisão ou é morte [...]”. “O nosso Estado não tem condições nem de tratar situações de emergência, quanto mais os usuários de drogas [...] Então para legalizar a estrutura de saúde pública tem que ser outra.” [...] “A legalização é uma coisa que vai favorecer somente a elite, os filhos da elite, aquele que anda com cinco trouxinhas no bolso e se for pego é filho de juiz, mas um moleque que estiver apertando um baseado vai ser sempre um marginal, porque você não precisa estar usando drogas na favela para você ser um marginal [...] Então eu sou contra a legalização das drogas”. “Como pensar apenas em descriminalização da maco-

TABELA 2 - PERCEÇÃO DOS PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE SOBRE A LEGALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS

Legalização do uso de drogas	%	N
Totalmente Contra	43,2	801
Contra	17,3	321
A favor	15,6	290
Completamente a favor	10,6	196
Indiferente	10,0	185
Em branco	3,3	61
Total	100,0	1.854

Fonte: ABRAMOVAY; CASTRO, 2009.

Arquivo CEMJ

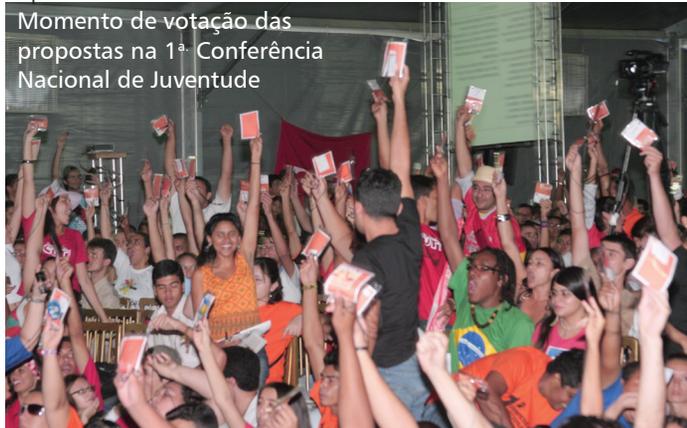




Foto: AF Rodrigues



É verdade que a violência que atinge os jovens das favelas e periferias tem sua origem histórica na ausência de poderes públicos e na dominação territorial dos traficantes. Mas o que os jovens estão dizendo é que — hoje — a derrocada do tráfico não acabará automaticamente com as distintas formas de violência que os afeta.

nha como questão de saúde pública quando o que está em jogo são os efeitos devastadores do crack entre os jovens pobres?”

De maneira geral, os participantes do I Conferência não discordam que se trata de uma questão de “saúde pública” e que há necessidade de “políticas de redução de danos” para quem não pode, não quer ou não consegue parar de usar drogas. Porém, baseados em experiências concretas, expressam preocupações que ultrapassam a questão da legislação. Falam de preconceitos sociais arraigados e de um mercado mutante de drogas. Seus depoimentos trazem novas questões para a equação juventude, drogas e violência.

É verdade que a violência que atinge os jovens das favelas e periferias tem sua origem histórica na ausência de poderes públicos e na dominação territorial dos traficantes. Mas o que os jovens estão dizendo é que — hoje — a derrocada do tráfico não acabará automaticamente com as distintas formas de violência que os afeta. Como demonstra a experiência das milícias no Rio de Janeiro, além das drogas, hoje nas áreas pobres e violentas o monopólio de outros “produtos e serviços” também gera opressão. Para fazer face à violência que os afeta é preciso considerar, ao mesmo tempo, três dimensões: campanhas de

prevenção que veiculem informações, de maneira a ampliar a compreensão entre a própria juventude; medidas que favoreçam acesso aos equipamentos especializados de saúde; e, também, iniciativas voltadas para mudança na legislação.

As campanhas educativas com olhar multidisciplinar devem ser realistas, ou seja, partir do princípio de que o consumo não vai diminuir com ameaças, mas sim com informações francas e diretas. Devem ser compatíveis com o que os jovens observam no cotidiano, ou seja, devem reconhecer a existência de diversos tipos de uso (recreativo, abusivo eventual, compulsivo) e apresentar as melhores maneiras de lidar com os problemas decorrentes desses usos. Contextualizar os efeitos das drogas ilícitas significa refletir sobre diferenças e semelhan-

ças entre os efeitos causados pelas diversas drogas, inclusive o álcool, o tabaco, antidepressivos e emagrecedores. Este tipo de campanha pode ter efeitos sobre a opinião dos jovens, pois enfrenta tabus e vai além da hipocrisia com a qual os mais velhos ensinam os jovens a tratar o assunto (sobretudo em público).

Por outro lado, os jovens conhecem os hiatos entre o país legal e o país real. O sistema previsto pelo SUS não é posto em prática. As intervenções de tratamento não são feitas “dentro da lei”. Até mesmo porque o real fortalecimento de políticas de tratamento na ótica de “redução de danos” depende da capacitação qualificada de profissionais não apenas da área de saúde, mas também de educação, esporte, lazer, cultura, segurança pública. A capacitação de

Agência Brasil



Adeptos do Santo Daime fazem manifestação na Esplanada dos Ministérios a favor do uso religioso da Ayahuasca



policiais, por exemplo, precisa contemplar o treinamento para atendimento em situações emergenciais (desmaios, vômitos, overdoses, etc.). Neste sentido, o tratamento não pode se restringir aos necessários postos de atendimento. Ações voltadas especificamente aos jovens devem acontecer nos postos de saúde, mas também por meio da perspectiva psicossocial, de base comunitária. Só esta combinação pode interromper trajetórias juvenis irreversíveis, mortes causadas pelo uso de drogas lícitas e ilícitas.

A rigor, para aproximar os jovens desta discussão, é preciso desbloquear o debate e considerar os vários ângulos da questão. Um passo importante seria repensar a instância adequada para coordenar essa área no governo federal. A Secretaria Nacional

Antidrogas faz parte do Gabinete de Segurança Institucional. No entanto, a realidade dos jovens de hoje está a exigir um novo enfoque; é imprescindível lograr o envolvimento efetivo das pastas da Justiça, da Saúde, da Educação, dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente.

Certamente, também é necessário levar em conta experiências em curso em outros países. Porém, o Brasil pode chegar a um caminho próprio e inventivo. Com este objetivo, é fundamental eximir de quaisquer penalidades os veículos que divulguem informações qualificadas relativas ao consumo de drogas consideradas ilícitas. No momento atual, não só os diferentes meios de comunicação, mas instituições como universidades, escolas, Igrejas deveriam ser desafiadas

a promover e a renovar este debate. Para tanto, é urgente envolver diferentes segmentos juvenis — com suas experiências e dúvidas — no debate público sobre as realidades e as leis de drogas no país. ❶

*REGINA NOVAES é antropóloga e ex-presidente do Conselho Nacional de Juventude. Atualmente, como pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas, prossegue desenvolvendo o Projeto Juventude, Identidades e Expressões Culturais. É Consultora do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), onde coordena a Pesquisa Juventudes Sul Americanas e também participa como consultora sênior do Informe sobre Juventude no Mercosul, em realização pelo PNUD/Nações Unidas. Publicou vários livros e artigos em revistas especializadas. O artigo foi publicado originalmente no site <http://www.comunidadessegura.org/fr/node/43628>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary Garcia. **Quebrando mitos:** juventude, participação e políticas: perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1. Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: CONJUVE; SNJ; RITLA, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS E PÓLISINSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E APOIO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS. **Juventude e integração sul-americana: diálogos para construir a democracia regional.** 2008?

JUVENTUDE E DROGAS: *limites da associação*

Marlene Barreto S. Miranda*

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir alguns aspectos relacionados à problemática das drogas através de uma postura compreensiva que relativize “as demonizações radicais das substâncias” (MINAYO; DESLANDES, 1998, p. 38). Não se discute “drogas” em termos de seus efeitos sobre a saúde, tema que conta com relativa literatura especializada, respaldando diversas perspectivas e que pediria aporte médico-científico relacionado a diferentes tipos de substâncias. A intenção é explorar o discurso sobre drogas hoje e a confusão presente na abordagem entre juventude e drogas – que termina por obscurecer sentidos, bem como viabiliza a possibilidade de o lugar das drogas ser um construto social destes tempos.

O tema drogas é um dos mais presentes nos meios de comunicações, infelizmente nem sempre tratado com a devida sobriedade, nem com o embasamento científico, sociológico e cultural desejáveis.

É importante que, inicialmente, se conceitue o principal termo utilizado nesse artigo, já que, quando tratado pela mídia e presente no nosso dia a dia, é mal definido ou pouco claro. Assim, droga, segundo Milby (1988, p. 87), é toda substância, natural ou sintética, que, ao ser consumida, atua sobre o sistema nervoso central (cérebro), modificando, de algum modo, nosso psiquismo. Estão incluídas aí



todas as substâncias legais ou lícitas (álcool, tabaco, medicamentos, café e chá) e todas as substâncias ilegais ou ilícitas (maconha, cocaína, heroína, crack, inalantes, alucinógenos).

Em nossa sociedade o termo *droga* deixou de ter uma significação puramente científica, aparecendo geralmente relacionado às substâncias ilegais ou ilícitas e associado a comportamentos transgressores, como coloca Nery Filho e Jacobina (1999, p. 35), o que leva a distinguir dois níveis de compreensão distintos: o primeiro que define *droga* segundo critérios técnico-científicos precisos e o segundo, mais largo, menos preciso, que considera *droga* em função de certas características ideológicas, às vezes em completo desacordo com a própria realidade sociocultural.

Nesse artigo, a palavra *droga* terá como sinônimo o termo *substância psicoativa* e será usada exclusivamente no sentido descrito no primeiro nível acima.

Ao percorrermos a história da civilização, encontramos a presença das substâncias psicoativas desde os primórdios da humanidade, inseridas nos mais diversos contextos: social, econômico, medicinal, religioso, ritual, cultural, psicológico, estético, militar e o da busca do prazer.

Desvelando conceitos: a questão das substâncias psicoativas

A expressão *substância psicoativa* foi proposta pela Organização Mundial de Saúde – OMS, para substituir o termo *droga*, geralmente de conotação-pejorativa, englobando toda substância, natural ou sintética que, ao ser consumida, altera uma ou mais funções do organismo.



Ao percorrermos a história da civilização, encontramos a presença das substâncias psicoativas desde os primórdios da humanidade, inseridas nos mais diversos contextos: social, econômico, medicinal, religioso, ritual, cultural, psicológico, estético, militar e o da busca do prazer.

Segundo Baptista (2003, p. 25), já em 1928 um renomado toxicologista francês, Ludwig Lewin, escrevia que, à exceção dos alimentos, não existem sobre a Terra substâncias que tenham estado tão intimamente ligadas à vida dos povos, em todos os países, em todos os tempos, como as substâncias que modificam a percepção humana.

Para afirmar a antiguidade do convívio do ser humano com as substâncias, Bucher (1992, p. 275) aponta inclusive teorias arqueológicas, pretendendo demonstrar a presença de bebidas fermentadas na pré-história, bem como na civilização egípcia em que os mais antigos documentos da civilização egípcia descrevem o uso do vinho e da cerveja. A literatura científica dá conta de que o *opium* já era conhecido mais de cinco mil anos antes de Cristo e relacionado com a alegria e divertimento entre os sumérios. Os egípcios, por sua vez, conheciam o cânhamo (maconha) e outras substâncias com propriedades narcóticas e tóxicas.

Diferente dos contextos citados (“anos rebeldes”, ampliação da percepção, usos ritualísticos, experiências místicas, busca do prazer), a realidade atual tem outras motivações para o consumo de substâncias psicoativas e formas próprias de normatizá-la, domesticá-la ou reprimi-la.

Falar sobre drogas virou um modismo, tanto por parte das autoridades que têm o dever de estabelecer



A realidade atual tem outras motivações para o consumo de substâncias psicoativas e formas próprias de normatizá-la, domesticá-la ou reprimi-la.

programas para repressão do tráfico de substâncias psicoativas ilícitas, prevenir o uso abusivo de SPA (Substâncias Psicoativas) lícitas e também ilícitas e propiciar tratamentos de usuários dependentes, quanto para a população em geral, que possui um conhecimento recheado de estereótipos e preconceitos sobre as SPAs.

O enfoque repressivo é o mais presente na sociedade, atendo-se exclusivamente ao produto “drogas”, considerando como único fator responsável pelo alastramento do consumo e das toxicomanias. No entanto, não se torna toxicômano quem o quer, há um processo complexo em que intervêm, além da substância psicoativa, o contexto sociocultural e econômico, com suas pressões, condicionamentos múltiplos e a personalidade do usuário.

Como afirma Olivenstein (1983, p. 16): “[...] a toxicomania é o encontro de uma pessoa com um produto psicoativo num determinado momento sócio-cultural”. De uma forma mais ampliada, o momento sociocultural é representado pela cultura e condições do país ou região; numa visão mais

específica, essas condições sociais de consumo são as circunstâncias mais restritas em que o consumo se processa: a cidade, o bairro, a rua, o grupo. Com relação à personalidade do usuário, dela fazem parte, as motivações pessoais, conscientes e inconscientes. Somente em casos de uma junção desfavorável desses três fatores da “equação” é que se chega a estados de dependência – o que significa que não é todo consumo que a provoca, pois existem diferentes padrões de consumo e consumidores (experimental ocasional e regular). É necessário perceber esses aspectos para compreender as particularidades do consumo e do consumidor de substâncias psicoativas, conforme enfatiza Bucher:

O maior erro, tanto por parte das autoridades quanto da população no conjunto, seria tornar-se cúmplice de tais dramatizações excessivas e inverídicas. O célebre “combate às drogas” não passa de uma fantasia, quando pretende erradicar as substâncias psicoativas da vida social, como se elas fossem algo ocasional e supérfluo, um mal acrescentado por fora e não inerente



à sociedade. Tratadas desta forma, as drogas transformam-se em um mito carregando uma série de não-ditos – todo mito tem uma função social, seja tão somente aquela de bode expiatório. Responsabilizadas pela maioria dos males que assolam a juventude ou a sociedade como um todo, elas são então apresentadas como típico inimigo externo ameaçando o equilíbrio e a harmonia de inocentes populações. (BUCHER, 1992, p. 3).

Para Castro e Abramovay (2002, p. 31), as representações englobam tanto as experiências quanto o sentido que os atores atribuem a elas e expressam através de seu discurso. Portanto, a relação entre experiência vivida e construção social significa a reinterpretação discursiva dos diferentes atores sociais sobre a sua realidade. A realidade neste contexto se reapresenta vestida de símbolos, imagens e palavras.

As percepções/representações são um excelente teste projetivo do sistema de valores e aspirações de uma

sociedade. Para que se possa entender a complexidade da sociedade, deve-se considerar que as ideias e os valores podem ser transformados por meio das representações individuais e coletivas, compondo um sistema de múltiplos níveis. Entrelaçadas às representações individuais, relacionadas à biografia de cada ator social, existem também as representações coletivas, que são expressas através da linguagem, entre outros meios circulando nas mais diversas camadas da sociedade.

Na relação entre materialidades de vida, realidades e percepções/representações, aquelas se apresentam aos atores por mediações, valores e concepções socialmente construídas. Segundo Castro e Abramovay (2002, p. 32), “Para identificar as representações culturais utilizadas por determinadas pessoas, devemos nos voltar para o conhecimento e para o discurso que essas pessoas empregam para interpretar e objetivar suas vidas”.

Assim, a percepção/representação que a maioria da população tem acerca das substâncias psicoativas é muito diferente do que efetivamente elas significam. Segundo Nery Filho (1993, p. 28), inúmeras ideias equivocadas estão presentes na nossa sociedade, por exemplo: “é possível ter uma sociedade sem drogas”; “o mal está nas substâncias ilícitas (maconha, cocaína, ácidos, etc.) e não nas ilícitas (álcool, tabaco, medicamentos)”; “a maconha é a porta de entrada para uso de outras substâncias (escalada)”, há um forte maniqueísmo expressando que “quem usa drogas é bandido, louco, desajustado”; nas campanhas de prevenção, utilizam-se chavões apelativos – “droga, tô fora”, “não quero droga nenhuma” – como se o produto fosse o único responsável pelo aumento do consumo das substâncias psicoativas.

Além de dar uma maior ênfase ao produto, deixando de lado o indivíduo que consome, a associação do uso de substâncias psicoativas à violência é algo fortemente representado na sociedade. O consumo de drogas ilícitas, assim como de bebidas, pode ser visto como um coadjuvante deflagrador de diversas formas de violência.

Contudo, muitos desses discursos não se apoiam, necessariamente, em fatos presenciados de agressões por usuários. Também são ambíguas as referências que estabelecem nexos entre violência contra terceiros e uso de drogas. Nota-se certa transferência de medos e inseguranças generalizados nesses tempos, quando o não controlado, “o estranho” – como as drogas (no caso do uso) – seria considerado a principal causa da insegurança e da violência.

Hopenhayn (2002), refletindo sobre esses tempos com foco na América Latina, se refere a “vulnerabilidades cruzadas”: quando se conjugam exclusões relacionadas à cidadania, ao emprego e ao acesso a serviços sociais de qualidade, em um movimento que, paradoxalmente, traz o aumento do reconhecimento de direitos de identidades específicas, como a dos negros, das mulheres e dos jovens. Hopenhayn (2002) também se refere a assimetrias, que se manifestam em um imaginário em que convivem, contraditoriamente, o apelo ao consumo, de orientação hedonista, e a falta de bases materiais para satisfazer o sugerido e estimulado por uma cultura de eterno presente. Fantasmas, medos e frustrações se realimentariam, estimulando, inclusive, a eleição de alguns temas como prioridade tanto para as políticas sociais como para as notícias.

Agência Brasil



Presidente Lula fala durante a cerimônia de abertura da 12ª Semana Nacional sobre Drogas



O consumo de substâncias psicoativas, para os jovens, não é um fenômeno irresponsável, como a sociedade costuma alardear, e muito menos um fenômeno simples; é uma situação que envolve aspectos psicológicos e sociais bem definidos e de grande importância.

Maconha



LSD



Cocaína



Haxixe



Ketamina
(Special K)



Heroína



Juventude e drogas – paradigmas da modernidade

O consumo de substâncias psicoativas, para os jovens, não é um fenômeno irresponsável, como a sociedade costuma alardear, e muito menos um fenômeno simples; é uma situação que envolve aspectos psicológicos e sociais bem definidos e de grande importância.

Como se sabe, a adolescência é um período crítico, tanto para a criança que se torna adulta quanto para a família que insiste em manter o filho na condição de criança. Durante a passagem da infância para a vida adulta, muitos rompimentos são necessários. O jovem deve ajustar sua 'economia psíquica' contabilizando as 'perdas e ganhos'. Fala-se em um 'luto' pela infância perdida e na angústia diante das incertezas do futuro. Tudo isso gera sofrimento e conduz o jovem à busca de alternativas através dos chamados *ritos de passagem*, isto é, condutas de prova, transgressões e oposição à lei, expondo-se a riscos, buscando controlar a ansiedade e afirmar-se diante de todos. É um sofrimento que acaba por ser potencializado, quando se confronta com conceitos de adolescência que, como lembra Maria Rita Kehl (2004), podem ser muito elásticos, desde a implantação da modernidade e da industrialização, havendo até quem chame de adolescente alguém já com 20 anos. Para a psicanalista, "A adolescência na modernidade tem o sentido de uma moratória, período dilatado de espera vivido pelos que já não são crianças, mas ainda não se incorporaram à vida adulta." (KEHL, 2004, p. 91).

O primeiro contato com as drogas, pelo jovem, muitas vezes representa uma conduta de desafio associada à busca de "alívio" diante das rápidas e angustiantes mudanças biológicas

Projeto do fotógrafo iraniano Ashkan Sahihi registra pessoas sob o efeito de diferentes drogas. Veja Drug Series em <http://www.ashkansahihi.com/archive/>



e psíquicas. O desafio da transgressão às normas estabelecidas pelo mundo dos adultos, a curiosidade pelo novo e pelo proibido, a pressão de seu grupo para determinados comportamentos são alguns dos fenômenos típicos da adolescência que podem levar à primeira experiência com as drogas lícitas e/ou ilícitas.

Somem-se a estas circunstâncias de mudanças pessoais, as novas características da modernidade, tais como:

O aumento progressivo do período de formação escolar, a alta competitividade do mercado de trabalho nos países capitalistas e, mais recentemente, a escassez de empregos obrigam o jovem adulto a viver cada vez mais tempo na condição de 'adolescente', dependente da família, apartado das decisões e responsabilidades da vida pública, incapaz de decidir seu destino. (KEHL, 2004, p. 91).

O cenário apresentado é o de uma conjuntura bastante difícil para o adolescente e sua alongada adolescência, pois

[...] o adolescente é, tradicionalmente, um desafiador da Lei. Só que ele precisa que a Lei se mantenha, tanto para dar sentido à rebeldia que reintroduz, confusamente, moções de seu desejo na relação com o Outro quanto para barrar os excessos que ele *quer e não quer* cometer. Em outras palavras, ele precisa da Lei para sustentar seu desejo [...] (KEHL, 2004, p. 98).

Mas um jovem que ora é aceito, e nomeado até, como adolescente, mas, quase simultaneamente se vê cobrado com se adulto fosse – e deveria ser – pode se perceber diante de um impasse que, de tão complexo, venha a lhe parecer intransponível, configurando-se a necessidade de fuga que pode ser preenchida com o uso de SPA.

Não é difícil perceber que o jovem ou adolescente de hoje, que “[...]

As possibilidades de acesso dos adolescentes às drogas lícitas e ilícitas são uma realidade presente em todos os segmentos da nossa sociedade, independentemente da classe a que pertençam.

desfruta de todas as liberdades da vida adulta, mas é poupado de quase todas as responsabilidades.” (KEHL, 2004, p. 93), sofre pressão e indefinição de ordem bem maior e mais complexa que há algumas décadas, ainda mais diante da voracidade da economia capitalista que o persegue como um consumidor em potencial. (KEHL, 2004).

Numa pesquisa sobre o “Consumo de Drogas Lícitas e Ilícitas por Estudantes de Primeiro e Segundo Grau de Escolas Públicas do Rio de Janeiro”, realizada de 1995 a 1997, por intermédio do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEPAD/UERJ), foram entrevistados 3.139 estudantes entre 10 e 20 anos. Os resultados mostraram que: as três primeiras drogas mais consumidas pelos jovens são álcool, tabaco e inalantes-solventes (éter, cola de sapateiro, benzina etc.), sendo que o percentual de uso do álcool é maior do que os de todas as outras drogas somados. As drogas lícitas (álcool, tabaco e tranquilizantes) são experimentadas mais precocemente que aquelas tidas como ilícitas (maconha e cocaína). Existe uma diferença significativa entre os percentuais relativos à experimentação e aqueles que se referem ao uso recente das drogas. Essa mesma pesquisa revelou que a idade média da primeira experiência com as drogas é entre 12 e 13 anos.

Isso significa a entrada do indivíduo numa *nova realidade*, com a qual ele vai se relacionar de forma particular e que lhe permitirá reconhecer-se enquanto sujeito. É nessa tentativa que o indivíduo se permi-

te *experimental* diversas situações, abstraído dessas experiências, para si, um *novo sentido* para a sua vida, redefinindo sentimentos e valores. É claro que essa “*nova consciência de si*” traz consigo uma série de experiências primeiras que, consciente e/ou inconscientemente, marcaram o vivido na infância desse indivíduo. E é esse *novo sujeito* que, dentro do contexto em que vive, assumirá *novas formas* de se posicionar diante da vida e de responsabilizar-se por si mesmo.

Segundo Jacobina e Nery Filho, felizmente, na maioria dos casos, à medida que o jovem vai acumulando experiência e se adaptando à vida de jovem adulto, as condutas de risco, incluindo as substâncias psicoativas, vão perdendo força e interesse. (JACOBINA; NERY FILHO, 1999, p. 86-87).

É importante considerar, nesse contexto, que as possibilidades de acesso dos adolescentes às drogas lícitas e ilícitas são uma realidade presente em todos os segmentos da nossa sociedade, independentemente da classe a que pertençam.

Maria Rita Kehl traz uma reflexão pertinente, especialmente se considerarmos o poder da mídia e a condição de mercadoria que as SPA, lícitas e ilícitas, de muito tempo já adquiriram, no mundo capitalizado. Ela lembra que “A adolescência é o período da formação de turmas, grupos, bandos, gangues [...]” (KEHL, 2004, p. 111), daí porque

Os jovens também inventam seus próprios ritos. Penso que o consumo de drogas leves como a maconha ou a cerveja funciona como prova ou desafio para decidir a entrada de novatos



em certos grupos, estabelecendo a linha não só entre os caretas e os entendidos, mas entre os que são vistos como ainda crianças e os que já se consideram com um pé na vida adulta. (KEHL, 2004, p. 95).

Considerando esta relação entre as SPA e, segundo o senso comum, sobretudo jovens/adolescentes, Sarti lembra que

Um dos mais sérios temores de pais de adolescentes, transformado num fantasma familiar, esse problema social é 'satanizado', pela mesma lógica com que se 'sacralizam' os valores familiares, impedindo que sejam discutidos e revistos nas diferentes circunstâncias. Na tentativa de lidar com o problema da 'drogadição' e com os danos e conseqüências devastadores que pode acarretar, muita energia é mobilizada para livrar-se da 'droga' em si, desconsiderando os mecanismos não apenas psíquicos, mas também sociais e culturais, que levam o jovem a se relacionar com o mundo à sua volta de uma forma que fere sua autonomia e sua possibilidade de escolher. (SARTI, 2004b, p. 125, 126).

Para complementar esta proposta de compreensão da relação que jovens estabelecem com as SPA, cabe considerar que "A formação da identidade para os jovens é um processo penoso e complicado. As referências positivas escasseiam e se embaralham com as negativas." (SOARES, 2004, p. 137). E prossegue Luiz Eduardo Soares estabelecendo uma relação que ajuda a compreender o lugar da SPA neste momento de formação:

A construção de si é bem mais difícil

do que escolher uma roupa, ainda que a analogia não seja de todo má, uma vez que o interesse por uma camisa de marca, pelo tênis de marca, corresponde a um esforço para ser diferente e para ser igual, para ser *diferente-igual-aos outros*, isto é, igual àqueles que merecem a admiração das meninas (e da sociedade ou dos segmentos sociais que mais importam aos jovens – o que também varia, é claro). Roupas, posturas e imagens compõem uma linguagem simbólica inseparável de valores. (SOARES, 2004, p. 137).

Ainda mais, caso pare dúvida sobre a importância do social, para o jovem, "[...] ninguém cria sozinho ou escolhe para si uma identidade como se tirasse uma camisa do varal. [...] A identidade só existe no espelho, e esse espelho é o olhar dos outros, é o reconhecimento dos outros." (SOARES, 2004, p. 137).

Ainda que os discursos presentes no senso comum pouco reflitam sobre os sentidos das drogas na vida dos jovens, os autores selecionados nesse artigo reconhecem que a questão é complexa e que seriam vários os fatores que se entrelaçam formando uma constelação de agentes que desencadeiam o consumo, a busca de drogas pelos jovens.

Conclusão

Como se observou e sublinham distintos autores, não é novidade recorrer às substâncias psicoativas. Como se indicou, tal prática foi amparada por saberes, como o religioso e o científico, na busca de outras dimensões sensoriais, formas de comunicação e libertação do real vivido, por um

real imaginado ou sugerido para além da razão.

Outras preocupações pedem reflexão no campo das ciências sociais, com o apoio de diversos conhecimentos e principalmente atentando para representações de diversos atores que de uma forma ou outra estão envolvidos com substâncias psicoativas: por que do seu uso em termos de compulsão hoje? por que a preocupação com as substâncias psicoativas hoje? quais os sentidos da construção social das "drogas" hoje, sua idealização como costume ou como saída, o seu enquadramento como a violência, o vício, a compulsão, a doença, e, para muitos, a fonte de todos os males?

Não se pretendeu aqui ter respostas acabadas, mas construir uma reflexão sobre possíveis pistas. Defende-se que não atentar para a complexidade do tema – a diversidade de situações e sentidos que diferentes sujeitos emprestam à sua experiência – é uma maneira de evitar análises que mais a fundo nos interroguem a todos, sobre as relações vividas em diferentes instituições e em qual estado da sociedade estamos. Culpendo "as drogas", omite-se a cumplicidade de muitos em relações micro e macro-organizadas que alimentam, em muitos casos, mal-estares, buscas existenciais, para alguns o cumprimento de exigências e parâmetros sociais, para outros recusas desses parâmetros, assim como para muitos outros apenas um tipo de comunicação com os outros e consigo, com eus que não conhecemos.

Para Minayo (1998, p. 40), a própria sociedade se "droga" com as "drogas", criando sua toxicomania, buscando escapar, sobretudo, de problemas socioestruturais e culturais

Como se observou e sublinham distintos autores, não é novidade recorrer às substâncias psicoativas. Como se indicou, tal prática foi amparada por saberes, como o religioso e o científico, na busca de outras dimensões sensoriais, formas de comunicação e libertação do real vivido, por um real imaginado ou sugerido para além da razão.



Pregar a eliminação das substâncias psicoativas da vida social é ingenuidade, se não fanatismo irreal. Trata-se de reduzir os danos, tanto das lícitas quanto das ilícitas. Querer proibi-los, seja pela repressão, seja pela condenação moralista, não surte efeito, pois as substâncias psicoativas fazem parte da vida, inclusive das suas dimensões de valor, como o prazer, o lazer, a busca de sensações novas, idealizadas e a promessa da sociedade de consumo de uma vida sem angústias que leva à obrigatoriedade de ser feliz ou tentar sê-lo, como seja.

mais profundos, assim como de angústias existenciais, como o desemprego, miséria, guerras internas e externas, conflitos geracionais, mudanças velozes na cultura, dentre outras questões.

Pregar a eliminação das substâncias psicoativas da vida social é ingenuidade, se não fanatismo irreal. Trata-se de reduzir os danos, tanto das lícitas quanto das ilícitas. Querer proibi-los, seja pela repressão, seja pela condenação moralista, não surte

efeito, pois as substâncias psicoativas fazem parte da vida, inclusive das suas dimensões de valor, como o prazer, o lazer, a busca de sensações novas, idealizadas e a promessa da sociedade de consumo de uma vida sem angústias que leva à obrigatoriedade de ser feliz ou tentar sê-lo, como seja.

As substâncias psicoativas não dão um sentido à vida, mas podem realçar o sentido que cada indivíduo consegue criar para si principalmente,

num momento de crise econômica e de sombrias perspectivas sociais em um país como o Brasil; cabe não esquecer isto, para não cair numa pregação repressiva cega e facilmente desumana. ❶

* **MARLENE BARRETO SANTOS MIRANDA**, mestre em Família na Sociedade Contemporânea, pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventude, Identidade, Cidadania e Cultura (NPEJI/CNPQ). Contato: marlenemiranda28@hotmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, M. (Org.). **Drogas e pós-modernidade: prazer, sofrimento, tabu**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Drogas nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

HOPENHAYN, M. **Droga y violencia: fantasmas de la nueva metrópoli latinoamericana**. Universidade de Pittsburg, 2002. No prelo.

JACOBINA, R. R.; NERY FILHO, A. **Conversando sobre Drogas**. Salvador: EDUFBA, 1999.

KEHL, M. R. A Juventude Como Sintoma da Cultura. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.) **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

MILBY, J. B. **A dependência de drogas e seu tratamento**. São Paulo: Pioneira, 1988.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, n. 1, p. 35-42, 1998.

NERY FILHO, A. **Drogas: prevenção sem medos e terapia sem**

estigmas. Salvador: EdUFBA, 1993. No prelo.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ATENÇÃO AO USO DE DROGAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Consumo de Drogas Lícitas e Ilícitas por Estudantes de Primeiro e Segundo Grau de Escolas Públicas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [1997?].

OLIVENSTEIN, C. **A vida do toxicômano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SARTI, C. A. Algumas Questões sobre Família e Políticas Sociais. In: JACQUET, C.; COSTA, L. F. (Org.) **Família em Mudança**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004.

SOARES, L. E. Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Org.) **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e Participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

Referências consultadas

ESPINHEIRA, C. G. D. A. **O conhecimento das drogas e suas formas de uso**. Salvador: Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas, UFBA, 1993.

OLIVENSTEIN, C. **Conversando sobre drogas**. Salvador: EdUFBA, 1999.



USO DE DROGAS POR UNIVERSITÁRIOS:

*um levantamento nacional*¹

Arthur Guerra de Andrade* e Lúcio Garcia de Oliveira**

O uso de álcool, produtos de tabaco e outras drogas é um fenômeno mundial que tem transcendido a categoria de “problema de saúde”. Mundialmente quase dois bilhões de pessoas fazem uso de álcool, 1,2 bilhão usa produtos de tabaco e entre 155 a 250 milhões de pessoas relataram ter feito o uso recente nos últimos 12 meses de alguma droga ilícita (UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG CONTROL AND CRIME PREVENTION, 2008; UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG CONTROL AND CRIME PREVENTION, 2010).

O uso de álcool tem sido a causa atribuível de 3,8% das mortes e 4,6% dos casos de doença em todo o mundo, tendo sido apontado como agente de mais de 60 tipos de doenças (REHM et al., 2009). Seus efeitos têm se estendido para além das consequências de saúde de quem bebe, gerando um amplo conjunto de custos sociais atribuídos aos altos níveis de violência interpessoal, homicídios, comportamento sexual de risco, uso inconsistente de preservativos, aumento da incidência de doenças infectocontagiosas e acidentes com veículos automotores (UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG CONTROL AND CRIME PREVENTION, 2008, 2007; REHM et al., 2009). Em relação ao uso de produtos de tabaco, estima-se que 5 milhões de mortes anuais são atribuídas a esse consumo, enquanto 200 mil mortes anuais são decorrentes do consumo de substâncias ilícitas (UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG CONTROL AND CRIME PREVENTION, 2008, 2010).



No Brasil, conforme o “II Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil – estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país” –, 22,8% da população de faixa etária entre 12 e 65 anos já fez uso *na vida* (ou seja, pelo menos já experimentou) de qualquer droga psicotrópica (exceto álcool e tabaco), o que corresponde a quase 12 milhões de pessoas (CARLINI et al., 2007). Dentre eles, os jovens de faixa etária de 18 a 24 anos apresentam as maiores prevalências de uso de substâncias psicotrópicas e de comportamentos de risco (CARLINI et al., 2007; LARANJEIRA et al., 2007).

Entre os jovens, os universitários têm merecido especial atenção, seja pelo recebimento de investimentos científicos ou pelas funções que deverão exercer à sociedade e ao desen-

volvimento do país como um todo. A entrada na universidade, muitas vezes, inaugura um período de maior autonomia, possibilitando novas experiências, mas também, para muitos, se constitui em um momento de maior vulnerabilidade, tornando-os mais suscetíveis ao uso de drogas e suas consequências.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o estudo sobre o uso de substâncias psicoativas entre adolescentes e jovens é tão relevante que há um estudo prospectivo que tem acompanhado há 30 anos a prevalência do uso de drogas entre estudantes, desde a oitava série até a idade adulta, focando, dentro desse período de vida, a fase universitária. Trata-se do projeto *Monitoring the Future*, um levantamento nacional que tem sido adaptado e executado pela *The University of Michigan*. Um dos resultados mais interessantes encon-



trados por essa pesquisa, e que corroboram com a necessidade desse tipo de iniciativa, é notar que o uso prévio de álcool era inferior entre os jovens de ensino médio que pretendiam cursar o ensino universitário, um perfil que mudou após os primeiros anos de graduação (JOHNSTON et al., 2009).

Esforços brasileiros já existiram no sentido de compreender o uso de drogas entre universitários, mas, ainda, se sentia a falta de um levantamento nacional a respeito. Ou seja, embora os estudos realizados tivessem logrado seus propósitos, vinham descrevendo preferentemente a situação vigente na região Sudeste, com ênfase no Estado de São Paulo. Além disso, as diferenças metodológicas entre esses estudos vinham limitando a comparação de resultados, assim como a construção de uma realidade nacional e fidedigna a respeito, permitindo que novas tendências de uso passassem despercebidas, impedindo que as políticas públicas de controle acompanhassem as mudanças sociais e políticas que ocorressem em nosso país, surpreendendo o sistema de saúde pública, até então despreparado para o seu atendimento.

Pensando nisso, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), órgão do governo federal responsável por coordenar a implementação da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) e da Política Nacional sobre o Álcool (PNA), em parceria com o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (GREAFMUSP), realizou recentemente o **I Levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras dro-**

gas entre universitários das 27 capitais brasileiras (ANDRADE; DUARTE; OLIVEIRA, 2010). Os principais resultados dessa pesquisa foram brevemente descritos adiante. Para essa pesquisa, em todo país, foi contemplada a participação de 12.721 universitários matriculados em cursos de graduação presencial de 100 Instituições de Ensino Superior (IES) da rede pública e privada de ensino, das 26 capitais brasileiras e Brasília-DF.

Agência Brasil



O então ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, fala durante solenidade de anúncio do Plano de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, em setembro de 2010

Agência Brasil

Seminário internacional sobre o tema na Comissão de Seguridade Social na Câmara dos Deputados, em julho de 2010.



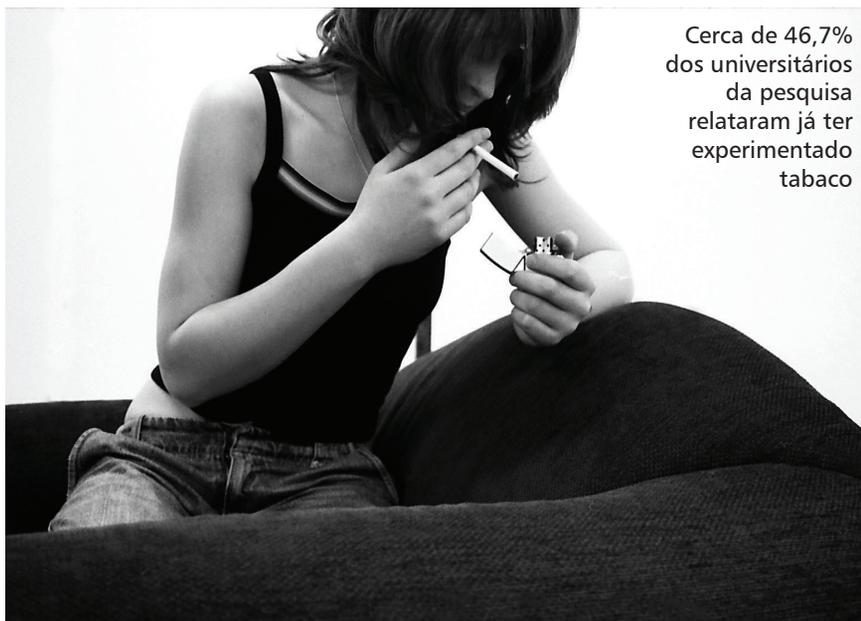
22,8% da população de faixa etária entre 12 e 65 anos já fez uso na vida (ou seja, pelo menos já experimentou) de qualquer droga psicotrópica (exceto álcool e tabaco)



11% dos universitários nunca haviam experimentado qualquer tipo de substância na vida. Entre os que o fizeram, o álcool foi a substância psicotrópica mais consumida para todas as medidas de uso avaliadas (uso na vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias), seguido imediatamente pelos produtos de tabaco.

Aos universitários que se voluntariaram a participar foram solicitados a responder um questionário estruturado, de 98 perguntas fechadas, de autopreenchimento, individual e anônimo, organizado com o fim de conhecer o perfil e o estilo de vida do universitário brasileiro, com ênfase sobre o uso de drogas e seus transtornos (em termos do risco para desenvolvimento de abuso e dependência), comportamentos de risco para a integridade física e saúde geral (ex.: envolvimento em discussões e agressões físicas; realização de intercurso sexual sem preservativo; comportamento de beber e dirigir; pegar carona com motorista alcoolizado, entre outros) e existência de comorbidades psiquiátricas (em termos de sintomas depressivos, ansiosos e psicóticos). A investigação do envolvimento dos universitários com drogas foi feita por intermédio da descrição da prevalência de uso na vida (uso experimental, ou seja, “pelo menos uma vez na vida”), nos últimos doze meses (no ano, ou seja, “pelo menos uma vez nos doze meses que antecederam a entrevista”) e nos últimos trinta dias (no mês, ou seja, “pelo menos uma vez nos 30 dias que antecederam a entrevista”). As drogas investigadas foram: álcool, produtos de tabaco, maconha/haxixe, cloridrato de cocaína, merla, crack, anfetaminas, anticolinérgicos, tranquilizantes/ansiolíticos, opiáceos, barbitúricos/sedativos, esteroides anabolizantes, inalantes/solventes, alucinógenos e ecstasy.

Quanto às variáveis individuais, 43,1% dos universitários participantes eram homens e 56,8% mulheres. A maior parte dos universitários tinha idade entre 18 e 24 anos (58,0%), seguida da faixa etária dos 25 aos



Cerca de 46,7% dos universitários da pesquisa relataram já ter experimentado tabaco

34 anos (25,2%), acima de 35 anos (14,0%) e até os 18 anos (1,8%). Quase 62% deles (61,6%) consideraram-se da etnia caucasóide/branca, 24,5% mulato/pardo e 6,4% negros. Essa distribuição foi mais equilibrada para as variáveis referentes à organização administrativa da IES (se pública ou privada) e Região Administrativa do país. Assim, quase 49% dos universitários eram provenientes de IES públicas (48,8%) e um pouco mais de 51% privadas (51,2%), sendo 18,1% das instituições da região Norte do país, 25,2% da região Nordeste, 20,2% da região Sudeste, 19,2% da região Sul e 17,3% da região Centro-Oeste. A maior parte deles atendia a cursos de graduação da área de Ciências Humanas (47,3%), seguido das Exatas (25,8%) e Ciências Biológicas (25,3%). Finalmente, 36,8% dos universitários eram do período noturno, 26% estudavam em período integral, 25,4% em período matutino e 10,3% em período vespertino.

Em relação ao uso de drogas, 11% dos universitários nunca haviam experimentado qualquer tipo de substância *na vida*. Entre os que o fizeram, o álcool foi a substância psicotrópica mais consumida para todas as medidas de uso avaliadas (uso *na vida*, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias), seguido imediatamente pelos produtos de tabaco. Quase 87% da amostra (86,2%) relataram já ter pelo menos experimentado álcool (uso *na vida*) e quase 46,7% já ter experimentado tabaco. Essas prevalências diminuem ao se considerar as medidas de uso nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias, já que tendem a localizar os usuários ativos e desconsiderar os ex-usuários de drogas.

Especificamente em relação ao uso de álcool, 36% dos universitários relataram ter engajado em pelo menos uma ocasião de beber pesado episódico ou *binge drinking* nos últimos 12 meses, e 25% deles nos 30 dias anteriores à entrevista, um padrão que se refere

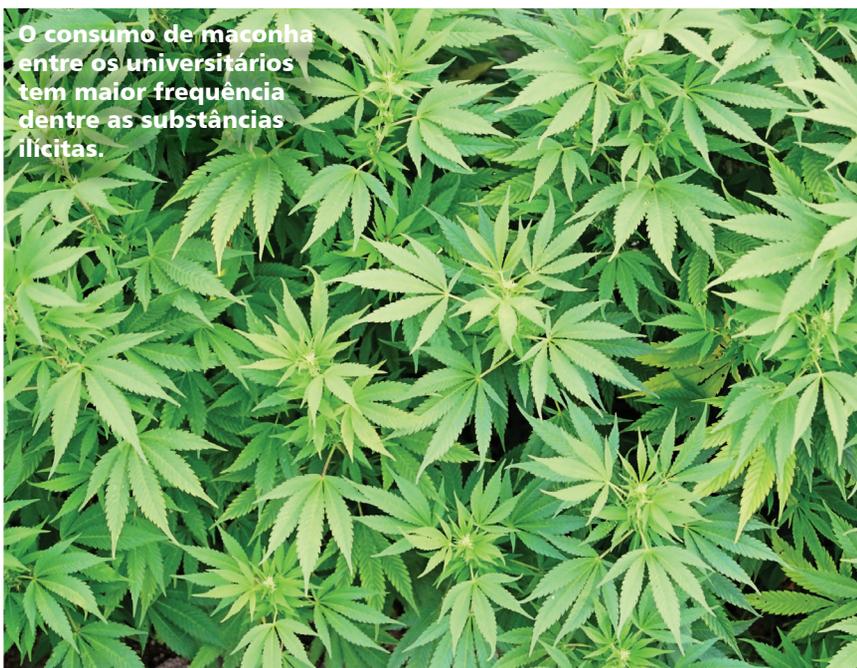
à ingestão de mais de 4 doses alcoólicas entre mulheres e 5 doses entre homens, dentro de um período de 2 horas (aqui, entende-se que uma dose alcoólica contenha de 8 a 13 gramas de álcool, o equivalente a 285 ml de cerveja, 120 ml de vinho e 30 ml de destilado). É um comportamento de beber intenso em um curto espaço de tempo que predispõe o bebedor a uma série de problemas sociais e de saúde.

Quanto ao uso ilícito de substâncias, quase metade dos universitários (48,4%) relataram já tê-lo feito pelo menos uma vez *na vida*, com maiores frequências para o uso de maconha (26,1%), inalantes (20,4%), anfetamínicos (13,8%), tranquilizantes (12,4%) e alucinógenos (7,6%), nessa ordem. Esse uso possivelmente é influenciado por características individuais dos universitários e acadêmicos. Dentre elas, o gênero parece ser um fator de interferência de relevância, atuando especialmente como um diferenciador do tipo de substância experimentada ou regularmente consumida entre universitários.

Cerca de 40% (37,6%) dos universitários relataram ter usado duas ou mais drogas nos últimos 12 meses e 43% relataram já ter feito uso de bebidas alcoólicas e de outras substâncias na mesma ocasião, o que configura um uso do tipo múltiplo e simultâneo



O consumo de maconha entre os universitários tem maior frequência dentre as substâncias ilícitas.



Nessa pesquisa, a interferência do gênero sobre os resultados ainda não foi investigada, de tal forma que particularidades de uso entre homens e mulheres precisam ser futuramente detalhadas.

Independentemente da influência de variáveis de confusão, a frequência do uso de drogas pelos universitários ultrapassa os valores correspondentes já observados para a população geral brasileira de faixa etária entre os 12 e os 65 anos (CARLINI et al., 2007) e entre estudantes de ensino fundamental e médio (CARLINI et al., 2005), especialmente para o uso de anfetamínicos, apontando que os universitários podem estar em uma situação de risco, ou seja, de aumentada vulnerabilidade, uma análise ainda exploratória e que ainda precisa de confirmação. Em relação ao comportamento de universitários norte-americanos (JOHNSTON et al., 2009), os universitários brasi-

leiros apresentam uma semelhança de uso de álcool, tabaco e drogas ilícitas, parecendo haver algumas particularidades, especialmente em relação ao uso de maconha e inalantes.

Cerca de 40% (37,6%) dos universitários relataram ter usado duas ou mais drogas *nos últimos 12 meses* e 43% relataram já ter feito uso de bebidas alcoólicas e de outras substâncias na mesma ocasião, o que configura um uso do tipo múltiplo e simultâneo, uma modalidade de consumo potencialmente perigosa, especialmente devido aos efeitos aditivos entre as drogas coadministradas e o aumento da toxicidade de cada substância em relação ao seu uso isolado. Dos universitários que relataram fazer uso múltiplo de drogas, 47,8% alegaram fazê-lo por gostar da associação ou como uma forma de enfrentamento em relação aos problemas da vida. Já 13,2% faziam a associação para con-





A identificação dessas tendências de uso entre os jovens tem sido um desafio para os responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas, especialmente se considerada a elaboração de ações efetivas em tempo real à identificação das novidades de uso.

trolar o uso – a vontade de beber ou os efeitos do álcool –, no sentido de ficar menos alcoolizado ou potencializar os efeitos da bebida, enquanto que 10,7% usavam as bebidas alcoólicas para manipular os efeitos de outra substância (no sentido de potencializar os efeitos agradáveis e reduzir os efeitos desagradáveis) ou controlar seu uso, interrompendo-o e permitindo ao universitário retomar suas atividades diárias quando necessário.

Um possível problema desse uso é que, à medida que é regularizado, chega um momento em que o usuário se vê enredado num ciclo vicioso, no qual o desejo por uma droga leva ao consumo de outra, de tal forma que esses consumos passam a influenciar-se reciprocamente, caminhando *pari passu* (MAGURA; ROSENBLUM, 2000), predispondo o usuário a desenvolver estados de abuso ou dependência para uma ou múltiplas substâncias.

A esse respeito, entre os universitários respondentes dessa pesquisa, 21,8% estavam sob risco, pelo menos

moderado, de desenvolver dependência para álcool, 8,4% para maconha, 3,8% para anfetamínicos e 3,4% para tranquilizantes, um uso que já poderia ser categorizado como nocivo ou problemático, ou seja, em que o usuário já teria sido impactado negativamente com algum problema de saúde, de ordem social, financeira, legal ou de relacionamento diretamente relacionado ao uso da substância, necessitando de algum tipo de intervenção. (HENRIQUE et al., 2004).

Numericamente, o uso de álcool de risco moderado para o desenvolvimento de dependência foi maior entre os universitários que na população geral brasileira (idade entre 12-65 anos) (19% vs. 3% – UNIAD/SENAD) e o uso de álcool de alto risco para desenvolvimento de dependência foi maior para a população geral que para os universitários (3% vs. 9% – UNIAD/SENAD; 3% vs. 12% – CEBRID/SENAD) (CARLINI et al., 2007. LARANJEIRA et al., 2007), resultados que merecem um aprofundamento.

Em relação a comportamentos de risco, 18% dos universitários relataram dirigir sob efeito de álcool, 12% já dirigiram após *binge drinking* (referente à ingestão de mais de 4/5 doses alcoólicas) e 27% dos universitários pegaram carona com motorista alcoolizado. Em relação a comportamentos sexuais, 12% dos universitários ainda não tinham tido relação sexual até o momento da entrevista. Entre os que já tinham tido essa oportunidade, 9% não possuíam o hábito de utilizar métodos contraceptivos, 3% já haviam forçado ou sido forçados a engajar em intercurso sexual e 41% declararam que já haviam feito o teste para detecção do vírus HIV.

Quanto ao nível de psicopatologia (sofrimento psicológico inespecífico e depressão), parece ser maior entre as mulheres e alunos do período integral ou noturno. A exemplo, em relação à prevalência de sintomas psicóticos, 22% dos respondentes afirmaram “sentir que existe alguém que quer lhe fazer mal de alguma maneira”, 33% “que é alguém muito mais importante que a maioria das pessoas pensa”; 17% notam “interferência ou outro problema estranho com os pensamentos” e 2% “ouvem vozes que não sabem de onde vêm ou que os outros não podem ouvir”. A associação desses dados a diversos desfechos de saúde como o uso de álcool, tabaco e outras drogas precisa ser futuramente avaliada.

Finalmente, essa pesquisa traz resultados inéditos de uma realidade social que ainda era desconhecida, fornecendo um retrato nacional a respeito do perfil sociodemográfico e aspectos da saúde mental do universitário brasileiro, superando o mosaico de informações que se dispunha anteriormente. Em saúde coletiva, estudos como esse, ou seja, que possibilitam a identificação da tendência de uso de





drogas pelos jovens, têm sido o arauto para as mudanças sociais e políticas observadas em outros segmentos sociais dos países da União Europeia (UE) e nos Estados Unidos. A identificação dessas tendências de uso entre os jovens tem sido um desafio para os responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas, especialmente se considerada a elaboração de ações efetivas em tempo real à identificação das novidades de uso (JOHNSTON et al., 2009).

A isso se soma que a comparação do uso de drogas entre os universitários e a comparação ao uso vigente em outros segmentos sociais pode ser um procedimento valioso para a confirmação das tendências e padrões de uso de drogas em nosso País, identificando particularidades que auxiliem as autoridades públicas a desenvolver estratégias de ação específicas.

Sobretudo, considerados conjuntamente, os dados apontam para uma situação preocupante, que, mais que atenção, requer ação de uma responsabilidade compartilhada entre universidades, governo, comunidade científica e sociedade, para que possam contornar este problema e seus possíveis desdobramentos. O primeiro passo foi dado. ❶

***ARTHUR GUERRA DE ANDRADE** é médico Psiquiatra, Professor Associado do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), Professor Titular de Psiquiatria e Psicologia Médica da Faculdade de Medicina do ABC, Presidente Executivo do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (CISA).

****LÚCIO GARCIA DE OLIVEIRA** é Mestre e Doutor em Psicobiologia pelo Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atualmente é pós-doutorando pelo Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

NOTA

1 Os resultados aqui apresentados são parte do **I levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras**, cujo relatório foi recentemente divulgado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), órgão do governo federal responsável por coordenar a implementação da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) e da Política Nacional sobre o Álcool (PNA), em parceria com o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (GREAFMUSP). O relatório está disponível na íntegra, para consulta, no endereço eletrônico http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/web/noticia/ler_noticia.php?id_noticia=104059.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Arthur Guerra de; DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira; OLIVEIRA, Lúcio Garcia de. **I Levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras**. Brasília: SENAD, 2010.

CARLINI, E. A. et al. **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país: 2005**. São Paulo: CEBRID; UNIFESP, 2007.

CARLINI, E. A. et al. **V Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 17 capitais brasileiras: 2004**. São Paulo: CEBRID; UNIFESP, 2005.

HENRIQUE, I. F. S et al. Validação da versão brasileira do teste de triagem do envolvimento com álcool, cigarro e outras substâncias. **Revista da Associação Médica Brasileira**. v. 50, n. 2, p. 199-206, 2004.

JOHNSTON, L. D. et al. **Monitoring the Future: national survey results on drug use: 1975-2008: college students**

and adults ages 19-50. Bethesda, MD: U.S. Department of health and human service. National Institute on Drug Abuse, 2009. v. 2.

LARANJEIRA, R. et al. **Levantamento nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira**. Brasília: SENAD, 2007.

MAGURA, S; ROSENBLUM, A. Modulating effect of alcohol use on cocaine use. **Addictive Behaviors**. Nova Iorque, v. 25, n. 1, p. 177-82, 2000.

REHM, J. et al. Global burden of disease and injury and economic cost attributable to alcohol use and alcohol-use disorders. **Lancet**; v. 373, n. 9682, p. 2223-2233, 2009.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG CONTROL AND CRIME PREVENTION. **World Drug Report 2007**. 2007.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG CONTROL AND CRIME PREVENTION. **World Drug Report 2008**. 2008.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG CONTROL AND CRIME PREVENTION. **World Drug Report 2010**. 2010.



L. DEIXOU DE USAR CRACK¹

M.e. Douglas Casarotto de Oliveira* e Dr. Guilherme Carlos Corrêa**

L era um jovem de 14 anos, residente na cidade de Santa Maria-RS, quando, no final no ano de 2007, passou a ser alvo de uma série de práticas realizadas a partir das instituições que compõem a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente e da mídia, em função de seu envolvimento com a droga chamada *crack*. Ao analisarmos documentos e materiais produzidos em relação a L.² a partir de uma perspectiva genealógica (FOUCAULT, 2004), foi possível dar visibilidade à emergência de práticas voltadas não somente ao jovem, mas à população em geral, numa atualização da estratégia biopolítica (FOUCAULT, 1999) representada pela “guerra às drogas”.

Nesse artigo, apresentaremos um itinerário das práticas em relação ao jovem L., para, a partir delas, traçarmos problematizações acerca das noções sobre as drogas que as sustentam e seus efeitos em relação ao jovem, aos profissionais que atuaram em sua situação e à população em geral. Ao final desse percurso, veremos que a partir dessas práticas se constitui uma noção de jovem usuário de *crack*, para, em seguida, apontar alguns movimentos de resistência realizados por L., que rompe com essa noção a ele atribuída e os quais apontam para algumas potências para a atuação junto a jovens com problemas em decorrência do uso de *crack*.

O jovem L. dentro da maquinaria proibicionista

Nosso itinerário tem cinco paradas. A primeira delas refere-se à entrada de L. na rede de instituições encarregadas de resolver seus problemas. A

Nesse artigo, apresentaremos um itinerário das práticas em relação ao jovem L., para, a partir delas, traçarmos problematizações acerca das noções sobre as drogas que as sustentam e seus efeitos em relação ao jovem, aos profissionais que atuaram em sua situação e à população em geral. Ao final desse percurso, veremos que a partir dessas práticas se constitui uma noção de jovem usuário de crack.



abordagem do assunto realizada por um jornal de circulação local é nossa segunda parada. A terceira parada é o momento quando perspectivas distintas em relação às intervenções realizadas com L. aparecem claramente. A quarta é uma passagem dentro do tratamento ideal; e a quinta, e última, é referente ao período em que L. para de usar *crack*.

Da família para a rede de atendimento

Em novembro de 2007, a situação de L. tornou-se conhecida pela Delegacia de Polícia e pelo Conselho Tutelar. A família, na figura da mãe, procurou as duas instituições para que a ajudassem com o filho, que fazia uso de drogas (maconha, cocaína e *crack*). A situação limite havia sido uma ameaça de morte feita à mãe, para que lhe

desse dinheiro para comprar drogas. A ocorrência policial em que consta esse fato marcou a entrada de L. na Rede de instituições que passa a acionar uma série de profissionais encarregados de ajudar a mãe e *salvar* o adolescente do uso das drogas.

Mas é com a entrada do Conselho Tutelar na vida dessa família que as práticas voltadas a L. passam a ser potencializadas. Após *uma visita domiciliar*, o conselheiro responsável *avalia* a situação e decide acionar o Juizado da Regional da Infância e Juventude, relatando a situação encontrada na visita, na qual ele

tentou dialogar com L. que não aceita conversar sobre o assunto, é agressivo com todos, principalmente com seus genitores, não aceitando de forma alguma o diálogo, muito menos encaminhamentos para atendimento de sua situação. (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p. 9).

Diante do insucesso de sua *única* tentativa de *intervenção*, o profissional solicita uma

autorização para conduzir L. coercitivamente à avaliação médica para, posteriormente, verificar qual o melhor tratamento para o mesmo, bem como intimação da Secretaria de Município de Saúde a prestar a referida avaliação por serviço especializado. (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p. 9).



Em fevereiro, L. e sua família são avaliados em uma visita domiciliar da Assistente Social do Juizado e em entrevista com psicóloga. As opiniões das profissionais, apesar de suas formações técnicas, pouca coisa acrescentou às informações já prestadas no primeiro relatório feito pelo conselheiro tutelar e às decisões a serem tomadas pelo magistrado. Centradas nos comportamento do jovem e sua família, questões envolvendo aspectos culturais da comunidade, acesso às substâncias, condições de vida da família, circunstâncias do uso da droga não foram levadas em conta.

As alternativas apresentadas pelas profissionais indicam apenas a necessidade de *tratamento*. Em relação a esse, não há menção de serviços existentes ou forma de funcionamento das políticas públicas em relação aos usuários de drogas. Contudo, nas próximas paradas de nosso itinerário, uma noção de tratamento ideal emerge das práticas dirigidas ao adolescente.

Depois das avaliações realizadas com L. e sua família, no processo analisado, há um período do dia 23 de março até 10 de junho sem novas informações. O que aconteceu com L. nesse período? O que aconteceu, que nem os familiares nem o Conselho Tu-

telar solicitaram mais a intervenções da justiça nesse tempo? Foi nesse período que a mídia passa a realizar a cobertura do caso. Mesmo sem atuar diretamente realizando atendimentos, sua abordagem do tema se dá a partir de práticas que legitimam determinados atributos em relação ao jovem, os quais passam a operar e produzir efeitos, não somente na população em geral, mas nas práticas dos profissionais que atuam com L. Após apresentarmos uma síntese da forma como a mídia se inseriu no assunto, voltaremos novamente nossa análise para as práticas realizadas com o jovem, expressas nos documentos contidos no Juizado Regional da Infância e Juventude (JIJ) e prontuários de seu atendimento no Centro de Atenção Psicossocial para infância e adolescência.

Mídia e instituições: crack para todos

Sexta-feira, dois de maio de 2008. Um jovem de 14 anos, que mora na periferia de Santa Maria é acorrentado a sua cama para que não consumisse *crack*. “Chocante” é a expressão utilizada pelo jornalista do Diário de Santa Maria. O drama vivido por sua família é mostrado aos leitores. O jovem roubou

alimentos em casa, quebrou os vidros para se cortar com os cacos. O jornal reproduz uma fala da mãe, em que justifica o acorrentamento, considerando-o como a alternativa possível. “Ele começou a dizer que ia se matar, cortar os pulsos. Chegou até a se cortar com cacos de vidro, não tinha mais o que fazer [...]” (UMA, 2008).

As marcas deixadas pelo uso do *crack* são evidenciadas com uma descrição do quarto do menino. Para o jornal, latas de alumínio no chão, cachimbos, fósforos riscados, tocos de cigarros de maconha representam a destruição causada pelo uso de drogas. Também o relato dos pais, sofrendores com a situação, afirma que as marcas do uso do *crack* estão pela casa e na relação com a vizinhança. O pai fala de todos os vidros que foram quebrados, da necessidade de amarrarem as janelas para que através delas o filho não passasse objetos de casa para serem trocados pela droga, da “conta” feita no armazém para compra de alimentos a serem trocados por *crack*.

Coreografia “Pipando... Onde dormem os pássaros”, com o bailarino e coreógrafo Pedro Costa, do Núcleo Artístico Pedro Costa



Foto: Arnaldo J. G. Torres





Para os pais, o tratamento feito pelo jovem não teve efeito. Ele já havia sido internado num hospital em Rio Grande, por 14 dias, e estava ainda em uso da droga. No dia dois de maio, o adolescente foi levado à Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento, onde ficou algemado para que não fugisse. Para sua proteção, ele foi passar a noite na casa de uma tia. O conselho tutelar assegurou isso. A situação vivenciada pela família foi levada ao Juizado da Infância e Juventude para que fosse tomada alguma atitude em relação ao risco que o jovem corria. Mesmo tomando a atitude do acorrentamento do filho para protegê-lo, os pais tinham possibilidade de ser indiciados por cárcere privado e tortura.

Esta foi a primeira notícia de uma série de quatorze, referindo a situação do jovem L., veiculados no jornal Diário de Santa Maria, de maio de 2008 a maio de 2009. O uso que o jovem fazia da droga, chamada *crack*, passou a ser divulgado frequentemente, ao longo desse período, a partir de um olhar ao sofrimento que ele causava à família, do mal representado pela droga e pelas intervenções realizadas com o objetivo de salvar a sua vida.

Produzindo formas de ver e falar do assunto, a perspectiva do jovem mostrada pelo jornal vai ao encontro das concepções hegemônicas nos campos da Saúde e da Justiça. A imprensa atua de forma a acionar e legitimar os dispositivos majoritários para lidar com o tema. No caso do *jovem usuário de crack*, a abordagem reforça a necessidade de tratamento tomado como sinônimo de internação. As imprecisões relativas ao tempo que o adolescente usa *crack*, ao tempo que usa drogas, às funções das instituições, como a família lida com esse uso ficam encobertas pela ênfase das matérias na necessi-



Avião do Skank perde porta e faz pouso de emergência. Inscrições do Enem: queda de 5,45% no Estado. Fome: ver como funciona 'Som & Fúria' na vida real.

A imprensa atua de forma a acionar e legitimar os dispositivos majoritários para lidar com o tema. No caso do jovem usuário de crack, a abordagem reforça a necessidade de tratamento tomado como sinônimo de internação.

Enfatizando os aspectos ligados aos males causados pela droga, seu potencial em produzir dependência e o sofrimento causado na família, a imprensa reforça que as soluções são: o incremento do combate à venda da droga, o aumento das vagas para tratamento, colocando a internação como um lugar privilegiado e a realização de ações de prevenção à população para que todos saibam dos males causados pela droga.



dade da internação como solução do problema do jovem usuário de *crack*. Essas imprecisões produzem um efeito de afirmar opiniões ligadas à noção de internação e reduzir a importância de outras práticas e outros movimentos que se podem observar em relação à situação de L.

Enfatizando os aspectos ligados aos males causados pela droga, seu potencial em produzir dependência e o sofrimento causado na família, a imprensa reforça que as soluções são: o incremento do combate à venda da droga, o aumento das vagas para tratamento, colocando a internação como um lugar privilegiado e a realização de ações de prevenção à população para que todos saibam dos males causados pela droga. Sua abordagem desconsidera totalmente os aspectos extrafarmacológicos (ESCOHOTADO, 1997) inerentes ao uso e clama pelas práticas oriundas dos saberes legitimados, principalmente a ligada ao dispositivo de internação, que, em sua abordagem, homogeneamente serviria a todos os usuários da droga como a solução do problema.

Por um tratamento ideal

A partir do dia 10 de junho, o conselheiro tutelar intensifica o envio de relatórios. No período de um mês, de 10 de junho a 09 de julho, ele enviou cinco relatórios ao Juizado acerca da situação de L. Nesta época, o “drama” do jovem figurava na mídia de Santa Maria, e as noções veiculadas pelo jornal passaram a ser utilizadas nas práticas dos profissionais da Rede em relação a L.

A partir desses cinco relatórios e das informações trazidas pelo jornal, é possível entender o porquê da ausência de manifestações do conse-

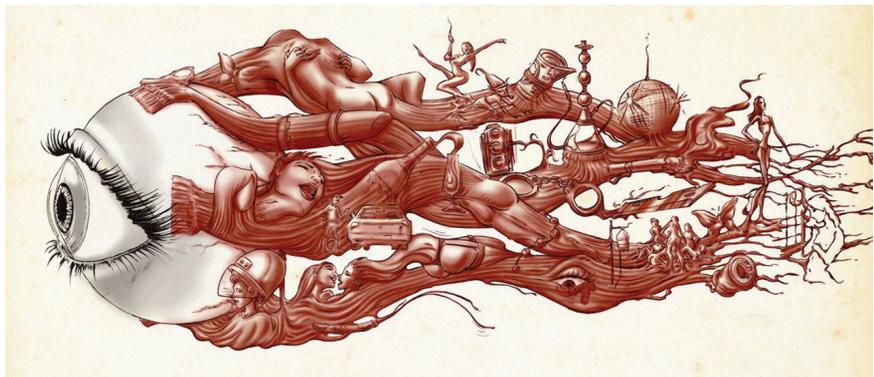
lheiro ou da família. Desde março, L. já havia sido internado duas vezes. A sequência de relatórios do CT ao juizado tem como objetivo a realização de uma terceira internação, ou melhor, um prolongamento da segunda internação. Evidencia-se nesse ponto do percurso de L. na rede uma tensão entre perspectivas distintas acerca do tratamento e da necessidade de internação, sendo que a segunda, diante das estratégias utilizadas pelos profissionais a seu favor, torna-se a alternativa à resolução do caso.

O relato do conselheiro contraria a indicação dos profissionais do Hospital de Rio Grande de que, após a internação, fosse dada continuidade no tratamento em serviço ambulatorial, no Centro de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil de Santa Maria. Ao longo do relatório de três páginas, o conselheiro tece diferentes argumentos, com o objetivo de que o jovem saia da internação no hospital de Rio Grande e vá para outro em Porto Alegre.

Diferentes estratégias foram utilizadas como argumentos que reforçam a necessidade de prolongamento da internação. A primeira delas foi a do silêncio. Enquanto a internação estava ocorrendo, não havia motivo para se preocupar, afinal o jovem estava em tratamento. Somente quando

existe uma previsão de alta é que há novamente a preocupação do profissional, que passa a intensificar as informações ao JIJ. Outra estratégia foi a de desqualificar a posição de uma das profissionais, colocando em dúvida sua mudança de opinião a respeito da intervenção. A terceira foi uma desqualificação dos serviços públicos, tanto do hospital em Rio Grande como do CAPSi em Santa Maria, e a valorização da clínica de atendimento particular. Uma quarta estratégia foi colocar o jovem numa posição de objeto, sem desejos, nem vontades e sem opinião em relação ao tratamento. Uma quinta estratégia foi da utilização da lógica que liga diretamente o uso de drogas à morte, de forma a sensibilizar o magistrado ao perigo que o jovem corria em Santa Maria. Outra estratégia foi a menção da opinião pública sobre o caso, que já estava na mídia. Enfim, uma sétima estratégia foi a de referir o conhecimento pessoal do conselheiro tutelar sobre o caso, que o autoriza a saber sobre a intervenção ideal apresentada como *alternativa única e viável*.

No relatório seguinte, poder-se-ia pensar que os argumentos utilizados para ampliar o período de internação perderiam seu valor, dada a concordância do conselheiro tutelar com a





Sobre as práticas direcionadas ao jovem usuário de crack, o que se evidencia é a possibilidade de elas serem pensadas para além do eixo da internação e do isolamento e a partir de outros campos de saber, diferentes dos que sustentam essas alternativas.



explicação de uma das médicas, e a afirmação deste, de apostar no tratamento proposto. Contudo, com as dificuldades ocasionadas pelo tratamento ambulatorial, os argumentos que dão coerência à internação fechada tornam-se ativos como a verdade sobre o tratamento. Os três últimos relatórios tratam de reforçar a necessidade de internação fechada.

Dentro do tratamento ideal

Uma clínica particular em Porto Alegre recebeu o jovem ao custo de R\$ 6.000,00 mensais. Ele ficou internado do dia quatorze de julho até treze de agosto. É a partir dos elementos fornecidos pelos documentos enviados pela clínica ao JIJ, que relato alguns detalhes importantes da história da terceira passagem do jovem pela internação, que, mesmo mostrando resultados questionáveis quanto ao objetivo dos profissionais de que o jovem ficasse abstinente da droga *crack*, foi considerada o *tratamento ideal*.

Desse período da terceira internação fechada, salientam-se quatro aspectos. O primeiro deles é em relação à forma de cuidados e aos profis-

sionais que o oferecem. Evidencia-se, nas anotações em prontuário, que há diferentes cuidadores – técnicos e estagiários – que veem o jovem. Tais anotações se referem ao estado anímico e ao comportamento do jovem, à sua alimentação e à aplicação de medicação. Não são feitas referências sobre os momentos terapêuticos. Também não há nada alusivo a alguma fala do jovem antes da menção do médico, de que ele desejava parar de usar a droga e entrar para uma religião. As anotações feitas nos prontuários têm um aspecto mecânico, dada sua impessoalidade e poucos detalhes acerca da relação estabelecida com o jovem. Também os profissionais, que não são da área de enfermagem e médica, não se mostram no documento. Os documentos dão a entender que o atendimento multiprofissional oferecido pela clínica se restringe à enfermagem, à medicina e ao serviço social, este último aparecendo somente uma vez. Os profissionais anunciados como parte da equipe, no documento enviado ao JIJ, psicólogo e educador físico, não são visíveis. Caso tenha acontecido o atendimento por estes profissionais, o

prontuário enviado ao JIJ contém somente essas anotações, evidenciando um tratamento em que há ênfase nos procedimentos médicos, principalmente o tratamento medicamentoso.

Além das diferentes doses de medicamentos dadas a cada turno, qualquer reação fora do padrão era contida com uma droga a mais. Este é o segundo ponto a ser destacado. O uso das drogas prescritas acaba acontecendo como forma de pena à conduta inadequada. Elas não são escolhidas por uma suposta doença que deve ser curada com doses extras, mas, sim, pelas condutas que querem amenizar: para agitação, amplicitil; para agressividade, neozine; para boche e desafio, amplicitil e fenergam; para ansiedade, rivotril. Certamente, em diferentes momentos a droga é o mecanismo eficiente de controle dos comportamentos indesejados; contudo, o que aparece no prontuário é uma ênfase a esse recurso, em detrimento de outras formas terapêuticas que privilegiem uma compreensão das situações e suas motivações, que considerem a atitude do jovem para ser pensada por ele.

Um terceiro aspecto que se destaca são as anotações diárias sobre o jovem as quais revelam um temperamento predominantemente calmo e tranquilo, diferente das descrições que aparecem nas outras partes do processo judicial ou na mídia. Para quem lê o prontuário, é difícil dizer que o jovem teve que ser acorrentado. Não se pode atribuir esse seu comportamento apenas à medicação, pois em Santa Maria havia o uso delas também. É fato que de pouco adiantaria revoltar-se contra a internação, pois de modo algum poderia sair dela antes da autorização do médico. Assim, a tranquilidade do jovem pode ser pensada também pelo

afastamento das coisas de sua vida, implicadas no uso do *crack*. Contudo, sua vida, sua casa, sua família, sua comunidade, sua escola continuam em Santa Maria. É em sua cidade que há uma demanda para que não use a droga, demanda que é distinta da anulação da subjetividade do jovem por meio das drogas prescritas durante a internação.

Um quarto e último aspecto refere-se à nota de alta. Nela, o médico reforça a necessidade de investimento em tratamento ambulatorial, como indicado na alta da segunda internação em Rio Grande. Esse encaminhamento, apesar de ser o procedimento que se enquadra nos fluxos de tratamento estabelecidos pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2003), assume uma caráter distinto, pois se trata de uma instituição idealizada, mas que atua dentro da mesma lógica que as até então desqualificadas: Hospital em Rio Grande e CAPS i. Outro aspecto que se destaca é uma das funções da internação: a desintoxicação. Seu sentido refere-se somente ao *crack* e não às drogas prescritas. Supostamente, o profissional de saúde tem o controle sobre as prescritas e pode retirá-las conforme a evolução do caso. O que se evidencia no prontuário é um tratamento em que a substituição de drogas ilícitas por lícitas é o principal fator terapêutico considerado, além do afastamento do jovem da droga.

Em Santa Maria, depois do tratamento ideal

O período abordado nesta parte da história vai do dia 30 de julho de 2008, quando consta o não comparecimento da mãe de L. no grupo de pais, até o dia 30 de março de 2009, data do último documento expedido pelo JIJ: um mandado de intimação ao Conselheiro Tutelar, para que encaminhasse L. para uma nova avaliação psiquiátrica. Contudo, verifica-se uma diminuição progressiva do fluxo de documentos e intervenções direcionadas ao jovem, provavelmente decorrente da informação dada pela mãe de seu abandono do uso de *crack*.

Neste momento da história de L., percebe-se um desinvestimento da família nos tratamentos propostos. Os movimentos realizados em busca de tratamento, envolvendo mídia, Conselho Tutelar, juizado, diminuem em intensidade. Depois de três internações e a confirmação da necessidade de tratamento ambulatorial, gradativamente a mãe deixa de ir aos atendimentos para ela e também a não priorizar a frequência do filho. Apesar das diferentes justificativas, não há registros de falas da mãe no sentido de buscar alterar o horário ou remarcar os atendimentos. O que há são movimentos ativos do CAPS i em buscar informações sobre a situação do jovem. Também é possível perceber que, em determinado momento, a mãe



deixou de dar as medicações ao filho, contrariando as prescrições médicas, somente retornando a ministrar as medicações quando ele voltou a usar o *crack*. O desinvestimento nos tratamentos prescritos até então não significa uma desistência na ideia de curar o filho. Como no início do processo, novamente há a procura por uma internação que o afaste das drogas, no caso a Fazenda Terapêutica.

Sobre a participação de L. no CAPS i, surge, nas anotações, uma mudança na sua forma de participar. Apesar de ainda consumir *crack*, o jovem vai ao CAPS i, utilizando o grupo para falar de questões que são de seu interesse, como a família e a internação.

O jovem deixou de usar *crack* pela *oração*. Essa foi a informação adicionada ao processo, em novembro de 2008, que teve como efeito velar as relações de forças que se evidenciaram com intensidade em diferentes momentos, como na entrada de L. na rede de atendimento, no interesse da mídia em acompanhar sua situação e no período em que o jovem estava em atendimento no CAPS i, os quais se constituem como os momentos de emergência de L. como jovem usuário de *crack*. No momento de entrada da informação no processo, acerca do abandono do uso da droga pelo jovem, já havia um movimento que indicava a emergência de outro dispositivo de tratamento: a fazenda terapêutica. Sua inclusão como alternativa ocorreu em detrimento do tratamento ambulatorial, desqualificado pela família, que não foi mais colocado como opção pelo promotor. A informação a respeito do abandono do uso do *crack* chega contrariando as tendências e previsões catastróficas colocadas ao longo do processo, inclusive nas presentes no último relatório do conselheiro tutelar.

Acessórios utilizados para o consumo do crack





A construção de uma forma específica de ver e falar acerca de jovens com problemas como o de L., a qual denominamos de jovem usuário de crack se dá a partir das práticas de profissionais, da justiça, da educação, da saúde. Essa produção ocorre quando as práticas são pautadas na perspectiva de que o crack é o mal em si, quando tomam o jovem como delinquente-doente e quando colocam um ideal como tratamento, este sendo a internação-isolamento, entendida como internação fechada.

L. ter deixado de usar o *crack* depois de abandonar o tratamento no CAPS i, sem estar na internação fechada, sem ter ido para uma *fazenda terapêutica*, é uma situação prática que possibilita a problematização da abordagem do usuário restrita à noção de doença e às práticas limitadas às prescrições pelo campo da Saúde. Nesse caso, a noção de doença atribuída ao uso aparece fragilizada. Afinal, que doença é essa que prescinde do tratamento? Sobre as práticas direcionadas ao jovem usuário de *crack*, o que se evidencia é a possibilidade de elas serem pensadas para além do eixo da internação e do isolamento e a partir de outros campos de saber, diferentes dos que sustentam essas alternativas.

A produção do jovem usuário de *crack*

A construção de uma forma específica de ver e falar acerca de jovens com problemas como o de L., a qual denominamos de *jovem usuário de crack* se dá a partir das práticas de profissionais, da justiça, da educação, da saúde. Essa produção ocorre quando as práticas são pautadas na perspectiva de que o *crack* é o mal em si, quando tomam o jovem como *delinquente-doente* e quando colocam um ideal como tratamento, este sendo a *internação-isolamento*, entendida como internação fechada. Ao realizar práticas a partir desses pressupostos, os profissionais acabam desconsiderando todos os aspectos extrafarmacológicos envolvidos no uso, que inclui questões socioculturais, políticas e econômicas.

O diagrama de forças em que surge a noção de *jovem usuário de crack* é um diagrama que opera a partir da condenação do uso de determinadas drogas, fixada a partir da política proibicionista sobre drogas (RODRIGUES, 2003, 2004). São os saberes médico-psiquiátricos e jurídico-policiais que estabilizam esse diagrama; então, quaisquer usos que se façam das drogas ilícitas são colocados no campo da anormalidade. (FOUCAULT, 2001). Assim, a passagem de L. a jovem usuário de *crack* ocorre em um momento histórico, quando o diagrama de forças em relação às pessoas que usam determinadas drogas, no caso a cocaína, é apresentado a partir das forças que as condenam, as quais foram estabilizadas pelos saberes legitimados.

O que se evidencia no momento de emergência da noção de *jovem usuário de crack* é a continuidade dos embates entre as forças legitimadas que condenam o uso e as forças que colocam o uso de drogas como integrante das condutas dos seres humanos, determinado por aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e econô-

micos. Essa *guerra*, apesar de parecer apaziguada e com os vencedores definidos, continua a ocorrer em um nível *microfísico* (FOUCAULT, 2004) entre as pessoas que usam drogas (anormais) e as instituições e profissionais, com a função de assegurar a manutenção da norma. (FOUCAULT, 1999).

Mesmo com os regulamentos proibicionistas, drogas como maconha e cocaína continuaram em circulação na sociedade e são comercializadas no mercado negro. No entanto, seus usuários pouco demandavam serviços de saúde, sendo que os poucos que apresentavam problemas conseguiam acessar os serviços existentes. Com o surgimento do *crack*, o Estado, em seu braço terapêutico, passa a ser acionado com intensidade por dois motivos: pelo fato de os usuários da droga procurarem, espontaneamente, os serviços de saúde, pelas consequências do uso; e pelo fato de suas famílias também buscarem atendimento devido às situações incômodas ocasionadas pelos usuários. Assim, a noção de *jovem usuário de crack* é constituída para mobilizar a política proibicionista a dar conta de seu desequilíbrio.



O diagrama de forças em que surge a noção de jovem usuário de crack é um diagrama que opera a partir da condenação do uso de determinadas drogas, fixada a partir da política proibicionista sobre drogas (RODRIGUES, 2003, 2004).

Por que L. parou de usar crack

A partir do itinerário de L. pelas práticas que o atravessaram diretamente, foi possível perceber também a emergência de forças que fazem resistência à tentativa de reorganização do diagrama proibicionista de forças, que sustenta a noção de jovem usuário de crack.

Uma delas se evidencia quando, apesar do movimento de reorganização dos dispositivos ligados aos saberes hegemônicos, os detalhes da situação de L. expõem a fragilidade dos dispositivos de saúde a atuarem junto ao tema, mesmo lançando mão de seus recursos, tidos como ideais. Uma fragilidade se observa por dois pontos: pela impossibilidade de oferecer o preconizado tratamento ideal a todos os usuários de crack, nem mesmo a todos interessados no tratamento, e, principalmente, pela impossibilidade de os dispositivos ligados à saúde garantirem a realização do ideal da abstinência.

Outra força de resistência tornou-se perceptível a partir do desfecho do caso de L., constituído como representante da noção de jovem usuário de crack. Se as informações trazidas pela mídia e reforçadas por alguns profissionais apontavam que, sem o tratamento ideal, L. estaria morto em pouco tempo, depois de expor os limites da promessa de cura oferecida, o jovem realiza um movimento de interromper o uso de crack por vias distintas das colocadas a ele. Nessa situação, ele produz aberturas na figura constituída a partir das práticas da qual foi o alvo. Uma delas é a partir de sua postura ativa diante da droga, que contrapõe a noção de uma ausência total de controle e de uma passividade radical diante dos efeitos da droga. A outra foi a partir da observação de que houve um processo de pensamento em relação ao uso, que o levou a alterar sua relação com a droga.

O que se evidencia no momento de emergência da noção de jovem usuário de crack é a continuidade dos embates entre as forças legitimadas que condenam o uso e as forças que colocam o uso de drogas como integrante das condutas dos seres humanos, determinado por aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos.

Experiências (ORTIZ, 2001, LAN-CETTI, 2007; SOUZA, 2007) e pesquisas (MACRAE, 2001; OLIVEIRA; NAPPO, 2008a, 2008b) auxiliam na compreensão do processo vivenciado por L., o qual, a partir das situações de resistência, produziu rupturas na noção de jovem usuário de crack. Elas afirmam a potência de a situação do uso de drogas ser abordada a partir de uma perspectiva ampliada, levando em conta a multiplicidade de aspectos envolvidos no uso, que abarcam questões culturais, sociais, econômicas e políticas, a qual se alinha a uma noção de Redução de Danos. Nessa forma de ver e falar acerca do uso do crack, o foco é deslocado para a vida do usuário e aos diferentes aspectos que envolvem sua relação com as drogas. Essas práticas, não partem de prescrições, mas de um reconhecimento dos saberes da pessoa que usa drogas e dos processos educacionais inerentes aos seus modos de vida. Sua potência está, então, numa não hierarquização entre saberes, num olhar não moralizante sobre a situação do uso de drogas e na busca da implicação das pessoas a partir de suas vidas e seus interesses.

Ao final desse artigo o porquê de L. ter parado de usar fica sem resposta. Ao acompanharmos o itinerário do jovem de quatorze anos que passou a ser alvo de uma série de práticas que visavam salvá-lo, é possível perceber que só foi possível L. deixar de usar a droga quando essa iniciativa partiu de sua vontade. Além disso, ficou evidente que as três interações forçadas, o

afastamento da droga, o acorrentamento, o acompanhamento ambulatorial, a determinação do juiz, o uso compulsório de diversas drogas lícitas, não cumpriram com a sua promessa sem a participação do jovem. Contudo, não há espaços de invenções de práticas que levem em conta os ensinamentos possíveis com a situação de L., enquanto continuarmos atuando e, assim, reforçando e colocando em circulação a noção de *jovem usuário de crack*. ❶

* DOUGLAS CASAROTTO DE OLIVEIRA é mestre em Educação pela UFSM e Psicólogo da Equipe de Implantação do CAPS ad em Santa Maria-RS.

** GUILHERME CARLOS CORRÊA é doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e Professor Adjunto da UFSM.

NOTAS

1 Artigo produzido embasado na dissertação de mestrado de OLIVEIRA, D. C. **Uma genealogia do jovem usuário de crack:** mídia, justiça, saúde, educação. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

2 A escolha pela história de L. não se deu por acaso, mas por ser o caso mais destacado na mídia de Santa Maria, tendo também atenção diferenciada das instituições públicas chamadas a atuar para solucionar sua situação. Enfim, a situação de L. foi escolhida a esta pesquisa por se tratar da situação tomada como referência para constituição das formas de ver e falar sobre o jovem usuário de crack em Santa Maria.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas.** Brasília, 2003.

ESCOHOTADO, A. **O livro das drogas: usos e abusos, desafios e preconceitos.** São Paulo: Dynamis editorial, 1997.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 19. ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LANCETTI, A. **A Clínica Peripatética.** São Paulo: Hucitec, 2007.

MACRAE, E. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO JÚNIOR., A. **Dependência de drogas.** São Paulo: Editora Atheneu, 2001.

OLIVEIRA, L. G.; NAPPO, S. A. Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 4, ago. 2008a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000400012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 set.2009.

_____. Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 212-218, 2008b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832008000600002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-6083.doi: 10.1590/S0101-60832008000600002. Acesso em: 08 set.2009.

ORTIZ, E. C. **Esmeralda, por que não dancei.** 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Juizado Regional da Infância e Juventude. Medida de Proteção n. 0270757001.26694. Comarca de Santa Maria, Santa Maria-RS. Autuação em 12 dez. de 2007.

RODRIGUES, T. **Narcotráfico: uma guerra na guerra.** S. Paulo: Desatino, 2003.

_____. **Política e drogas nas Américas.** São Paulo: EDUC, 2004.

SOUZA, T. P. **Redução de danos no Brasil: a clínica e o movimento.** 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós Graduação em Psicologia, UFF, Niterói, 2007.

UMA medida extrema contra o crack. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 02 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/jsc/sc/impressa/4,38,1848434>>. Acesso em: 27 jun. 2009.

Referências consultadas

RODRIGUES, T. Política de drogas e a lógica dos danos. **Verve.** Revista Semestral do Nu-Sol. Núcleo de Sociabilidade Libertária Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo, n. 03, 2003, p. 257-277.

CORRÊA, G. C. **Educação, comunicação e anarquia:** procedências da sociedade de controle no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Drogas para além do bem e do mal. In: SANTOS, Loiva M. (Org.) **Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas.** Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

_____. “Escola-droga”. **Verve.** Revista Semestral do Nu-Sol. Núcleo de Sociabilidade Libertária Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo, n. 1, 2002, p. 165-181.

DOMANICO, A. **“Cracados e craqueiros: bem vindo ao mundo dos nórias.”:** Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil. 2006. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2006.

OLIVEIRA, Douglas C.; DIAS, Mariana H. Os jovens usuários de crack e a rede de cuidados: problematizações a partir de uma experiência. In: SANTOS, Loiva M. (Org.) **Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas.** Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós Graduação em Psicologia, UFF, Niterói, 2007.

PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS

Utilizando Estratégias Culturais de Redução de Danos



Regina Figueiredo*

Introdução

Este artigo discute a prevenção de álcool/drogas, com ênfase na importância de utilização de códigos culturais como estratégia de redução de danos, visando à coibição de abusos dessas substâncias e opondo-se às estratégias preventivas atualmente em voga, que propagam a abstinência e/ou a ocultação e o simples afastamento dessas substâncias de adolescentes e jovens.

Drogas e Usos Culturais

Considerando a classificação científica atualmente adotada sobre drogas e seus impactos no sistema nervoso central, as substâncias psicotrópicas, popularmente denominadas “drogas”, estão classificadas em: (1) estimulantes (à base de tabaco, de cafeína, cocaína, anfetaminas, substâncias antidepressivas, anabolizantes, açúcares); (2) depressoras (bebidas alcoólicas, produtos químicos à base de benzina, clorofórmio, opiáceos, vários ansiolíticos e chás naturais, como valeriana, melissa, camomila, erva-de-são-joão); (3) alucinógenas ou perturbadoras (derivadas de *cannabis*, o ácido lisérgico, êxtase, além de várias plantas, como alguns tipos de cogumelos, datura, peiote, lírio e jurema, entre outras). Muitas dessas substâncias, como as que são diretamente extraídas de vegetais, como bem demonstrou Bucher (1988), são utilizadas há milênios, em diversos contextos sociais.

Nesses contextos estão presentes estratégias que são culturalmente criadas para adequar e orientar tais



Grafites: MAGRELA <http://www.flickr.com/photos/magritcha/>

usos e coibir e controlar abusos e podem ser classificadas, fundamentalmente como: definições de quais pessoas estão autorizadas a consumi-las (adultos, homens, não gestantes, etc.); definições das ocasiões em que podem ser consumidas (festas, rituais); e orientações de dosagens de utilização (tamanho de copos, de cigarros, colheres, gotas, etc.) dessas substâncias (ARAÚJO; CALAZANS, 2007). Dessa forma, as regras sociais vêm, ao longo da História, funcionando como orientações culturais que servem para evitar usos nocivos, incluindo o risco de morte.

O que esses códigos têm em comum? Uma orientação cultural para o consumo regulado das diversas drogas legais (como o álcool, o cigarro, açúcares, medicamentos, café, etc.) e também ilegais (maconha, cocaína, ópio, etc.), que são fundamentais para guiar usos não prejudiciais, abusivos ou mortais, principalmente para o público jovem, em crescimento. Esse público é considerado *aprendiz* nos diversos ritos de passagem e períodos pré-universo adulto, quando estarão formatando comportamentos e personalidade individual para ascender ao padrão de independência e respeitabilidade dos

O discurso de abstinência atual é uma construção recente, pautado na “demonização” dessas substâncias e na crença de uma sociedade “livre” das drogas – hipótese absolutamente infundada, já que boa parte dessas substâncias, além de estar na flora, fauna e minérios, nos serve como medicamento para diversos males (MACRAE, 2001), revelando não ser possível e nem desejável extingui-las.



demais. Cabe ressaltar que nos diversos códigos culturais não há uma rigidez de vigilância contínua, mas orientações, uma vez que não existem quantidades que possam ser pré-definidas para tornar o uso de uma substância abusivo, pois há “respostas orgânicas e mentais diferentes conforme quem as utiliza, variando conforme a idade, sexo, peso, estatura, mas também, de acordo com a personalidade e tolerância individual à substância” (ARAÚJO; CALAZANS, 2007).

Não existe sociedade sem drogas e sem os códigos de consumo das mesmas, uma vez que essas substâncias sempre estiveram presentes no ambiente natural do ser humano, seja em plantas, em minerais ou partes animais. O discurso de abstinência atual é uma construção recente, pautado na “demonização” dessas substâncias e na crença de uma sociedade “livre” das drogas – hipótese absolutamente infundada, já que boa parte dessas substâncias, além de estar na flora, fauna e minérios, nos serve como medicamento para diversos males (MACRAE, 2001), revelando não ser possível e nem desejável extingui-las.

A análise histórica do uso e comércio das drogas demonstra como os aspectos ligados ao domínio econômico e cultural a que civilizações são submetidas por outras mais poderosas definem a supremacia ou não de uma ou outra substância, favorecendo drogas aprovadas pelos “dominadores”. O controle formal do uso dessas substâncias só passa a ter foco no século XX (CARNEIRO, 2002), quando se observa que a situação de legalidade/ilegalidade delas também não está ligada a situações de risco e saúde (MINAYO; DESLANDES, 1998).



Assim, a discussão do efeito maléfico das drogas tem sentido quando há a descontextualização do uso de cada substância em suas culturas originais, colocando-a no movimento de comércio internacional. Cabe lembrar, que o movimento de troca desses produtos sempre existiu entre as sociedades que mantêm contato, porém se intensificou com as expansões marítimas e caravanas rumo ao leste asiático e africano durante a Idade Média e, posteriormente, nas grandes navegações rumo às colônias do chamado 3º mundo, na Idade Moderna; o uso desses produtos foi fortalecido no século XX com a industrialização e fabricação em série de vários desses produtos (como cigarros, bebidas e medicamentos), fato que levou os fabricantes à busca de novos mercados consumidores.

Hoje, devido à globalização, esse movimento se intensifica na medida em que há uma padronização dos produtos e comportamentos entre os continentes, como se verifica com a expansão da indústria desses produtos. Isso inclui a globalização do próprio mercado internacional das drogas ilegais – que se constitui, em muitos países, como perspectiva de renda para jovens marginalizados economicamente (FEFFERMANN, 2004).

Vulnerabilidades Relacionadas às Drogas e Abordagem Preventiva entre Adolescentes

Além dos **efeitos nocivos diretos** do consumo abusivo das drogas com relação à saúde física, mental, emocional, familiar e social, vale ressaltar os **efeitos indiretos** ligados ao seu consumo, como o envolvimento em situações de violência (no trânsito, no tráfico, no lar, etc.), a exposição a outras doenças (como a Hepatite C e as doenças sexualmente transmissíveis). No Brasil, a discussão do tema “drogas” teve impulso com a verificação do grande número de casos de HIV/aids entre usuários de drogas injetáveis, no início da década de 1980. Esse contexto desencadeou uma série de iniciativas visando mudanças na legislação, buscando diferenciar usuários de comerciantes/traficantes, tendo em vista não apenas a construção de estratégias curativas, mas preventivas de promoção de saúde entre usuários. Esse movimento desencadeou a chamada intervenção de “**redução de danos**”, incluindo a formação e incorporação de profissionais da própria rede pública para lidar com usuários de drogas, além da ampliação dessas estratégias em relação ao uso de drogas não injetáveis, como o cigarro, bebidas alcoólicas, maconha, cocaína inalada e *crack*.

Até então, as ações de prevenção em educação e saúde vinham sendo pouco efetivas ao não fazer diferença entre a questão jurídico-policial e as questões de saúde. Isso fez com que, por décadas, discursos preventivos fossem dirigidos apenas às drogas ilegais. Com a influência das políticas de Aids e da produção científica sobre os males causados pelas drogas legalizadas, em específico, pelo cigarro e pelas bebidas alcoólicas, houve uma renovação dos discursos preventivos, que passaram também a focá-las. Em 2001, o Ministério da Saúde assumiu a prevenção, o tratamento e a reabilitação dos usuários de álcool e outras drogas como um problema de Saúde Pública; na mesma direção, em 2005, o Conselho Nacional de Drogas estabeleceu que as políticas públicas devem ser pautadas pela promoção da cidadania individual, reconhecendo tanto diferenças entre **traficante** e **usuário** (em uso indevido ou dependente), como que drogas lícitas ou ilícitas devem ter igualdade de direito no acesso a tratamentos.

A **redução de danos**, como o próprio nome diz, procura minimizar problemas associados ao uso de drogas, buscando proteger quem não está em abstinência (ARAÚJO; CALAZANS, 2007). Por isso, é a estratégia atualmente recomendada pelo Programa Nacional de Saúde Mental e pelo Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde para as ações do Sistema Único de Saúde, com relação aos usuários de substâncias lícitas e ilícitas.

Assumindo-se que as drogas legais ou ilegais **estão** na sociedade e que é na adolescência e no início da juventude que essas substâncias ganham importância com atitudes de experimentação ligadas a ritos de passagem e imitação do comportamento adulto e a construção de uma identidade social, a abordagem do tema drogas se faz fundamental nesse período de vida. Considerando que

Até então, as ações de prevenção em educação e saúde vinham sendo pouco efetivas ao não fazer diferença entre a questão jurídico-policial e as questões de saúde. Isso fez com que, por décadas, discursos preventivos fossem dirigidos apenas às drogas ilegais.

a construção da identidade ocorre por um processo de socialização extrafamiliar, em que o indivíduo terá que lidar **sozinho** com o “outro” de outra família, torna-se indispensável a orientação desse tema, assim como o fortalecimento do indivíduo para prepará-lo para questionar a “pressão de grupo”, que tem forte estereotipia nesta faixa etária. Por este motivo, o Plano Nacional de Juventude (BRASIL, 2004) aponta o tema como prioridade para a promoção do bem-estar desse público.

Numa abordagem que refere-se com bases científicas multidisciplinares a situação de uso dessas substâncias, é fundamental reconhecê-las como parte do “ambiente natural e/ou social” em que os adolescentes transitarão, de forma a prepará-los para lidar com a existência das drogas com segurança. Assim, ao contrário de um discurso proibitivo e de abstinência, assume-se que os códigos culturais de consumo adulto, construídos secularmente, promovem a redução de danos

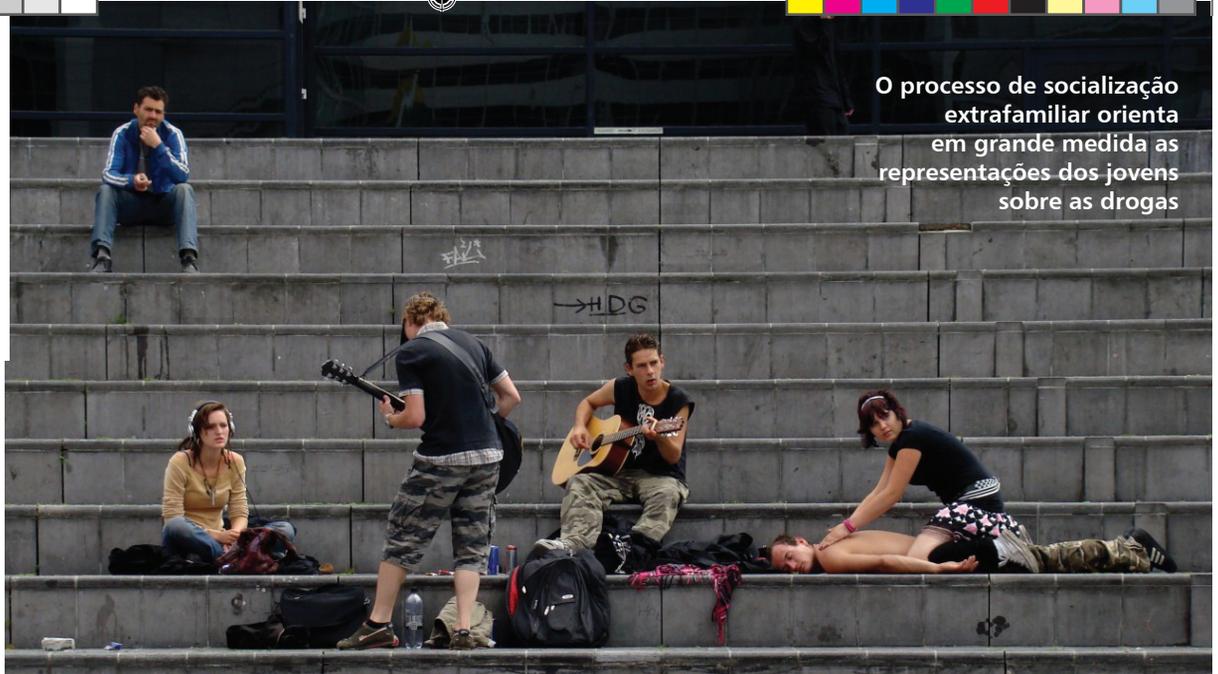
e, por este motivo, são fundamentais às sociedades humanas. A valorização de tais códigos também vai contra a hipótese de “convivência” adotada por vários autores que creem que o uso familiar favorece o uso descontrolado. Ao contrário, observa-se que o uso familiar regrado observado no consumo rural de cigarros de palha, do vinho em países europeus, do haxixe em sociedades africanas faz o adolescente ser introduzido no universo de uso moderado, utilizando seus familiares e comunidade como modelos-guia de comportamento para uma futura etapa adulta de sua vida. Isso não descarta que, eventualmente, por estarem numa fase de adaptação e passagem para o novo *status* adulto, alguns adolescentes não irão “errar a dose” em algum momento, mas que, com o tempo, ao perceber a inadequabilidade de seu comportamento frente à reação dos mais velhos, passe a se esforçar e a se autocontrolar em adotar o padrão de comportamento de consumo adequado “adulto”.



A juventude é associada a atitudes de experimentação ligadas a ritos de passagem e imitação do comportamento adulto



O processo de socialização
extrafamiliar orienta
em grande medida as
representações dos jovens
sobre as drogas



Mas as políticas de culpabilização do comportamento jovem, do amedrontamento das famílias culpadas e da desautorização da autoridade familiar estão na moda, por isso surgem mais e mais intervenções pontuais dirigidas exclusivamente ao comportamento adolescente, descontextualizando-as dos outros padrões de comportamento social.

Por isso, a análise mais profunda do aumento do consumo de bebidas alcoólicas hoje em hipótese alguma pode justificar tal ocorrência ao uso familiar, que é milenar, mas sim indagar quais são os cofatores atuais que vêm influenciando adolescentes a não seguirem regras adultas: será que tais regras estão sendo omitidas? Ou adultos estão numa situação social atual de depressão e estresse que os faz ser os primeiros a burlar as antigas regras que criaram? Há falta de referenciais de limite e excesso de permissividade nos pais atuais, que se sentem culpados pelo pouco tempo com seus filhos? Seria a falta da presença masculina paterna e referencial de comportamento para meninos? Ou a “crise” dos modelos escolares e de trabalho que não “animam” mais o amadurecimento do adolescente e são contraditórios em relação a uma sociedade adulta que vem buscando eternamente a juventude? Seria a desvalorização dos idosos e seus conselhos e experiências? Em resumo, cabe uma análise do que está acontecendo dentro das famílias. Existe convivência familiar ou silêncios mediados por televisão e internet?

Adultos não estão usando mais drogas como o álcool e calmantes, servindo como espelhos ao comportamento inadequado de adolescentes, como vemos com o uso de antidepressivos por tantas mães? Será que a padronização do comportamento pelos “especialistas” não está fazendo as pessoas ficarem sem referenciais e suscetíveis da perda de sua identidade cultural e familiar? Adolescentes são apenas o espelho desse reflexo.

Mas as políticas de culpabilização do comportamento jovem, do amedrontamento das famílias culpadas e da desautorização da autoridade familiar estão na moda, por isso surgem mais e mais intervenções pontuais dirigidas exclusivamente ao comportamento adolescente, descontextualizando-as dos outros padrões de comportamento social. Em 2009, o Estado de São Paulo aprovou lei (SÃO PAULO, 2009) visando banir qualquer uso de bebidas alcoólicas em escolas. Ao acreditar no discurso da convivência e da necessidade de “sumir com as drogas”, abrangeu na lei as bebidas típicas em festas juninas. Quentão e vinho quente foram substituídos por sucos de uvas

quentes. Cabe realmente uma análise a todos os brasileiros: será que todas as gerações que realizaram essa comemoração tão solidamente instituída até hoje na cultura escolar e comunitária brasileira realmente promoveram aumento do alcoolismo? Isso é real? O uso com familiares vinha sendo feito há décadas, referenciando os jovens nas dosagens e modos corretos de uso dessas bebidas apenas nessa festividade. Alguém viu adolescentes tomando “porres” de quentão e vinho quente em outras épocas do ano?

Esse tipo de iniciativa esquece que após qualquer festa com vários adolescentes que não haja orientação de consumo comunitária, o grupo de jovens irá adquirir por si mesmo bebidas ou até outras drogas longe da família e, nesse caso, sim, fazendo uso abusivo dessas substâncias sem nenhum limite adulto. Ou seja, está havendo uma análise apenas organicista da questão, esquecendo-se de aspectos culturais e sociais, reforçando-se comportamentos tais como os retratados no antigo ditado: “o que é escondido e proibido é mais gostoso”, principalmente na adolescência, quando a



Posturas radicais vêm sendo tomadas e espalhadas por profissionais e pela mídia brasileira, refutando e contrariando as várias recomendações de conferências internacionais sobre uso de drogas: “se não é possível livrar o mundo das drogas, é melhor aprender a conviver com elas e ensinar as pessoas a usar essas substâncias com o máximo de segurança possível” (GORGULHO, 2004).

quebra do “cordão umbilical” com a família se faz presente. Assim, posturas radicais vêm sendo tomadas e espalhadas por profissionais e pela mídia brasileira, refutando e contrariando as várias recomendações de conferências internacionais sobre uso de drogas: “se não é possível livrar o mundo das drogas, é melhor aprender a conviver com elas e ensinar as pessoas a usar essas substâncias com o máximo de segurança possível” (GORGULHO, 2004).

Ao mesmo tempo, fazer uma análise cultural e social das drogas refuta a teoria da “escadinha” que vem embasando discursos de abstinência de análises biomédicas. Nessa visão, associa-se o consumo do álcool legal como uma “porta de entrada” para outras drogas, assim como o cigarro. Óbvio que estudos com usuários de outras drogas irão registrar o uso anterior de álcool e cigarro, que atinge

a grande parte dos brasileiros, justamente por serem drogas legalizadas e toleradas, portanto não se constitui como um fator causal para o uso de outras drogas, mas de confusão na análise, já que o inverso não é verdadeiro, ou seja, os que utilizam drogas legais não consomem, em sua maioria, as ilegais, por isso não há escada.

Esse cuidado analítico também é fundamental quando se pesquisa a experimentação das substâncias, de forma que seja registrado que a experimentação em si não deve ser usada como um fator alardeante, visto que muitos (quase $\frac{3}{4}$, em média) dos que experimentam qualquer droga não continuam a consumi-la e nem a consomem com frequência, como verificou Figueiredo et al. (2008), em inquérito na rede paulistana de Ensino Médio. O que marcará o consumo regular e adesão à droga está muito mais ligado ao universo cultural, so-

cial, escolar, de lazer e familiar e à própria propensão e personalidade e saúde mental do indivíduo do que a droga em si.

Por isso, cabe lembrar que a abordagem preventiva salientada nas orientações da Política Nacional de Drogas brasileira (CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS, 2005) apontam que pessoas de todos os segmentos sociais que lidem com adolescentes promovam ações preventivas e não apenas profissionais de saúde, incluindo multiplicadores jovens. Tais orientações em diálogo multidisciplinar e com multiolhar têm poder de promover o fortalecimento da autonomia deles, isto é, auxiliá-los a ter uma visão multifocal, analítica que embase o discernimento quanto aos usos prejudiciais das drogas, proporcionando que adotem posturas de autocuidado (FEFFERMANN; FIGUEIREDO, 2006).



A experimentação em si não deve ser usada como um fator alardeante, visto que muitos (quase $\frac{3}{4}$, em média) dos que experimentam qualquer droga não continuam a consumi-la e nem a consomem com frequência, como verificou Figueiredo et al. (2008), em inquérito na rede paulistana de Ensino Médio.



Considerações Finais

Nesse sentido, estratégias de prevenção ao abuso de drogas com adolescentes e jovens devem partir de um diálogo claro e honesto sobre a existência de drogas, seus diferentes consumos e motivações, os efeitos e efeitos das diferentes substâncias e formas de uso. Isso significa uma ação educativa, seja na escola com atividades intra e extracurriculares, em espaços de saúde, sociabilidade, lazer, mas também pelo uso educacional da própria mídia. Para que este diálogo ocorra, é fundamental conhecer as características sociais, de lazer e os códigos culturais dos jovens, de forma a facilitar a comunicação e ação com esses grupos, gerando troca de informações com base científica, estimulando atitudes autônomas de autocuidado.

Isso envolve a formação de parcerias entre poderes público, privados, universidades, ONGs, associações comunitárias, etc., de forma a expandir e divulgar estratégias de redução de danos, formação de multiplicadores, sempre se pautando nos princípios da pluralidade cultural e o desenvolvimento humano. Ao mesmo tempo, as ações de prevenção precisam estar sempre interligadas com outras políticas públicas e de seguridade social que reduzam a vulnerabilidade socioeconômica, incluindo a educacional, e que promovam a cidadania dos diversos grupos sociais e seus membros.

Além da prevenção aos efeitos do uso das drogas diretamente, os profissionais precisam promover atitudes preventivas no comportamento sexual, de violência e exposição a riscos em geral. Explicitamente, é importante “não confundir as estratégias de redução de danos com o incentivo ao uso indevido de drogas, pois se trata de uma estratégia de prevenção [...]” (CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS, 2005). 

*REGINA FIGUEIREDO é socióloga, Antropóloga e Pesquisadora Científica do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Contato: reginafigueiredo@uol.com.br.

Estratégias de prevenção ao abuso de drogas com adolescentes e jovens devem partir de um diálogo claro e honesto sobre a existência de drogas, seus diferentes consumos e motivações e efeitos das diferentes substâncias e formas de uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. W.; CALAZANS, G. (Org.) **Prevenção das DST/AIDS em Adolescentes e Jovens**: brochuras de referência para os profissionais de saúde. São Paulo: CRT/Aids-SP, 2007.

BRASIL. Projeto de lei n. 4530 de 2004. Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=271233>. Acesso em: 12 ago. 2009.

BUCHER, R. **As drogas e a vida**: uma abordagem biopsicossocial. São Paulo: EPU, 1988.

CARNEIRO, H. **A** Fabricação do vício. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 13., 2002, Belo Horizonte. **Anais...** Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/t_hen1.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS. Resolução n. 3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005. Aprova a Política Nacional Sobre Drogas. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/326979.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

FEFFERMANN, M. **Vidas Arriscadas**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FEFFERMANN, M; FIGUEIREDO, R. Redução de Danos como Estratégia de Prevenção de Drogas entre Jovens. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, n. 40, dez. de 2006.

GORGULHO, M. Reprimir não resolve. **Revista Época**, São Paulo, ed. 333, 04 out. 2004.

MACRAE, E. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO JÚNIOR, R. A. **Dependência de drogas**. São Paulo: Editora Atheneu, 2001.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 35-42, jan-mar, 1998.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 13.545, de 20 de maio de 2009. Proíbe a compra, venda, fornecimento e consumo de bebidas alcoólicas em qualquer dos estabelecimentos de ensino mantidos pela administração estadual. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei%20n.13.545,%20de%2005.2009.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

Referências Consultadas

BRASIL. Secretaria Nacional de Drogas. **Semanal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas**, Brasília, 24-28 out. 2005. Disponível em <<http://www.obid.senad.gov.br>>. Acessado em: 12 out. 2005.

BRASIL. Portaria MS/GM n. 1.611, de 9 setembro de 2005. Programa de Saúde Mental.

CRIVES, M. N. S.; DIMENSTEIN, M. Sentidos produzidos acerca do consumo de substâncias psicoativas por usuários de um Programa Público. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 19-25, jul.-dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n2/04.pdf>>. Acesso em: ago. 2010.

O movimento estudantil nos "anos de chumbo" e a realização do 31º Congresso da UNE

Angélica Müller*

Este artigo é parte integrante da minha tese de doutorado em História Social defendida na Universidade de São Paulo e na Université de Paris 1 (Panthéon Sorbonne). Nela, procuro mostrar que a continuidade da resistência do Movimento Estudantil (ME) durante "os anos de chumbo" propiciou a volta deste ator político às ruas, em 1977, na vanguarda dos demais movimentos sociais que começavam a se estruturar naquela conjuntura. Nesse sentido, a tese atesta que o ME apresenta um papel de destaque no que se refere às movimentações em prol da redemocratização do país.

Aqui, a ideia é apresentar algumas reflexões sobre o período, mostrando que após o Congresso de Ibiúna, em 1968, o ME não "desapareceu", "morreu" ou ainda "se desarticulou por completo", como sugere boa parte da historiografia corrente. E um dos pontos de discussão está centrado na realização do 31º Congresso da UNE, em 1971.

A conjuntura do início dos anos de 1970, por ser extremamente negativa do ponto de vista das esquerdas, não permitia o funcionamento de grandes organizações e de grandes movimentações de massa. O estudante de geologia da USP, Adriano Diogo, que se dizia próximo da Aliança Libertadora Nacional (ALN)², afirmou: "A gente falava: a UNE somos nós' e era mesmo!" (informação verbal)³. Essa pequena "vanguarda" que organiza-



Os estudantes tiveram grande importância na luta contra a ditadura

va o ME, além de viver a ameaça de prisões, torturas e mortes, também se desfalcava com a perda de militantes que optavam pela luta armada⁴. Nessa ocasião, algumas organizações viam o ME como "fonte" de recrutamento de militantes para a luta armada. Outras incentivavam as duas frentes de resistência, caso do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) que, mesmo preparando sua guerrilha, continuava a manter suas bases nas universidades. Nesse caso, observa-se que havia uma ponte entre as diferentes formas de resistência.

Um documento da gestão da UEE/SP de 1971 mostra uma forma de organização inspirada claramente nos "moldes" dos grupos clandestinos, pois o trabalho de seus quadros orgânicos era distribuído por setores estanques e autônomos, que não se

A ideia é apresentar algumas reflexões sobre o período, mostrando que após o Congresso de Ibiúna, em 1968, o ME não "desapareceu", "morreu" ou ainda "se desarticulou por completo", como sugere boa parte da historiografia corrente.

relacionavam (ACERVO MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL, 1971)⁵. Esse e o exemplo anterior permitem observar a ligação entre as diferentes propostas de resistência no período, bem como a ação das correntes políticas atuantes no movimento.

No início do segundo semestre de 1970, a UNE realizou mais um conselho nacional. Na pauta da reunião, além das discussões de conjuntura

nacional e internacional, constava a proposta de organização do 31º congresso da entidade. Segundo o jornal *O Movimento*, na edição de agosto, esse conselho foi preparado através de conselhos de CAs em treze Estados. A nota comentava que ainda tinha havido “unanimidade em todas as proposições, revelando o amadurecimento político e o elevado espírito de unidade que anima o movimento estudantil” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1970a).

Nas resoluções do conselho, há contradições que eram e continuam sendo próprias dos movimentos de resistência:

O aguçamento da crise política e social em nosso país, com o agravamento da situação econômica do povo, a intensificação do entreguismo, da exploração e do terrorismo policial, conjugados com a demagogia como métodos de governo, a ampliação sem precedentes da oposição ao regime militar e à dominação imperialista [...] a situação inteiramente favorável ao ME, caracterizado pelas condições anteriormente enumeradas e ainda pela reaglutinação e reorganização de nossas forças conseguida através das recentes e agressivas vitórias contra o regime militar, tais como a repercussão que vem sendo obtida pela Campanha Nacional contra os Crimes da Ditadura [...]. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1970b).

Esse excerto do texto permite supor que a liderança do movimento não estava “conectada” com a realidade que o país vivenciava. Mas a continuidade da leitura permite outro entendimento:

Com o agravamento da situação política nacional a tendência à radicalização crescente dos choques entre os estudantes e o regime, torna-se indispensável organizar frentes de vanguardas por turma e faculdade. Tais frentes que devem ultrapassar as característi-

cas meramente estudantis, adotando uma perspectiva revolucionária e geral, serão importantes pontos de apoio de representação, organização e autodefesa indispensável às ações mais radicais, e jogarão um importante papel na participação dos estudantes no combate à ditadura militar e ao imperialismo ianque. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1970b).

Como se pode notar, esse outro excerto propõe formas alternativas de luta, ou seja, os dirigentes se davam conta de que a organização não poderia mais ser a mesma e que ações isoladas, por exemplo, poderiam fazer a diferença na hora de resistir. Mas compreendiam também que se tornava necessário traçar um panorama meramente favorável com intuito de estimular os estudantes a resistir.

O documento, na sua íntegra, permite perceber, ainda, posicionamentos de diferentes grupos políticos. Parece clara a presença do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e a sua linha de defesa democrática e legalista, quando se lê o seguinte excerto: “Fatos que reafirmam a larga e promissora perspectiva aberta ao movimento democrático e patriótico da nossa gente”. E ainda “[precisamos] superar o sectarismo e atuar em frentes legais. É necessário não confundir radicalização com estreiteza e intensificar o

aproveitamento das formas legais e semilegais”. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1970b).

Segundo Ronald Rocha (informação verbal)⁶, diretor da UNE na época, desde Ibiúna, o PCB não participava das eleições e fóruns da UNE, por considerá-las ilegais. Nesse caso, o ex-diretor explica que o documento se tratava de um “esforço”, principalmente das duas correntes que passaram atuar dentro da UNE (PC do B e AP): manter alguns instrumentos que pudessem dar prosseguimento às lutas encampadas pelos estudantes mesmo que eles contrariassem a política que essas correntes pregavam para o ME.⁷

Ainda, a normativa do conselho diz que a “luta pelas entidades e pelo direito de livre organização” deveria estar associada à campanha de denúncia da repressão policial e que a organização do movimento deveria ser feita sem a espera da “aquiescência dos ditadores e de suas leis”. Nesse sentido, organizar as representações se fazia mister, “aplicando formas convenientes a cada situação: DAs ou conselhos de representantes, legais, semilegais, ilegais ou clandestinos, sendo necessário preservar sua legitimidade para os estudantes” (informação verbal)⁸. Nota-se, assim, o arranjo que procura dar conta de contemplar as diversas formas de ação possíveis, até mesmo dentro da opção oferecida pelo regime.



Disparo de jato de água utilizado pela polícia para dispersão de agrupamentos

Mesmo com as forças reduzidas, o coletivo que tocava a UNE preparava seu 31º Congresso, cuja realização tinha sido condicionada às possibilidades de uma “ampla” representatividade dos delegados de cada faculdade (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, [19--]a).

O 31º Congresso acabou se realizando. Foi estruturado nos moldes do anterior, ou seja, em quatro etapas: a discussão e preparação política nas escolas deveria ser “a mais ampla possível”, culminando com a escolha dos delegados; a realização dos encontros estaduais, reunindo os delegados escolhidos em cada faculdade, que discutiriam os problemas regionais, formulariam propostas e indicariam os delegados dos Estados para a plenária nacional do Congresso⁹; a eleição da nova diretoria; e a última etapa, que consistiria na divulgação das propostas aprovadas no Congresso nas escolas.¹⁰

É interessante ressaltar que, em relação aos critérios de representação para a escolha de delegados, foram formuladas normas que seriam aplicadas respeitando as possibilidades regionais ou locais:

Recomenda-se ainda, onde não seja possível reunir o Congresso do DA, que a diretoria e o conselho representativo de turma ampliem seu poder de decisão aos companheiros mais ativos da escola. As escolas que não possuem nenhum dos instrumentos de representação e nem tenham condições de montá-los poderão ser representadas pelo conselho de representantes nos órgãos colegiados, desde que tenham sido eleitos também como uma representação política, que funcione organicamente enquanto fala e reconheça e apoie o Congresso da UNE. (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, [19--]b, p. 305)¹¹.

As referências à realização do 31º Congresso em 1971 são poucas. Em um depoimento no Quartel General



da 3ª Brigada de Infantaria, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1971, o depoente Ademar Alvarenga Prado, codinome “Lúcio” (que respondia a um processo coletivo referente à atuação da Ação Popular) narra como foi o “caminho” para chegar até o Rio de Janeiro, onde seria realizado o 31º Congresso (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, [19--]b).

Ele declarou que saiu de Goiânia no dia 1º de novembro daquele ano e deveria chegar ao Rio de Janeiro no dia 2, dia do Congresso. Após cobrir um ponto com Honestino, rodou em um carro de olhos fechados, até chegar a uma casa em que havia ao todo sete indivíduos. Ainda confirmou que Honestino foi o dirigente do Congresso, no qual foi discutida uma proposição de carta da UNE referente à situação do país: entidades estudantis em funcionamento e apanhado da situação nacional e internacional. (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, [19--]b, p. 330).

Nilton Santos traz um relato de Newton Miranda Sobrinho, segundo ele presidente da entidade entre julho de 1971 a 1973 (HISTÓRIA, 1980, p. 109-112); no relato, afirma que o Congresso aconteceu no segundo semestre de 1971, numa reunião nacional, e que, ao todo, foram eleitos 11 diretores representando diversos Estados: Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e Rio Grande

do Sul (HISTÓRIA, 1980, p. 110). Um documento confidencial do Exército sobre a participação de estudantes da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML do B¹²) traz o nome de seis participantes no Congresso no Rio: Luiz, da Paraíba; Manoel, de Sergipe; Joaquim, da Bahia; Carlos, de São Paulo; Ademar Alvarenga Prado e Gil, Monteiro Guimarães. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1972).

Nilton Santos, além de recuperar depoimentos de ex-dirigentes, apresenta uma carta com a mensagem aprovada no 31º Congresso. É interessante ressaltar que ela começa com o item “A UNE e as liberdades democráticas”, no qual se argumenta que “a liberdade, direito fundamental de toda nação e de todo ser humano, tornou-se palavra morta no Brasil” (HISTÓRIA, 1980, p. 120). O documento é dividido em duas partes. A primeira se refere à supressão das liberdades e à “venda” do país para o imperialismo americano. A segunda parte acentua a questão educacional, pautando as lutas contra os Decretos-Leis n. 477 e 464¹³, o Projeto Rondon e a criação da disciplina de “Moral e Cívica”. A mensagem se encerra com algumas palavras de ordem, como “Queremos liberdade – Abaixo a ditadura”.

Ronald Rocha confirma a versão do Congresso do Rio realizado numa casa no subúrbio, com a participação

de um delegado de cada Estado (ou região), o que significava um número restrito de pessoas, pertencentes somente à AP e ao PC do B. Segundo Ronald, a ALN foi convidada, mas acabou não participando. Seus dirigentes apenas apoiaram o nome de Jorge Paiva, que, ao longo do processo, acabou se filiando ao PC do B (informação verbal)¹⁴.

Referências sobre o 31º Congresso são pouco mencionadas na bibliografia sobre o tema. Arthur Poerner relata ser “Honestino presidente interino efetivado num minicongresso ocorrido em setembro de 1971” (POERNER, 1979, p. 278-279). Maria Paula Araújo também se refere brevemente ao minicongresso de 1971.

Segundo Augusto Buonicore (2008), foi um congresso da vanguarda estudantil bem diferente do anterior em Ibiúna, “[...] realizado nas condições que a conjuntura repressiva permitia: portanto, foi o processo mais amplo – e mais democrático – que se poderia realizar naquele momento”.¹⁵

Essa versão da realização do 31º Congresso em 1971 é contestada por algumas correntes que consideram aquele congresso “pouco representativo”, uma vez que as parcas condições que a militância vinha enfrentando não permitiam uma discussão ampla, sob o caráter de congresso. Embora havendo divergências de opinião sobre a importância do congresso, concordo com Buonicore, quando afirma que ele foi o processo possível de ser realizado dentro daquela conjuntura. A partir da questão, outro dado pode ser levantado: dentre as forças de esquerda que ofereciam resistência à ditadura naquele momento, boa parte preferia envidar esforços na luta armada que no ME, evidenciando haver uma disputa política entre as organizações que opunham resistência ao regime.

A partir de 1971, as referências às ações da entidade praticamente de-



saparecem, assim como as menções à UNE. Ronald Rocha afirma que a entidade continuou em ação até 1973; em 1972, colaborou na organização das comemorações da Semana de Arte Moderna e esteve presente nas ações promovidas pelo Conselho de Centro Acadêmicos (CCA) da USP contra o “ensino pago”, como veremos adiante. Ronald afirma ainda que editou o jornal *O Movimento* até fins de 1972 e que a última reunião de diretoria ocorreu em junho de 1972.

Em depoimento à Polícia Política em 1973, José Carvalho de Noronha, conhecido como “Antônio”, do PC do B, afirmou que Ronald de Oliveira Rocha já o conhecia pela sua participação na UNE. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1973a).

Num processo movido contra militantes da APLM em Brasília, há referências à atuação da “extinta UNE” em 1972, relacionadas à elaboração e distribuição de panfletos “subversivos”, e há também a Honestino como presidente da entidade nesse ano. (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, [19-]c, p. 656).

Em outro depoimento, também de 1973, o estudante da USP, Luiz Antônio Bongiovani, também chamado de “Bombom”¹⁶, afirma que foi “induzido [por Alexandre Vannucchi Leme] a manter ligações com elemento da UNE de codinome ‘Chico’, com quem con-

tatos foram feitos através de Marcelo José Chueiri” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1973b, p. 73). Ainda afirmou que

Participou da reunião da UNE na UFF em companhia de ‘Chico’, sendo certo que após conversar com Ronaldo a respeito de ‘Chico’ descobriu que pela descrição, esse elemento era o próprio Honestino Guimarães, agitador do meio estudantil, procurado pelos órgãos de segurança (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1973b, p. 72).

É importante notar que, no início de outubro de 1973, grande parte da diretoria da UNE foi presa, incluindo Ronald Rocha e Honestino Guimarães. Devido às prisões, surgiu uma divergência interna em relação ao destino da UNE: Newton Miranda afirma que recebeu ordens para a dissolução da entidade, mas tal afirmativa foi refutada por Ronald Rocha, segundo o qual a UNE foi se desarticulando com a prisão dos seus dirigentes: “A entidade foi se exaurindo e seus diretores trabalharam até onde puderam.” (informação verbal)¹⁷. Independentemente das versões contraditórias sobre o “fim” da UNE, cabe ressaltar que houve uma continuidade nas atividades desenvolvidas por aqueles que estavam representando a entidade estudantil, até meados de 1973. O caso

é elucidativo, ainda, para se constatar que a ação repressiva do regime conseguiu “desmontar” a entidade como representante dos estudantes em nível nacional.

Após o desmonte da entidade nacional pela ação repressiva do regime, os estudantes que se propuseram a continuar a resistência contra o regime tiveram que se organizar de outra maneira, certamente sem o alcance que a UNE possibilitava. Mas considero que as novas formas de luta dos estudantes não significaram o fim das atividades estudantis.

Cabe supor que as propostas normativas do conselho de agosto de 1970 referentes à organização de pequenos grupos nas universidades foram levadas a cabo, pois a articulação dos centros acadêmicos e das representações de turma que tiveram sobrevivência permitiu a realização de ações em nome do movimento, durante o período mais duro da repressão.

Mirza Pellicciotta reforça essa tese, quando argumenta que “trata-se de recuperar o papel político do discurso diante dos órgãos colegiados da universidade”, o que só foi possível através de uma “rearticulação dos representantes estudantis oficiais dentro do curso (eleitos de forma ‘isolada’) com o percurso de recomposição coletiva da ‘entidade’ (proibida de exercer atividades políticas representativas)”. (PELLICCIOTTA, 1997, p. 75).

Esse momento permitiu uma reflexão com sentido de “autocrítica” e consequente definição de novas estratégias que permitiram a continuidade da luta contra o regime¹⁸.

Um documento de vinte e oito páginas, datado de outubro de 1971 e assinado pela UEE/SP, gestão “nova UEE”, refere-se a esse processo. Para os representantes dessa entidade, o ME não conseguira retomar o caminho das lutas de massa, o que levou as vanguardas a chegar numa fase

de reanálise da realidade. Resumindo, atestavam como entraves à luta a repressão, de um lado, e, de outro, a debilidade orgânica e política das entidades representativas estudantis, além do baixo nível de consciência da massa e a deficiente politização da vanguarda (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1971a, p. 2). A partir dessas constatações, elaboraram um texto, com os seguintes argumentos:

Esse panorama nos mostra que os estudantes, tradicionalmente habituados à atuação legal existente até 1968, não conseguiram se munir convenientemente de meios de atuação que lhes possibilitassem continuar suas lutas nas condições de dura repressão inauguradas com o AI-5. Com a restrição drástica da faixa legal de atuação e a incapacidade da vanguarda (por baixo nível político) em se adaptar para a luta na ilegalidade, os CAs pouco conseguem fazer além de atividades cultu-



O 31º Congresso original realizou-se entre setembro e outubro de 1971. Foi nele que Honestino Guimarães foi reconduzido para a presidência da entidade. Preso pela ditadura em 10 de outubro de 1973, nunca mais foi encontrado.

rais e pequenas reivindicações, as UEEs e a UNE desapareceram da memória da massa, e a vanguarda só consegue se comunicar com o conjunto de estudantes, politicamente, em grau insuficiente. [O problema persiste ainda pois] as novas gerações que anualmente adentram a universidade não têm tradições de luta, sofreram todo impacto da propaganda governamental e possuem, portanto, baixo nível de consciência. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1971a, p. 3).

Propunham, portanto, uma preparação maior para a luta clandestina, sem renunciar à luta legal, uma vez que as circunstâncias exigiam atuação em todos os campos possíveis. Os CAs que possuíssem um grau um pouco maior de flexibilidade deveriam ter uma direção a mais democrática possível, devendo-se “cremar” a mentalidade partidária dentro das entidades.

Dentro das propostas da gestão “Nova-UEE”, no que diz respeito às outras organizações (DCEs-livres, UEEs e UNE), considerava-se que a única chance de sobrevivência era adaptação para a luta clandestina, uma vez que não existia mais a possibilidade de atuação na fronteira do legal/ilegal. E ressaltavam: “Mas só os que vivem dominados pela cegueira política crônica vislumbram isso atualmente. Essa atitude de ‘meio a meio’, de espera, é a atitude de espera pela morte.” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1971a, p. 11).

A partir dessa constatação, foram traçados novos rumos para o movimento: entidades clandestinas, pequenas organizações dentro de cada universidade, sem concentração física de massa. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1971a, p. 26).

A própria avaliação do regime sobre o desempenho do movimento mostrava esse quadro. Relatório preparado pelo DOPS enfatizava que, após 1968, as tentativas realizadas com o intuito de levar os estudantes aos movimen-

Considero que, de fato, ocorreu a “saída” do cenário político da maior entidade representativa dos estudantes, devido à forte repressão do regime ao movimento. No entanto, os estudantes universitários reformularam suas ações e encontraram formas alternativas de resistência contra o regime, seja através de ações específicas que gravitavam em torno da questão educacional ou, ainda, reivindicando valores democráticos e denunciando, através de diferentes atividades culturais, as atrocidades cometidas pela repressão.



Cenário das manifestações durante a repressão da ditadura militar

tos de massa vinham fracassando por vários motivos, entre os quais a falta de lideranças capacitadas, o abandono do trabalho de conscientização por parte das cúpulas estudantis em favor da linha *militarista*, a legislação específica promulgada, a atuação vigorosa de órgãos de segurança que, irmãodos, conseguiram, senão deter, pelo menos controlar em seus nascimentos as tentativas da esquerda em monopolizar os ideais da nossa juventude universitária. (CANCIAN, 2008. p. 31)¹⁹

O que o relatório do DOPS não levou em conta foi a reorientação que se deu ao ME. Considerava o movimento estagnado, sem renovação de lideranças, desde o Congresso de Ibiúna. Alguns autores concordam com essa versão e consideram que a retomada do movimento só ocorreu no fim do governo Médici.²⁰

Numa perspectiva contrária a essa, considero que, de fato, ocorreu a “saída” do cenário político da maior entidade representativa dos estudantes, devido à forte repressão do regime ao movimento. No entanto, os estudantes universitários reformularam suas ações e encontraram formas alternativas de resistência contra o regime, seja através de ações específicas que gravitavam em torno da questão educacional ou, ainda, reivindicando valores democráticos e denunciando, através de diferentes atividades culturais, as atrocidades cometidas pela repressão. E foi essa continuidade de ações de resistência que permitiu ao ME ser o primeiro ator político a voltar às ruas na luta em prol da redemocratização do país. ❶

* **ANGÉLICA MÜLLER** é doutora em História Social pela USP/ Paris 1-Panthéon Sorbonne. Pesquisadora associada do Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle – Sorbonne. Consultora do Centro de Memória e Juventude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERVO MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL. Documentos e Informes n. 3. Gestão “Nova UEE”, 002 - 1.2, maio 1971.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Brasil: Nunca Mais 18, v. 2, [19--]b.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Brasil: Nunca Mais 18, v. 3, [19--]c.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Brasil: Nunca Mais 205, p. 462, [19--]a.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara. Confidencial. Congresso da Ex-UNE. Informação n. 181/72-H. Prontuário RJ: 32.460, gaveta 405, Honestino Monteiro Guimarães, 24.01.1972.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Polícia Política. Setor secreto. Ministério do Exército – I Exército – DOI n. 375/73, notação 128, p. 75, 27.12.1973a.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Polícia Política. Setor Secreto. Informação SP/SAS n. 1.950. Reunião do CA em Niterói ARSI/GB/DSI/MEC, notação 123, 28.09.1973b.

BUONICORE, Augusto. A UNE: uma página perdida da história. **Vermelho**. 26 out. 2008. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1876&id_coluna=10>. Acesso em: 02 jul. 2010.

CANCIAN, Renato. **Movimento estudantil e repressão política**: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes. 2008. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2008.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP. Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa. O Movimento, cx. 36, 1970a.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP. Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa. Resoluções do Conselho Nacional

de Estudantes (UNE), GB/RJ, cx. 36, 1970b.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP. Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa. UEE/SP, cx. 36, 1971a.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP. Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa. Aos companheiros combatentes da esquerda, cx. 36, 01.05.1971b.

COSTA, Caio Túlio. **Cale-se**. São Paulo: A Girafa, 2003.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

HISTÓRIA da UNE: depoimento de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980. v. 1. (Coleção História Presente, 4).

LIMA, Hamilton Garcia de. **O ocaso do comunismo democrático**: o PCB na última ilegalidade (1964-84). 1995. 488 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, Campinas, 1995.

MACHADO, Otávio. **Formação profissional, ensino superior e a formação da profissão do engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia**: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1993.

1 sobre a autora.

2 “[Éramos] da área de influência da ALN; quem era da ALN mesmo ia para clandestinidade, porque era o seguinte: as pessoas iam para a clandestinidade por dois motivos, ou porque estavam tão procuradas no ME que não tinham condições de ir para legalidade ou por livre e espontânea vontade de ir para clandestinidade, com nome falso, morar fora de casa e tudo mais.” (Depoimento de Adriano Diogo concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 11.11.2004). A ALN, uma dissidência do PCB, surgiu em 1967, quando da participação do dirigente comunista Carlos Marighella, na Conferência da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba, que, por essa razão, rompe com o partido para fundar sua organização. Marighella almejava adaptar o modelo cubano a certos dados da experiência brasileira. Dentre as ações armadas mais conhecidas do grupo está o sequestro do embaixador americano em 1969, mesmo ano da morte de Marighella. Para mais informações, consultar: (GORENDER, 2003).

3 Depoimento de Adriano Diogo concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 11.01.2004.

4 Marcelo Ridenti aponta que os limites do ME estavam na sua própria estruturação, “no sentido de reivindicação de direitos, o que lhe poderia dar um ‘conteúdo reformista’. Para o sociólogo, ao procurar superar esses limites, muitas organizações esqueceram que as lutas reivindicatórias são, por vezes, passo necessário para a formação de uma consciência transformadora e acabaram por abandonar o ME em nome de algo mais profundo.” (RIDENTI, 1993. p. 133).

5 O documento narra em uma página o processo de organização da UEE/SP naquele período, típica organização dos grupos que atuavam na clandestinidade, seja na luta armada, seja na resistência praticada dentro das universidades (ACERVO MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL, 1971).

6 Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

7 Boa parte das correntes, nesse momento, era contrária à participação nas representações legais criadas e/ou permitidas pela ditadura.

8 Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

9 Em depoimento à polícia na Capital Federal, em 14.12.1971, Paulo César Fonteles da Silva afirmou que “houve um congresso, digo, congressinho preparatório do 31º Congresso da UNE, realizado em Goiânia, e que teve a participação de “Honestino”, “Eliseu” e “Lúcio”, ambos representando, respectiva-

mente, Brasília e Goiás; que soube um pouco antes de ser preso, pelo Cândido, que estaria para ser realizado um novo congresso da UNE e que o Eliseu e o Lúcio participaram de uma preparatória realizada em Goiânia para a escolha dos representantes de todos os Estados” (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, [19--]b, p. 305).

10 Cabe o esclarecimento do termo *escola*, que aparece seguidamente nos documentos da época: escola tem o sinônimo de curso, de faculdade. Por exemplo: a escola do Direito, a faculdade de História, o curso de Filosofia.

11 Eduardo Faerstein, na época estudante de medicina da Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ) e militante do PCB, relata que com os CAs e o DCE da universidade fechados, sobraram na estrutura, podendo exercer potencialmente a função de representação, os conselhos da universidade, nos quais os estudantes tinham assento: “E as pessoas com quem eu convivia, na época, então, investiram na ideia de fortalecimento da estrutura, que não estava banida. Era previsto nos regimentos da universidade. Então, de certa forma, aproveitamos o que era permitido para tentar alargar os limites desse permitido.” (Depoimento de Eduardo Faerstein à autora, no Rio de Janeiro, em 08.07.2008).

12 Cabe a ressalva de que, em vários documentos produzidos pelos militares, encontra-se a designação APML do B se referindo à corrente Ação Popular. Na época, a AP já passara a se chamar de APML, como veremos no segundo capítulo.

13 O Decreto-Lei n. 464, de 11.02.1969, regulamentou a Lei n. 5.540, de 28.11.1968, que regula o funcionamento das universidades e faculdades, sob supervisão do Ministério da Educação e Cultura.

14 Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

15 “O PCdoB, por sua vez, ficou com a maioria dos cargos na diretoria. O partido elegeu Ronald Rocha (RJ), Marco Aurélio (MG), Rufino (CE), Maria Emília (BA), Jorge Paiva (SP) e Luís Oscar (RS). A AP indicou Honestino Guimarães (DF), Umberto Câmara (PE), Neuton Miranda (MG), Alírio Guerra (RN) e Pedro Calmon (RS). Como podemos notar, ocorreu uma grande renovação de dirigentes, especialmente entre os comunistas. Uma renovação que só pode ser fruto de trabalho político nas escolas.” (BUONICORE, 2008).

16 Caio Túlio Costa, em seu livro, traz informações sobre os estudantes mencionados neste parágrafo. (COSTA, 2003).

17 Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

18 Caio Túlio Costa propõe como momento de “virada” no ME o ano de 1973, a partir da morte de Alexandre Vannucchi Leme. Como o autor

afirma praticamente inexistir movimentação do ME anterior a esse período, fica claro que, para ele, o primeiro momento para uma auto-crítica dos estudantes ocorreu em 1973. Sem deixar de concordar com Caio Túlio, no sentido de que esse foi um momento de reorientação, e entendendo que as movimentações dos estudantes não esmoreceram nos “anos de chumbo”, a ideia aqui, através da documentação apresentada, é que esse foi um primeiro momento de reflexão e de reorganização dos rumos do ME, mostrando a sobrevivência possível para continuar uma resistência. Encarando as movimentações dos estudantes dentro de um processo, apresento esse momento como um ponto de reflexão, assim como posteriormente, em 1973 e após, apontado pelo próprio Caio Túlio, o momento de criação das tendências, caso da Refazendo, como relata o Turco (COSTA, 2003, p. 279). O documento referido é: UEE/SP. 1971 (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1971a). O comitê de formação da Frente de Esquerda Proletária Regional, de maio de 1971, analisando a conjuntura, afirma que o principal saldo das movimentações estudantis de 1968 foi a militarização, sem um ganho efetivo para o proletariado; e, vendo o refluxo do movimento de massas e o aumento da repressão, propõe a construção de novas alternativas para adaptar-se à nova conjuntura, através da política de penetração: “O que visamos pois [...], é a formação de bases revolucionárias. Uma greve, uma luta parcial, as denúncias, a agitação geral, a organização, a formação de militantes são os instrumentos de que lançamos mão para essa tarefa.” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1971b). Também atestamos a questão através do documento: Resoluções do Conselho Nacional de Estudantes (UNE), 1970 (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1970b).

19 Dossiê DOPS intitulado “O movimento estudantil”, referência: Ordem Política (OP) n. 1.194 (CANCIAN, 2008. p. 31).

20 Sobre essa questão, Renato Cancian aponta: “A prisão dos 693 estudantes em Ibiúna acelerou o processo de esgotamento do movimento estudantil universitário. Paralelamente, a consolidação da ditadura militar no final dos anos 60 foi acompanhada da ampliação da repressão policial dirigida a todos os movimentos organizados de oposição política e eliminaram quaisquer tentativas de retomada do movimento estudantil.” (CANCIAN, 2008. p. 31). Nessa mesma direção aponta Otávio Machado, em sua dissertação de mestrado: “Nesse contexto, o período de 1969 pode ser visto como o de desmantelamento final do movimento estudantil, pois o fechamento de diversos diretórios que apontavam alguma resistência ao regime militar somou-se às prisões dos líderes estudantis após o Congresso da UNE em outubro de 1968.” (MACHADO, 2008. p. 70).

CONTAG APOSTA NA JUVENTUDE E NO FUTURO

O II Festival teve uma agenda diversificada e, através da Coordenação e da Comissão Nacional, e com o suporte político e material da CONTAG, elaborou um programa realmente juvenil, com as características peculiares do campo.

Paulo Vinícius*

O Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade em Brasília sediou, de 26 a 30 de julho, o II Festival da Juventude Rural da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Mais de quatro mil jovens concluíram nesse evento uma jornada que envolveu milhares de jovens nos festivais estaduais.

Para entender as razões desse evento exitoso, há que recuperar duas decisões ousadas no passado recente. Em 2001, o 8º Congresso da CONTAG criou na sua direção o cargo de Coordenador(a) da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, a CNJTTR, que tem também comissões estaduais por todo o país. O 9º Congresso (2005) reafirmou o trabalho de incorporação da juventude e deu um passo além, estabelecendo a cota mínima de 20% de jovens na composição de todas as direções do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

Em 2007, realizou-se o I Festival. Seu êxito fez com que a sua segunda edição confirmasse o lugar da juventude na agenda política do MSTTR, compondo com a Marcha das Margaridas e o Grito da terra, as mais destacadas atividades nacionais da CONTAG.

Foto: MARCELLO CASAL JR –ABr



Debate, cultura, esporte e juventude: a programação do II Festival.

O II Festival teve uma agenda diversificada e, através da Coordenação e da Comissão Nacional, e com o suporte político e material da CONTAG, elaborou um programa realmente juvenil, com as características peculiares do campo. O envolvimento das FETAG (as federações estaduais) com os festivais nos estados e a correspondente assessoria em todos os níveis configuram uma combinação de sucesso, com direção política comum, protagonismo da juventude na atividade e uma base técnica e material

que permite a sua realização. O evento é construído a partir de uma grande rede de parcerias e patrocínios, sendo viável economicamente.

A programação é ponto decisivo no envolvimento e na politização da juventude rural, afinal o extrato composto de mais de quatro mil jovens de todos os Estados conta com uma grande diversidade, representativa, da dimensão brasileira do evento, e também de vários níveis de participação política. Assim, a atividade, voltada para jovens entre 16 e 32 anos filiados aos sindicatos rurais, diverte, emula e politiza, criando laços e uma vivência própria que amplia o debate sobre os temas juvenis e projeta lideranças.

A abertura, realizada a 27/07, deu uma visão panorâmica do evento. Uma mística – representação – reuniu música, história do movimento juvenil e as representações dos Estados e as bandeiras juvenis, finalizando com o Hino Nacional executado por um grupo de percussão inspirado no Olodum, a companhia Sons e Cidadania, de São Sebastião – região do entorno do DF – e o violinista Ted Falco, levantando o Plenário. Esse momento preparou o ambiente do ato político, envolvente e afirmador dos objetivos do festival.

Só então se instalou a mesa do ato político de representativo da CONTAG (através de sua direção, das FE-TAG e da própria CNJTTR) e também do movimento social e do governo. A CTB foi representada pelo seu Secretário Nacional de Juventude, Paulo Vinícius, a CUT, por sua diretora nacional e diretora de mulheres da CONTAG, Carmen Floro, ao lado da Coordenadora Nacional da CNJTTR, Elenice Anastácio, do Presidente da entidade, Alberto Broch, e da secretária geral da Coprofam, Alessandra Lunas. Pelo governo, compareceram os ministros da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, e o do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, acompanhados do Secretário nacional de Juventude, Beto Cury, e da vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Clarice Copetti.

A agenda política da Juventude na Carta do Festival

O momento alto da abertura foi a apresentação da Carta do II Festival da Juventude Rural, que, baseada na reflexão da CNJTTR e nas resoluções da CONTAG, expressa a agenda da juventude rural e suas demandas de políticas públicas. Duas grandes preocupações avultam na extensa pauta de reivindicações:

a) a ampliação do direito de acesso da juventude a terra e às políticas de reforma agrária, em especial o crédito;

Duas grandes preocupações avultam na extensa pauta de reivindicações: a) a ampliação do direito de acesso da juventude a terra e às políticas de reforma agrária, em especial o crédito; b) políticas públicas diferenciadas para os(as) jovens assentados(as), a fim de lhes assegurar o direito de permanecerem no campo, sobretudo uma Política Nacional de Educação para o Campo, ampliação do acesso ao PROUNI, à Licenciatura em Educação do Campo e às escolas técnicas e agrotécnicas.

Fotos: Marcelo Casal e Elza Fiuza – AgênciaBrasil



b) políticas públicas diferenciadas para os(as) jovens assentados(as), a fim de lhes assegurar o direito de permanecerem no campo, sobretudo uma Política Nacional de Educação para o Campo, ampliação do acesso ao PROUNI, à Licenciatura em Educação do Campo e às escolas técnicas e agrotécnicas.

Destaque-se também que a apresentação da Carta na abertura não teve o efeito de ser um ato que substitua a mobilização. A juventude da CONTAG realizou a Marcha do II Festival na Esplanada dos Ministérios, dando expressão pública e mobilizadora sobre as demandas apresentadas. As bandeiras verdes que tomaram a Esplanada no dia 28 complementaram o diálogo direto com o governo. Ou seja, a CONTAG dialoga sem abrir mão da mobilização de rua.

De igual modo, a clareza do movimento sindical rural sobre o momento político esteve presente em todo o evento. Assim como para a CTB, a CONTAG acredita no papel protagonista do movimento sindical ao impulsionar a luta pela mudança, preservando sua independência, mas sem a confundir com neutralidade, como demonstra seu apoio à eleição de Dilma para aprofundar as mudanças iniciadas com Lula; uma marca política importante, ainda que subjacente à realização do evento, expressão da consciência das lideranças sindicais juvenis e rurais.

A afirmação da juventude e de um Brasil rural com gente

O II Festival foi um momento de afirmação de valores, em especial os da cultura camponesa. Questionou pré-noções envolvendo o urbano e o rural, sempre em detrimento deste último, definido aprioristicamente como o lugar do atraso, da ausência de informação, do “caipira” entendido como algo negativo. A desafiar os preconceitos, impôs-se o simples circular dos jovens pelo evento – que

O II Festival foi um momento de afirmação de valores, em especial os da cultura camponesa. Questionou pré-noções envolvendo o urbano e o rural, sempre em detrimento deste último, definido aprioristicamente como o lugar do atraso, da ausência de informação, do “caipira” entendido como algo negativo.



Fotos: Gustavo Sthepana

Jovens rurais e família de Santa Cruz do Sul – RS

poderia ser um congresso estudantil ou sindical, pela diversidade de sua composição. Afirmou-se a cultura popular através da programação cultural sob a responsabilidade de cada uma das regiões nos dias do evento. Os desfiles do Garoto e da Garota Rural afirmaram, por um lado, a beleza camponesa e, por outro, rechaçaram o sexismo e a vulgaridade, exaltando a cultura do campo; afinal, que desfile destacaria nos(as) jovens, não a sua seminudez, mas as roupas regionais e do trabalho, tendo como apresentação dos participantes perguntas como “qual o momento mais importante da sua militância sindical”?

Ressalte-se que esse aspecto formador se impôs também no debate sobre gênero, a partir da ampla representatividade e protagonismo femininos na Comissão de Jovens e no evento como um todo. A maior delegação do evento, da FETAEMG era liderada por um membro do Coletivo nacional de Juventude da CTB, Maria Souza, em pleno 6º mês de gravidez. Já a delegação da FETAG-BA, a 4ª maior, contava com a liderança de Rita Miranda – Secretária Geral em exercício da CONTAG e também do Coletivo Nacional, só para citar dois exemplos da CTB.

Esse protagonismo contribuiu para dar o tom do evento, combatendo o machismo, incorporando a importância da mulher na agricultura

familiar e na política, já que o Festival lançou a Marcha das Margaridas de 2010.

Cumprir registrar também que o Festival proibiu o consumo de bebidas alcoólicas no interior do evento, sendo previstas penalidades para qualquer problema daí advindo. Se, por um lado, não se observava qualquer espécie de patrulhamento – afóra a proibição do acesso ao local do evento –, por outro, estava clara a responsabilidade da organização pela presença de menores de idade e pela consciência dos participantes em evitar problemas decorrentes do consumo de álcool ao evento.

Toda a ambientação do Pavilhão de Exposições perseguiu o equilíbrio entre funcionalidade, atratividade para a juventude e formação. Já na entrada, um amplo saguão reunia painéis fotográficos com imagens do I Festival, da história da CONTAG e de seu movimento juvenil. O acervo da produção juvenil sindical foi colocado em destaque com uma exposição com camisetas, cartazes, cartilhas, recortes de jornal. Por todo o Pavilhão, grandes imagens cuidadosamente registraram momentos do trabalho e da vida, assim como expressões culturais dos Estados e atividades esportivas e culturais da juventude rural, apresentando sua própria história e afirmando a sua identidade.

Uma feira de *stands* apresentava os produtos da agricultura familiar nas regiões, projetos relacionados ao campo e duas centrais sindicais, a CTB e a CUT. Instalado em posição estratégica ao lado do *stand* da Caixa Econômica Federal – que realizava *shows* diários –, a CTB contou com o apoio decisivo das seções estaduais do Distrito Federal e de Goiás, que estabeleceram uma base para o encontro de lideranças juvenis de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Maranhão, entre outras, que deram vida ao espaço. A CTB foi a única organização que elaborou um jornal próprio, saudando os(as) participantes, e se destacou pelo atendimento aos visitantes que percorreram o espaço, reunindo centenas de contatos de pessoas que se identificaram com as propostas e as intervenções políticas da central classista.

Ainda, o II Festival contou com uma ampla programação de debates, abordando temas como Juventude e Reforma Agrária, Territorialidade e Agricultura Familiar, Trabalho Assalariado, Democracia e Participação Política, Direitos Humanos, Diversidades e Violência contra a Juventude, Sucessão Rural, Educação do Campo e Formação Profissional, Organização Juvenil Sindical Rural, Sustentabilidade, Sexualidade e Saúde – abordando temas como a homofobia, por exemplo.

Agenda esportiva e cultural

Já as oficinas abordaram Teatro, Dança, pintura (de tecido e também de grafite), de Percussão, de Fantoche e de Rádio, abordando a questão das rádios comunitárias, para citar algumas.

A agenda esportiva não foi um

detalhe no Festival. Mobilizando fortemente os Estados, atingiu 07 modalidades: Voleibol, Futebol de Salão, Futebol de Campo, Corrida de 100 metros, Natação, Salto em distância e Sinuca, todas com participação masculina e feminina e com premiação ao fim do evento.

Outros elementos importantes foram a organização da alimentação – com impressionante rapidez de distribuição das refeições – e a construção de um grande espaço voltado à saúde dos participantes, contemplando desde a distribuição de preservativos e a prevenção de DST, assim como atendimentos de urgência, palestras, funcionando permanentemente. Também puderam os participantes contar com um providencial redário para tirar um cochilo diante de uma programação tão extensa e interessante.

Fotos: Elza Fiuza – AgênciaBrasil e Marina Bartholo.



Apresentações e atividades durante o II Festival

A realização do II Festival reafirma que a juventude camponesa, ao ter sua expressão própria, apropria-se do movimento sindical rural, inserindo suas agendas e as preocupações juvenis.

Lições da juventude da CONTAG à juventude e ao movimento sindical

A juventude rural demonstrou sintonia com uma mesma concepção da CTB: a afirmação de que a condição juvenil do trabalhador está, sobretudo, na possibilidade de sua vinculação com o trabalho e com a formação da juventude (o que incorpora, principalmente, as dimensões da educação, do esporte e da cultura).

A CONTAG reafirmou a independência e o diálogo que estabelece com as centrais sindicais desde seu último congresso, que marcou a desfiliação da CUT. A CTB foi muito bem recebida pela organização, e os participantes, pela novidade e pelo diálogo respeitoso que estabelece com a CONTAG a partir de lideranças próprias e promissoras no movimento camponês.

Ademais, o II Festival expressa um grito do campo brasileiro, marcado por um inclemente esvaziamento desde a década de 1960 e que persiste até os dias de hoje, quando a juventude, em busca de melhor acesso às políticas públicas, é levada a migrar massivamente, abandonando a ativi-

dade agrícola, e comprometendo em perspectiva a continuidade da agricultura familiar. Assim, a Carta expressa ambos os anseios: o de ter acesso à terra e também o da interiorização das políticas públicas para integrar a agricultura familiar, produtora de 70% dos alimentos consumidos pelo país, integrando o campo e a juventude rural ao projeto nacional de desenvolvimento brasileiro. E essa defesa, feita a partir do campo, vincula-se à unidade dos trabalhadores do campo e da cidade, das gerações, interdependentes e também das lutas de trabalhadores(as) e estudantes.

A realização do II Festival reafirma que a juventude camponesa, ao ter sua expressão própria, apropria-se do movimento sindical rural, inserindo suas agendas e as preocupações juvenis. Por outro lado, o movimento sindical rural tem a oportunidade de estreitar laços, pautar suas lutas gerais num setor com capacidade de mobilização, além de fazer face a dois desafios de sentido estratégico para a agricultura familiar e o movimento: a sucessão rural e a renovação das lideranças sindicais e da própria CONTAG.

Dado o aspecto demográfico que impôs ao campo brasileiro a perda de imensa parcela de seus jovens, sendo a realidade rural caracterizada por um êxodo juvenil, em especial feminino, chama a atenção o êxito da organização juvenil da CONTAG, fruto de um esforço consciente e planejado que muito tem a ensinar à CTB e ao movimento sindical como um todo. É um êxito que supera a realidade demográfica baseado na política. O movimento sindical rural aposta na reafirmação da agricultura familiar como parte indissociável do projeto nacional de desenvolvimento, peça importante da busca pela soberania alimentar e pela sustentabilidade. E, como expressão dessa aposta que representa a própria continuidade da agricultura familiar no século XXI, deposita esperanças e investimento naqueles que serão os(as) protagonistas não apenas do movimento sindical, mas do trabalho no campo, a juventude. Fica disso tudo a certeza de que a CONTAG e a agricultura familiar têm futuro. **■**

* **PAULO VINÍCIUS** é cientista Social e bancário - Secretário Nacional de Juventude da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).



Juventude@Juventude.br

Neste espaço, a **Juventude.br** divulga ações e projetos relacionados à juventude, de âmbito nacional, desenvolvidos pelo poder público e/ou pela sociedade civil organizada. A idéia é apresentar dicas sobre projetos de interesse público, que tenham hot site e possuam apelo participativo e caráter democrático.



Juventude Mais Brasil

www.juventudemaisbrasil.org.br

O Instituto Pensarte e o Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) apresentam o portal Juventude+ Brasil, um projeto de memória audiovisual do protagonismo da juventude brasileira. Com o portal, pretendemos resgatar as experiências de participação mobilizada dos jovens, catalisadoras das mudanças do país. O trabalho de memória do protagonismo da juventude brasileira, através da pesquisa, catalogação e organização de imagens e sons, atualmente desenvolvido pela entidade, será disponibilizado de forma virtual através do acervo apresentado no portal.

Mas o portal é COLABORATIVO. Qualquer interessado poderá contribuir com esse esforço, tornando-se um colaborador do trabalho de memória. Através do cadastro no portal, você poderá inserir novos arquivos de som e imagem, consultar os arquivos por palavras-chaves e visualizar os arquivos do seu interesse. Alguns materiais poderão ser baixados, desde que citada a fonte.

Assim, o portal será um bem de inestimável valor cultural, pois estaremos reunindo e difundindo a memória da participação social, política e cultural da juventude brasileira, possibilitando a uma parcela dos jovens do conhecimento e da consciência de seu próprio protagonismo nos grandes momentos da vida nacional, bem como estaremos construindo um importante acervo de pesquisa para as futuras gerações.

